



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

**Análise do impacto da competição eleitoral na responsividade do
Governo do Município da Matola (2013-2020)**

Licenciando: António Felisberto Machaieie

Supervisor: Jaime Guiliche

Maputo, 2022

António Felisberto Machaieie

**Análise do impacto da competição eleitoral na responsividade do
Governo do Município da Matola (2013-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Supervisor: Jaime Guiliche

Maputo, 2022

António Felisberto Machaieie

**Análise do impacto da competição Eleitoral na responsividade do Governo
do Município da Matola (2013-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de
Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane
como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em
Ciência Política.

Data de Aprovação: ____/____/____

Mesa de Júri

O Presidente: _____

(Universidade Eduardo Mondlane)

O Supervisor: _____

(Universidade Eduardo Mondlane)

O Oponente: _____

(Universidade Eduardo Mondlane)

Maputo, 2022

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra, que o presente trabalho de fim do curso nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau de formação académica e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando citadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas para a elaboração do trabalho.

O licenciando

António Felisberto Machaieie

Maputo, ____ de _____ de 2022

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Felisberto e Fátima
Aos meus irmãos, Samuel, Anita, Reginaldo e Tamiris;
E à memória de Diork, quem eu tinha como Sócrates, a
pessoa que incentivou-me a fazer Ciência Política.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, saúde e força para superar as dificuldades ao longo da minha jornada. Aos meus pais, Felisberto António Machaieie e Fátima Marcos Macamo, pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões. Mãe e Pai, avó Rofina e Maria (in memoriam), eu consegui, assim como disseram, *Nakhensa*.

A todos os membros das famílias “Machaieie” e “Macamo”, principalmente os que exerceram influência e serviram de exemplo, inspiração e motivação para a prossecução dos meus estudos, e aos demais não membros da família que foram importantes para que eu chegasse até aqui. A Isa, minha parceira na vida e no espírito, quem esteve sempre ao meu lado em todos os momentos, ajudou-me a superar medos, a criar coragem e inspirou-me a seguir em frente.

Ao meu supervisor, Jaime Guiliche, por ter aceitado acompanhar-me desde o dia que apresentei o meu projecto de pesquisa, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube fazendo leitura, comentários, críticas, sugestões e recomendações que aumentaram em grande medida a qualidade deste trabalho.

Ao Dr. Luís de Brito, por ter-se comprometido a ajudar-me na redacção deste trabalho, com as suas correcções e sugestões, e voto de confiança no meu sucesso, agradeço profundamente. E ao Dr. Rafael, pela manifestação da disposição para a discussão do conteúdo deste trabalho, o que ajudou-me bastante no discernimento do mesmo e desafiou-me bastante.

A todos docentes do Departamento de Ciência Política e Administração Pública por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do carácter e afectividade da educação no processo de formação profissional, isso estende-se aos meus colegas das turmas laborais de Ciência Política e Administração Pública de 2016.

Aos irmãos de batalha que Deus proporcionou-me, “*Les Skyscrapers*”, nomeadamente Nelson Luciano, Adérito Dzimba, Valdimira Bungane, Áncia Marime, Nafi Bila, Selma e Abudo Jamal, muito obrigado pela revigorante jornada que passamos juntos, ajudaram-se a crescer como estudante e como ser humano.

E a todos aqueles que me acompanharam (que não foram mencionados aqui) neste processo exigente e desgastante, mas de superação, crescimento e muito recompensador, muito obrigado, *merci beaucoup, thank you so much, Na Khensa Ngopfu*.

LISTAS DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AM: Assembleia Municipal

CIP: Centro de Integridade Pública

CMCM: Conselho Municipal da Cidade da Matola

CEC: Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação;

CNE: Comissão Nacional de Eleições

EISA: Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável em Africa

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

IESE: Instituto de Estudos Económicos e Sociais

INE: Instituto Nacional de Estatística

MDM: Movimento Democrático de Moçambique

MISA: Moçambique-Instituto de Comunicação Social da África Austral

OIDP: Observatório Internacional de Democracia Participativa

ONU: Organização das Nações Unidas

PARENA: Partido para a Reconciliação Nacional

PERPU: Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana

PESUM: Plano Económico e Social

RENAMO: Resistência Nacional de Moçambique

SNJ: Sindicato Nacional dos Jornalistas

STAE: Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

EPÍGRAFE

*We have representative institutions, but like the
Greeks we do not know what they are about.*

EULAU, Heinz

(Changing Views of Representation in Contemporary Political Science: Toward Empirical Theory.
New York: McGraw-Hi. 1967)

RESUMO

Esta pesquisa integra o papel dos partidos e competição eleitoral na formulação e implementação de políticas públicas em Moçambique. Deste modo, buscámos analisar o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo do município da Matola, no período de 2013 à 2020, tendo como base as eleições autárquicas de 2013 e 2018. Esta pesquisa partiu do pressuposto de que quanto maior for o grau da competição eleitoral, melhor será a responsividade do governo municipal às preferências dos munícipes da Matola. Para testar materializar o processo analítico deste pressuposto, contamos com a abordagem multidimensional da competição política. Em termos metodológicos, a pesquisa combinou as abordagens qualitativa e quantitativa, e para recolha de dados, recorremos as pesquisas bibliográfica e documental, entrevistas semi-estruturadas, e para análise e sistematização dos dados, recorremos aos índices de competição eleitoral e ao método de correlação de pearson baseado no Excel, análise de conteúdo e tabulação. Com base nas evidências empíricas, comprovamos que a competição eleitoral no município da Matola tem aumentando desde 2013, e tem impactos significativos sobre a responsividade do governo municipal. Deste modo, a análise que fizemos das promessas políticas do executivo e das acções políticas no período de 2013 à 2020, comparando com período de 1998 a 2012, mostra que os crescentes níveis de competição eleitoral contribuem para tornar o governo municipal da Matola mais responsivo (e mais responsável e/ou interactivo) às preferências dos munícipes na gestão municipal.

Palavras-chave: competição eleitoral, responsividade, eleições autárquicas, município de Matola.

ABSTRACT

This research integrates the role of parties and electoral competition in the formulation of public policies in Mozambique, particularly in the Municipality of Matola. However, we sought to analyze the impact of electoral competition on Matola municipal government responsiveness, from 2013 to 2020, based on the municipal elections of 2013 and 2018. This research has started from the assumption that the more electoral competition, the better the government responsiveness to the preferences of the citizens of Matola. To materialize the analytical process of this assumption, we based on the multidimensiona approach of political competition. In the metodological terms, the research combined qualitative and quantitative approaches, and for data collection, we resorted to documental and bibliographic researches, as well as semi-structured interviews, and for the analysis and sistematization of the data, we resorted to electoral competition indexes, pearson correlation method based on Excel, tabulation and content analysis. According to empirical evidences, we managed to prove that the electoral competition in the municipality of Matola has been increasing, and it has had meaningful impacts in the responsiveness of municipal government. Therefore, we have done the analysis of executive policy promises and policy actions in the municipality of Matola in the periods of 2013 to 2020, comparing to 1998-2012, and it shows that the increasing levels of electoral competition contribute to make Matola municipal government more responsive (and more accountable and interactive) to citizens' preferences in the municipal management.

Keywords: electoral competition, local elections, responsiveness, Matola municipality.

Sumário

DEDICATÓRIA.....	5
AGRADECIMENTOS.....	6
LISTAS DE ABREVIATURAS/SIGLAS.....	7
EPÍGRAFE.....	8
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
CAPITULO I: INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Estrutura do trabalho.....	13
1.2. Relevância do tema.....	13
1.3. Problema de pesquisa e contexto.....	15
1.4 Hipótese.....	18
1.1 Objectivos.....	18
CAPITULO II: METODOLOGIA.....	19
CAPITULO III: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	22
3.1. Definição de conceitos.....	22
3.1.1. Competição.....	22
3.1.2. Responsividade.....	24
3.1.3. Congruência.....	28
3.2. Revisão da Literatura.....	29
3.3. quadro teórico.....	35
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS.....	42
5.1. Contexto histórico e caracterização do Município da Cidade de Matola.....	42
5.2. Estrutura do Município da Cidade de Matola.....	45
5.3. A responsividade no Município da Matola.....	46
5.3.1. Mecanismos de informação, comunicação e participação no município da Matola.....	47
5.3.2.Desempenho do Governo Municipal e Prestação de Serviços Básicos e Infraestruturas Municipais.....	62
5.3.3 Situação financeira do município da Matola.....	74
5.4. Dinâmicas da competição eleitoral no município da Matola.....	78
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
Apêndices.....	107

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

Este trabalho subordinado ao tema “**Análise do impacto da competição eleitoral na responsividade do Governo do Município da Matola (2013 – 2020)**”, visa testar a hipótese de que *os governos serão mais responsivos, onde as eleições são competitivas*, ou seja, *quanto maior for o grau de competição eleitoral, melhor será a responsividade do governo municipal às preferências dos munícipes*. Este estudo fundamenta-se em análise multidimensional deste fenómeno de modo a prover inferências causais consistentes que corroboram para confirmação e generalização deste pressuposto. Por este motivo, optou-se pela utilização de medidas que reflectem o desempenho do governo do município da Matola (o que envolve olhar também para as suas responsabilidades e acções) ou os resultados alcançados pelo Conselho Municipal na gestão das políticas públicas. Assim, buscamos aspectos cruciais e distintos da actuação dos governos locais, olhando para eficácia da implementação das políticas públicas, qualidade da gestão fiscal (no sentido das receitas e despesas) e a eficácia da transformação destes recursos financeiros em melhoria das condições de vida dos munícipes, o que os autores Hobolt e Klemmensen (2008) designam de responsividade retórica (ênfase política dos governos nos discursos que reflectem as preferências públicas), e efectiva (a correspondência entre as preferências públicas e prioridades orçamentais).

Para propósitos desta pesquisa, considera-se responsividade, a capacidade dos políticos/partidos políticos/governos de implementarem políticas públicas que reflectem as preferências dos cidadãos, que se caracteriza pelo modo como as escolhas dos cidadãos são estruturadas em alternativas políticas coerentes representadas por partidos políticos distintos, a forma como as preferências dos cidadãos são agregadas e transformadas num governo com objectivos políticos, e a maneira como os membros do governo/parlamento traduzem preferências e compromissos em políticas públicas e resultados. (MORALES, 2014; MORLINO & QUARANTA, 2014; POWELL, 2004).

Deste modo, a competição entre os partidos políticos pela representação de diferentes secções da sociedade é a resposta histórica a esta questão de como as demandas populares devem ser representadas no processo de implementação de políticas públicas. Neste conjunto de teóricos, encontramos Downs (2013) que desenvolve um modelo decisório no qual ele defende que o objectivo dos políticos (e dos partidos) é maximizar votos e manter-se no poder; ao passo que o objectivo do eleitor é maximizar os benefícios que pode obter da actividade dos representantes.

Todavia, este é um modelo económico, pois avalia o desempenho dos governos e olha para a competição em termos económicos, e também analisa a competição e preferências eleitorais de

forma unidimensional¹. Portanto, esta pesquisa olha para a competição eleitoral sob uma perspectiva multidimensional, a qual analisa a responsividade a partir da correspondência entre as preferências dos cidadãos e resultados do governo, por meio dos incentivos competitivos, em particular aqueles produzidos pelas duas principais dimensões de competição, tais como vulnerabilidade do incumbente e decidibilidade da oferta política. (BARTOLINI, 1999, 2000).

1.1. ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em 5 capítulos, no primeiro foram descritas as considerações iniciais do trabalho, o segundo capítulo é reservado para a metodologia do trabalho onde indicamos os procedimentos usados para materialização deste estudo, no terceiro, são apresentados os pressupostos teóricos e conceitos-chave em torno da temática a ser abordada. No quinto capítulo, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa empírica, seguida da análise de dados e, por último, apresentamos a conclusão e a bibliografia consultada.

1.2. RELEVÂNCIA DO TEMA

A escolha desta área temática resulta da ideia segundo a qual a responsividade constitui um dos indicadores da qualidade da democracia. (POWELL, 2004; DIAMOND & MORLINO, 2004; DAHL, 1997). E teóricos da democracia consideram a competição eleitoral como sendo o mecanismo que garante a responsividade, assim como característica fundamental de controlo dos governantes por parte do povo. (DOWNS, 2013; POWELL, 2004; BARTOLINI, 1999 e 2000; PRZEWORSKI, MANIN & STOKES, 2006).

Não obstante, entender o que torna o governo responsivo às necessidades dos cidadãos é um assunto-chave na ciência política contemporânea, e espera-se que o grau de competição nas eleições actue como ameaça aos políticos locais de modo a estimular e controlar o desempenho das suas actividades, servindo como factor gerador de responsividade. Entretanto, existe uma vasta literatura internacional que mostra esta correlação (BESLEY & BURGESS, 2000; HOBOLT & KLEMMENSEN, 2008; CLEARY, 2007 E 2010; ASHWORTH et al., 2016; ARVATE, 2012, BERNARDI, 2013; etc). Porém, há escassez deste tipo de estudos no contexto africano, em particular Moçambicano, os estudos existentes focam-se mais na *accountability* e mecanismos de

¹ O modelo Downsiano não oferece uma forma real de ver sistemas políticos como mais ou menos competitivos, mas considera uma disputa de dois partidos como competição perfeita e desvio disso como menos competitivo. Assim, o modelo não oferece directrizes de como medi-lo em termos de graus de competitividade. (BUSCHOFF, 2006; p.22).

participação, (NGUENHA, 2009; SIMIONE, 2017; JAMAL, 2015; PEREIRA, 2009; BILÉRIO, 2011, 2016).

Para uma abordagem mais significativa, olhou-se para o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo ao nível local, porque é nas autarquias que a competição política tem resultado em alternância da governação autárquica e, porque os partidos se encontram pressionados a promover uma relativa democratização interna, dando um maior lugar aos seus quadros locais, ou procurando desenvolver alianças com notáveis das elites locais, de quem precisam para mobilizar o apoio dos eleitores não só nas eleições autárquicas, mas também nas próprias eleições nacionais. (BRITO, 2013). E não só, os municípios têm um papel muito importante a desempenhar na prestação dos serviços locais, principalmente na boa gestão do poder local, com vista à redução da pobreza urbana e a aproximação dos serviços públicos às pessoas.

A escolha do município da Matola para a realização desta pesquisa, deveu-se pela localização (próximo da cidade de Maputo), o que facilitou a racionalização de recursos financeiros escassos. Segundo, o facto de o município da Matola ser o segundo maior município de Moçambique, com uma população, segundo INE (2017), de cerca de 1.616.267 habitantes, e sendo a cidade capital da província de Maputo, há mais usuários de serviços comparado com os outros municípios desta província. Outrossim, existem estudos sobre governação municipal, designadamente o barómetro de governação municipal do IESE (2017, 2018, 2020) que até então ainda não incluíram o município da Matola. Terceiro, a recente competição eleitoral registada nas eleições municipais de 2013, em que a oposição passou a ter representação significativa na Assembleia Municipal da Matola (MDM com 42,24% equivalentes a 24 assentos) relativamente aos mandatos anteriores (no primeiro mandato, a oposição sob égide do partido RUMO teve 14,38% equivalentes a 7 assentos, no segundo mandato, representada pela Renamo-EU teve 11,64% equivalentes a 5 assentos, e no terceiro mandato, a Renamo teve 9,55% equivalentes a 5 assentos) e nas eleições municipais de 2018², que realizadas com base no sistema de cabeça de listas³, registaram um índice elevado de competição, que a oposição conseguiu superar em termos de percentagem de votos e assentos (Renamo com 47,28% equivalentes a 28 assentos e MDM com 4,11% equivalentes a 2 assentos), e o partido governante (que teve 48,05% equivalentes a 29 assentos), o que abre espaço para uma real balança de pesos e contrapesos no processo decisório municipal, e a relação entre o executivo e

² Importa esclarecer que autores como Brito (2019) afirmam que nestas eleições (2018), a Renamo teria vencido no Município da Matola, se não os resultados eleitorais não tivessem sido adulterados fraudulentamente pelos órgãos de gestão eleitoral em favor da Frelimo.

³ Com o novo modelo eleitoral, os órgãos executivos autárquicos respondem perante a Assembleia Autárquica, nos termos da lei e o Presidente do Conselho Autárquico pode ser demitido pela assembleia autárquica respectiva e pelo órgão de tutela do Estado, nos termos da lei.

legislativo pode apresentar negociação em custos distintos que modelem e restringem a margem de decisão em questões essenciais como alocação de recursos, priorização de certos programas, dentre outros, incentivando assim que o governo municipal seja responsivo às demandas dos munícipes e faça prestação de contas regular.

Em suma, este estudo mostra-se relevante na medida em que, por um lado, para a comunidade em geral, vai ajudar a reconhecer e assegurar seus direitos de ter serviços eficientes e efectivos dos seus respectivos gestores, e articular seus interesses. E por outro, para a comunidade académica, o estudo vai encorajar os académicos e outros pesquisadores da Ciência Política a conduzir diferentes actividades de pesquisa relacionadas ao tópico em alusão.

1.3. PROBLEMA DE PESQUISA E CONTEXTO

Muitos autores olham para a competição eleitoral como um mecanismo crucial que assegura o cumprimento das funções críticas das democracias representativas. Esta literatura liga a competição política ao conceito de vulnerabilidade para explicar a responsividade política: políticos e partidos eleitoralmente vulneráveis ficarão preocupados com as reacções dos cidadãos às suas acções, e como consequência, eles tentarão constantemente antecipar essas reacções, agindo de forma responsiva, e buscando implementar políticas públicas que reflectem as preferências dos cidadãos. (BARTOLINI, 1999, 2000; LINDBERG, 2004; HOBOLT & KLEMMENSEN, 2008; HOLBROOK & DUNK, 1993).

No entanto, alguns autores, como Rodrigues citado por Cleary (2007), afirmam que as eleições municipais têm conseguido forçar todos os partidos no governo a ter um bom desempenho se eles aspirarem vencer a próxima eleição. Importa enfatizar que até 1990, Moçambique era um Estado socialista de partido único governado pela Frelimo, mas com a aprovação de uma nova constituição em Novembro de 1990 abriu-se espaço para um sistema político multipartidário, uma economia do mercado e eleições livres. (PEREIRA, 2009). Esta constituição iniciou um processo de reforma do Estado e do sistema político que incluía, entre outros aspectos fundamentais, o estabelecimento de órgãos de representação democrática a nível provincial e local (com vista a organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local). Posteriormente foi criada a lei 3/94 sobre os distritos municipais, mas apesar dos poderes que ela definiu, não era descentralizadora, por isso que depois das primeiras eleições multipartidárias em 1994, foi revogada e aprovada outra lei (2/97), que permitiu clarificar a separação entre os órgãos locais do Estado e o poder autárquico. (BRITO, 2013).

Com efeito, as eleições multipartidárias substituíram a dominação do partido único, e cidadãos ordinários começaram a participar na política com mais frequência e os governos locais tornaram-se mais responsáveis e eficientes. Deste modo, os primeiros discursos sobre a descentralização em Moçambique estruturaram-se, por um lado, no aprofundamento da democracia, via abertura de espaço público local, no pressuposto de que a participação do cidadão é alicerçada na eleição dos representantes locais; por outro, como um fundamento para a melhoria dos serviços públicos, resultado da aproximação e envolvimento das populações na identificação e resolução dos problemas locais. (GUAMBE, 2020). Isto sugere que os governos locais em Moçambique foram criados para garantir um bem-estar e melhorar a renda e a qualidade de vida dos cidadãos, o que se efectivou através do desenvolvimento económico local; prestação de melhores serviços em cada comunidade, que isto dependeria dos recursos gerados e disponíveis nas respectivas comunidades, e desenvolver os serviços urbanos em relação directa com o aumento de receitas autárquicas, pelo que a prioridade seria dada à área do desenvolvimento local nas autarquias. (BALOI, 2019).

Além disso, a criação das autarquias gerou dinâmicas políticas locais competitivas que se traduzem tendencialmente num melhor desempenho das autoridades locais na prestação de serviços aos cidadãos. (BRITO, 2013). Numa análise das tendências das eleições municipais de 1998, 2003 e 2008, Nuvunga (2012) afirmou que a Frelimo saiu claramente de todas eleições municipais como força política dominante, em termos de ganhar quase todos os municípios, o que não surpreende, se considerarmos a sua predominância na economia política, o seu acesso a recursos do Estado (também nas campanhas) e, portanto, a sua posição de patrono em relação a clientes locais. E o município da Matola não foge deste padrão.

Dados dos resultados eleitorais de 1998, 2003, 2008 mostram que a Frelimo governava praticamente sozinha no município da Matola, mantendo 82%, 85.8% e 86.5% dos votos respectivamente, um crescimento linear, por isso que autores, como Vines (2020) consideraram este município e mais outros da região sul de Moçambique como bastiões da Frelimo. Neste contexto, o partido incumbente não enfrentava nenhuma ameaça ao seu poder hegemónico neste município e os munícipes, por sua vez, não mostravam sinais de ameaçar a remoção deste governo. Um estudo feito por Bilério (2011) sobre as dinâmicas de *accountability* no contexto da governação local no município da Matola revelou que a capacidade de punição dos munícipes da Matola se mostrava fraca, uma vez que havia poucas acções levadas pelos munícipes com vista a protestar ou denunciar más práticas do governo municipal, devido ao medo de represálias, falta de conhecimento sobre os seus direitos, levando assim a fraca participação dos munícipes na governação e fraco exercício da

accountability vertical⁴. E por fim que, a punição/recompensa acontece ao nível da estrutura partidária, porque é onde se decide, se o indivíduo pode ou não se recandidatar nas eleições seguintes ao cargo que ocupava.

No entanto, o desafio à hegemonia do partido incumbente começa com as eleições autárquicas de 2013, que embora tenham sido boicotadas pela Renamo, que desde as primeiras eleições multipartidárias era o principal adversário da Frelimo, foram, em parte consideradas competitivas, nestas eleições, o MDM, conforme disserta Vines (2020), mostrou que tinha capacidade de realizar a sua campanha e conseguir apoio fora da Beira e Quelimane, pois conseguiu mais 40% de votos em 13 municípios, incluindo Maputo e Matola.

No caso do município da Matola, viu-se diminuindo o apoio à Frelimo por parte do eleitorado, pois dos 86.5% de votos que obteve nas eleições de 2008, desceu para 56.53% dos votos e o MDM obteve 42,24% dos votos. Como se pode notar, nestas eleições, a Frelimo foi sancionada pelo eleitorado por causa do desempenho do seu anterior candidato (Arão Nhancale) que, devido ao mau desempenho, foi obrigado a retirar-se do cargo antes do fim do seu mandato⁵, e mesmo tendo sido substituído, este acto teve um impacto negativo na forma como os munícipes da Matola passaram a ver as dinâmicas da governação da Frelimo.

Por isso que o novo candidato da Frelimo enfrentou grandes desafios para recuperar a boa imagem da governação da Frelimo, e buscou vários modelos para tornar-se mais interactivo com os munícipes e estabeleceu várias ligações com outros municípios e órgãos internacionais e empresas para responder as demandas dos munícipes da Matola, no que concerne às vias de acesso, gestão de resíduos sólidos, redução de desemprego, abastecimento de água, electrificação municipal, entre outras. No entanto, com as eleições autárquicas de 2018, o nível de competição eleitoral aumentou no município da Matola coadjuvado pelo regresso da Renamo ao campo político, e a estratégia inteligente da Renamo na escolha do candidato à governação municipal da Matola, isto representou uma grande ameaça à reeleição do candidato do partido incumbente, porque os resultados das eleições municipais de 2018 mostraram o quão acentuado foi o decréscimo do apoio à Frelimo e que a Renamo tinha conseguido uma significativa penetração em zonas tradicionalmente consideradas baluartes da Frelimo como a Cidade da Matola. (VINES, 2020). Por isso que a reeleição do candidato da Frelimo no município da Matola estava ameaçada, tanto que os resultados

⁴ Segundo Diamond e Morlino (2014), a responsividade está relacionada a *accountability* vertical e a participação e competição, e influencia o grau ao qual os cidadãos serão satisfeitos com o desempenho da democracia e vê-la como legítima.

⁵ Este facto revela a vulnerabilidade dos presidentes do conselho municipal face à sede do partido, a quem devem a sua candidatura, e prejudica a prestação de contas às bases e ao eleitorado. (NUVUNGA, 2012).

divulgados nos três editais mostraram que em um dos editais a Renamo ganhava as eleições, mas como sempre os órgãos de gestão eleitoral validaram um dos editais que dava a vitória à Frelimo, e os resultados das eleições foram distribuídos da seguinte forma, a Frelimo com 48,05%, Renamo com 47,28% e o MDM com 4,11%. Estes resultados indicam também uma queda na margem da vitória da Frelimo, e não só, o MDM, que representava a oposição no mandato anterior (2013-2018) foi o partido mais punido.

Uma vez que, o aspecto importante da responsividade democrática é procurar saber como os políticos priorizam diferentes assuntos e como esses assuntos correspondem às preferências do público, e dado que a responsividade é conduzida pela competição política, houve a necessidade de desenvolver este estudo para perceber se os autarcas e membros da Assembleia Municipal da Matola priorizam as preferências dos munícipes da Matola (ou seja, se eles cumprem com as promessas feitas durante a campanha eleitoral ou na interação com os munícipes) e se eles informam e justificam as suas decisões e acções aos munícipes e que estratégias usam para o fazer. O que justificaria os resultados das duas últimas eleições autárquicas e se os munícipes da Matola punem ou recompensam os autarcas e membros da Assembleia Municipal pelo seu desempenho, o que justificaria a elevada participação eleitoral nas últimas eleições autárquicas.

Neste sentido, diante do exposto na problemática, a presente pesquisa orienta-se por meio das seguintes perguntas centrais: ***qual é o nível de competição eleitoral no município da Matola? E qual é a sua implicação para responsividade do governo municipal às demandas dos munícipes?***

1.4 HIPÓTESE

Como resposta provisória da pergunta-chave acima apresentada, a presente pesquisa levanta a hipótese de que quanto maior for o grau de competição eleitoral, melhor será a responsividade do governo municipal às preferências dos munícipes da Matola.

1.1 OBJECTIVOS

A partir da compreensão do impacto da competição eleitoral na responsividade do Governo do Município da Matola, pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

Geral: analisar o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo do Município da Cidade de Matola de 2013 à 2020.

Específicos:

- Identificar acções traçadas pelo município da Matola para responder as demandas dos municípios e os níveis de desenvolvimento local entre os períodos de 1998-2012 e 2013-2020;
- Captar as percepções dos partidos políticos e o grau de satisfação dos cidadãos em relação ao desempenho do Conselho Municipal da Cidade de Matola;
- Analisar as dinâmicas da competição eleitoral no município da Matola e a sua implicação na resposta às demandas dos municípios.

CAPITULO II: METODOLOGIA

Nesta secção são apresentados os procedimentos metodológicos, os quais serviram como meios seguidos pelo autor para obtenção da informação que lhe possibilitou realizar o seu trabalho. A presente pesquisa foi realizada no Município da Matola, no qual avaliámos o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo, ou seja, na implementação de políticas públicas que respondem as demandas dos munícipes da Matola.

As estratégias da pesquisa usadas neste estudo foram abordagens mistas, ou seja, a qualitativa e quantitativa. com vista a criar oportunidade de prevenir a subjectividade do pesquisador nas conclusões obtidas no estudo. **A abordagem quantitativa** consistiu na utilização de técnicas estatísticas de análise dos dados sobre a competição eleitoral e responsividade, assim como para medir as opiniões e informações (adquiridas nas entrevistas e nos relatórios e jornais), por forma a comprovar a validade ou não da teoria ou hipótese que levantamos. (GIL, 2008; PREDANOV & FREITAS, 2013).

Por outro lado, **a abordagem qualitativa** foi usada para responder às questões sobre a natureza dos fenómenos, com recurso a revisão bibliográfica, e também, foi empregada para perceber as atitudes dos respondentes em relação ao nível e grau de responsividade dos provedores dos serviços na gestão municipal. (PRODANOV e FREITAS, 2013; MARCONI e LAKATOS, 2011).

Quanto ao método, nesta pesquisa foi usado o **método dedutivo**, o qual parte do geral e, a seguir desce ao particular, ou seja, parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal. (GIL, 2008: p.9). Este método permitiu captar o nível de complementaridade e distanciamento entre o quadro teórico e as percepções que nossos entrevistados têm sobre a responsividade do governo do Município da Matola e o seu impacto ou não na melhoria das condições de vida dos munícipes.

Para a materialização e recolha de informação nesta pesquisa recorreremos as seguintes técnicas:

Pesquisa bibliográfica que consistiu na consulta de fontes existentes publicadas (como relatórios do Barómetro da Governação Municipal do IESE, relatórios de estatísticas distritais, provinciais, de recenseamento/censo populacional e de agregados familiares do INE, relatórios do Banco Mundial e da ANAMM, relatórios do Barómetro da Governação Municipal do IESE (2017, 2018, 2019/20), artigos científicos e jornalísticos, livros relevantes para a temática, que forneceram-nos pontes para o debate teórico e permitiram a definição de conceitos, escolha do quadro teórico e instrumentos de recolha de dados para a pesquisa. (GIL, 2008; LUNDIN, 2016, MARCONI & LAKATOS, 2011)

A pesquisa documental serviu para recolha de informação pertinente para nossa pesquisa com recurso aos documentos existentes no município da Matola e na sua plataforma *online*, tais como planos de actividades, relatórios, planos de orçamentos/resoluções da AM assim como a legislação que define o funcionamento das autarquias locais em Moçambique que tivemos acesso. (GIL, 2008).

As populações-alvo deste estudo foram as pessoas autorizadas (fornecedores de serviços) e os munícipes (na qualidade de usuários). Os dados primários foram adquiridos usando entrevistas sem-estruturadas, observação, assim como relatórios e artigos de jornais.

A entrevista semi-estruturada foi usada para ter ideias diferentes e não restringir os pontos de vista dos participantes e colectar dados sobre as percepções, sentimentos, atitudes dos respondentes. (ARAUJO & SILVESTRE, 2012). Deste modo, conduzimos entrevistas a cerca de 16 munícipes, 2 membros do Conselho Municipal e 2 membros da Assembleia Municipal da Matola. De modo facilitar a comunicação, clareza e fácil compreensão entre os respondentes, algumas entrevistas foram igualmente administradas na língua local (*changana*). (LUNDIN, 2016). E reitera-se que as entrevistas foram realizadas no período do 10 de Outubro ao dia 02 de Novembro de 2021.

Observação: pois tendo lido os relatórios de actividades anuais do Conselho Municipal da Matola e variados discursos sobre o desempenho do município, o pesquisador teve que visitar os locais onde essas actividades foram realizadas, por forma a avaliar a veracidade de depoimentos concedidos pelos funcionários do Conselho Municipal e membros da Assembleia Municipal e pelos munícipes entrevistados. (MARCONI & LAKATOS, 2011).

Quanto ao tipo de amostra, para a determinação das pessoas entrevistadas, recorreremos às **amostras intencional e por conveniência/acessibilidade** para seleccionar pessoas autorizadas (provedores de serviços) e munícipes respectivamente. A principal razão para o uso da amostra por conveniência foi por causa do procedimento da amostra de obter as pessoas ou unidades que estão quase disponíveis convenientemente, ou seja, como nem sempre é possível ter acesso a toda população-alvo do estudo, é preciso dar segmento a pesquisa, utilizando-se a parte da população que é acessível na ocasião da pesquisa, no que se refere a disposição para responder as nossas perguntas. Os funcionários do Conselho Municipal e membros da Assembleia Municipal da Matola foram seleccionados propositalmente/intencionalmente, porque essas instituições públicas providenciam serviços aos munícipes da Matola⁶, e a escolha deste tipo de amostra é porque permite a selecção

⁶ Tendo em conta que o município da Matola é composto por três Postos Administrativos nomeadamente: Matola Sede com 13 bairros; Machava com 13 bairros e Infulene com 15 bairros. Deste conjunto, seleccionamos 2 bairros na Matola Sede (Fomento e Liberdade), 5 bairros na Machava (Patrice Lumumba, KM-15, Machava-sede, Bunhica e Matola Gare) e um bairro de Infulene (Muhalaze), nos dois bairros da Matola-Sede foram entrevistados três munícipes, 1 de Fomento

deliberada de um número específico de membros de uma determinada população que podem fornecer informação em virtude do seu conhecimento ou experiência. (GIL, 2008, ARAUJO & SILVESTRE, 2012, PRODANOV e FREITAS, 2013)

Na apresentação e análise dos dados, o pesquisador buscou organizar os dados por tabulação⁷. Os dados qualitativos foram analisados usando as descrições e interpretações e preparação dos dados necessários para testar as hipóteses da pesquisa, análise das relações entre as variáveis e comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir das hipóteses. A técnica de análise de conteúdo dos dados qualitativos, permitiu-nos fazer a transcrição e organização da informação coletada nos entrevistados. (GIL, 2008; ARAÚJO & SILVESTRE, 2012). Para correlacionar a competição eleitoral e a responsividade foi usado o método de correlação de Pearson⁸ com recurso ao mecanismo informático do Excel.

Limitações

Na realização desta pesquisa, tivemos limitações em relação ao acesso à informação, pois alguns municípios não se dispuseram a comentar, por medo de represálias, apesar de termos garantido a confidencialidade e outros por falta de interesse no assunto, e tempo. Por outro lado, tivemos dificuldades no acesso aos membros do partido MDM para as entrevistas, como se vê no trabalho, e maioria dos membros da Assembleia Municipal da Matola, porque a pesquisa foi realizada ainda no meio ao período da pandemia, em que havia restrições, tudo aliado também a questão da indisponibilidade de recursos suficientes para o deslocamento do autor.

e 2 da Liberdade, nos bairros da Machava, foram entrevistados 8, dos quais 3 do Patrice Lumumba, 1 de KM-15, 1 da Machava-sede, 1 de Bunhica e 2 da Matola Gare (Tchumene), e por fim no Infulene, no bairro de Muhalaze, foram entrevistados 5 municípios.

⁷ De acordo com Gil (2008: pág. 159), a tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise.

⁸ Conhecido como correlação produto-momento é uma medida de inter-relação entre pelo menos duas variáveis contínuas. É um índice do grau de associação entre dois pares de medições que varia entre -1 até mais 1. (CERVI, 2019).

CAPITULO III: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Este capítulo será reservado a revisão da literatura em termo dos conceitos estruturantes da investigação, especificamente a competição eleitoral, responsividade e congruência. A visita à estes conceitos servirá não só para tornar os conceitos mais tangíveis ao leitor, mas também para orientação na evolução do tema e ideias de diferentes autores sobre o assunto.

3.1. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

A definição dos conceitos de competição eleitoral, responsividade e congruência torna-se muito importante, porque esses conceitos serão a base para a discussão e compreensão do assunto em estudo.

3.1.1. Competição

A competição eleitoral é uma área bastante pesquisada na Ciência Política contemporânea, principalmente para maioria dos teóricos da democracia. Um dos teóricos é Schumpeter (1950) que afirmara que a condição *sine qua non* da democracia é a luta competitiva entre candidatos pelos votos do eleitorado. Pois, para que seja uma democracia, um sistema político deve ter competição eleitoral regular, livre e justa entre os partidos políticos. (DIAMOND & MORLINO, 2004)

Na ocasião, Sartori (2005) citado por Bernardi (2013, p.7) ressalva que a competição eleitoral refere-se a uma estrutura ou regra de jogo que constitui uma incerteza agregada de disputa eleitoral. Ou seja, o grau pelo qual os resultados eleitorais são esperados a variar sobre o conjunto de posições políticas.

Bartolini (2000) acrescenta em sua definição que a competição política pode ser definida como sendo propriedade de políticas ligada a um sistema de interações entre indivíduos e grupos rivais autônomos na esfera política, cujo objectivo é o poder Político (votos, cargo, influência nas políticas), em que são aplicados meios não violentos tais como, campanhas e devolução de bens, e a consequência dessa disputa é a responsividade política.

Blais e Lago (2009, p. 95) definem eleição competitiva como uma eleição em que o resultado da eleição é incerto, e que quanto mais incerto o resultado da eleição, mais competitiva ela é.

Neste contexto, Citando Cox⁹ apud Limongi (2015; p.28) refere que há competição, quando diferentes partidos lutam para conseguir mais eleitores que os demais, e são capazes de fazer com que seus eleitores votem, assim, a mobilização é a actividade essencial para ocorrência de eleições competitivas.

De facto, um nível de competição eleitoral é central para valores democráticos de autogoverno, *accountability* e responsividade dos representantes eleitos. E para o efeito, são necessários 4 indicadores, a saber: a percentagem de votos do vencedor, a percentagem de assentos do partido vencedor, a percentagem de assentos do segundo partido e a alternância do poder. (LINDBERG, 2004).

Holbrook e Van Dunk (1993; p. 280) desenvolveram um modelo de mensuração da competição eleitoral, com base nos resultados do nível distrital das eleições legislativas e estatais, e consiste em 4 indicadores, a saber: a percentagem de votos para o candidato vencedor, a margem de vitória do candidato vencedor, se o assento é seguro ou não, e se a disputa foi considerada acirrada ou não¹⁰.

Contudo, para efeitos da pesquisa, adoptamos a definição segundo a qual a competição refere-se a disputa entre indivíduos e grupos com recurso as campanhas e outros meios, visando o poder político, que resulta na responsividade política.

No entanto, o indicador mais comum na literatura especializada para mensurar a competitividade dos sistemas seja o número efetivo de partidos, que foi criado por Laakso e Taagepera (1979) a partir do índice de fracionalização de Douglas Rae, que é uma adaptação do conhecido índice de Herfindahl–Hirschman (H-H), amplamente utilizado na economia para mensurar dispersão-concentração de indústrias e mercados. O NEP é calculado dividindo-se 1 pelo somatório do quadrado das proporções de votos ou de assentos obtidos pelos partidos em uma dada eleição conforme a fórmula abaixo, onde indica a fracção de votos ou cargos obtidos pelo partido:
$$NEP = 1 / \sum_{i=1}^n p_i^2$$

O segundo indicador acompanhado pelo primeiro foi a margem da vitória, que calcula-se subtraindo a percentagem de votos do candidato/partido vencedor pela percentagem de votos do segundo candidato/partido mais votado. Esta estatística, segundo Cleary (2007), oferece um indicador claro e intuitivo do quão acirrada é uma dada eleição.

⁹ Cox afirma que a competição eleitoral passa por três actividades: persuasão (formação da vontade dos eleitores), mobilização (fazer com que seus partidários votem) e coordenação (evitar votos em candidato sem chances de vitória). (LIMONGI, 2015).

¹⁰ A fórmula desenvolvida pelos autores dá-se por: $100 - (\% \text{ de votos para vencedores} + \text{margem de vitória} + \% \text{ de assentos não disputados} + \% \text{ de assentos seguros}) / 4$.

Por fim, como a pesquisa procura mensurar os níveis de competição eleitoral e sua implicação na responsividade, usamos recorreremos ao índice de volatilidade eleitoral para analisar o comportamento eleitoral dos munícipes da Matola quanto às suas preferências partidárias. O índice de volatilidade (VT) mede o grau de mudança eleitoral em duas eleições consecutivas. Este indicador, elaborado inicialmente por Pedersen (1979), refere-se ao grau de estabilidade da relação partido-eleitor no tempo, e é, de acordo com Taagepera e Grofman (2003), uma das medidas mais empregadas e consensuais na Ciência Política. O índice proposto por Mogens Pedersen (1980) é calculado da seguinte maneira: $VT = \sum (Pit2 - Pit1)/2$

Onde VT: Volatilidade total; Pit2: percentagem de votos do partido i em t2 e Pit1: percentagem de votos do partido i no t1. O algoritmo consiste na mudança líquida da força eleitoral dos partidos em dois pontos do tempo. (SIMONI, 2019).

3.1.2. Responsividade

O conceito de responsividade foi desenvolvido por Pitkin, que, segundo ela, implica que a essência da representação consiste na promoção de interesse dos representados. Para fazer isso, o representante deve estar bem informado sobre as necessidades e preferências do seu eleitorado e acessível para comunicar-se com eles. Outrossim, os representantes devem estar cientes das preocupações dos eleitores e estar dispostos a expressá-los em debates da Assembleia e estar dispostos a se comprometer no debate público, no qual o representante explica e justifica as suas decisões políticas aos cidadãos. (BENTERS e KLOK, 2013; p.665).

Um dos autores que mencionou o conceito de responsividade como parte do aprimoramento do sistema democrático foi Robert Dahl (1997), em que o autor afirmara um sistema político é democrático quando o mesmo é inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo aos seus cidadãos.

“Parto do pressuposto de que uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais...Neste livro, gostaria de reservar o termo “democracia” para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos” (DAHL, 1997; p.1).

A primeira definição que trazemos é de Przeworski, Stokes e Manin (1999), segundo a qual a responsividade refere-se à capacidade de resposta dos políticos e sistemas políticos às demandas por distribuição e redistribuição vindas da sociedade. O que significa que, para que o governo seja responsivo deve devolver o que o eleitor expressou por meio do voto ou comunicação.

Deste modo, a responsividade é um conceito muito crucial na discussão sobre a qualidade democrática. Para Linde e Peters (2020), a responsividade refere-se a observação de curto-prazo entre os desejos do povo e o que ele recebe dos partidos e líderes políticos em termos de políticas públicas e resultados de políticas.

Para Besley e Burges (2000: 1-3), a responsividade é um componente central da democracia representativa, pois constitui o mecanismo pelo qual os cidadãos exercem controlo sobre o governo por meio de eleições. Mas para tal, os cidadãos devem participar do processo político para serem capazes de punir os incumbentes, e também os cidadãos têm de ter informação sobre o desempenho para avaliar a qualidade do desempenho de seus incumbentes.

Todavia, Diamond e Morlino (2004; p.22) definem a responsividade como sendo a última dimensão da qualidade de democracia que visa mensurar como as políticas públicas (leis, instituições e dispêndios públicos) correspondem às demandas e preferências dos cidadãos no contexto do processo político.

Na perspectiva de Morales (2014), a responsividade pode ser definida como a correspondência (congruência) entre preferências dos cidadãos em relação às políticas e às preferências dos representantes, ou às posições dos partidos sobre políticas públicas, expressas em seus manifestos, ou seja, a condição sob a qual os representantes políticos ou governos escutam e respondem às demandas dos cidadãos.

Esta definição remonta aos três tipos de acções de responsividade, a saber:

1. Escutar: acções tomadas para manter-se informado sobre sentimentos dos cidadãos;
2. Explicar: acções tomadas para prover uma justificação credível pelas decisões políticas;
3. Adaptar: acções tomadas para ajustar decisões políticas na direcção da opinião da maioria. (ESAIASSON, GILLJAM & PERSSON, 2017; p.743).

Neste contexto, Pogrebinschi e Ventura (2017; p.17) propõem três níveis intermediários para definir o conceito de responsividade, a saber:

1. Impacto nas políticas públicas: refere-se à capacidade do governo e do legislativo de converter em políticas públicas as preferências expressas pelos cidadãos e actores sociais colectivos por meio de mecanismos participativos;
2. Congruência temática: consiste na existência de congruência substantiva entre as preferências expressas nas novas instâncias participativas e a acção das instituições representativas, ou seja, correspondência substantiva entre as preferências expressas nas

instâncias participativas e as iniciativas legislativas e leis propostas no parlamento ou emanadas pelo governo;

3. Multidimensionalidade da representação política: consiste no potencial multidimensional da representação estimulada pelos mecanismos participativos (respostas das diferentes clivagens partidárias do parlamento e dos poderes estatais às preferências expressas nos espaços participativos).

No mesmo conjunto de discussões, Powell (2004; p.91) apresenta a definição mais clara da responsividade, segundo a qual, a responsividade constitui uma das justificações para a democracia, um processo dinâmico caracterizado por uma cadeia causal que contempla as diferentes etapas da representação, que são: o reconhecimento das preferências dos cidadãos, por meio do voto, da legitimidade do resultado das eleições, da seleção de decisores políticos, da formulação de políticas públicas e da prestação de contas por parte dos representantes. Para este efeito, o autor defende que, são necessárias três condições do que chama de corrente da responsividade democrática:

1. As escolhas são estruturadas na forma que melhora as preferências políticas diversas e multidimensionais dos cidadãos em escolhas políticas nacionais mais coerentes oferecidas pelos partidos políticos concorrentes.
2. As preferências eleitorais dos cidadãos estão agregadas em um governo de decisores políticos. Dessa forma, o segundo momento é de transformação de votos em cadeiras parlamentares; de alocação dos postos de poder em um sistema seguindo a decisão dos eleitores.
3. E os funcionários eleitos traduzem suas posições de políticas e compromissos em verdadeiros resultados políticos (políticas públicas e leis).

Todavia, o autor destaca três tipos de subversões na ligação entre os eleitores e escolhas eleitorais. Primeiro, podem ocorrer problemas na aquisição e no processamento de informações políticas por parte dos eleitores. Isso pode ser decorrente de questões institucionais, que interferem na transparência e na clareza na atribuição de responsabilidades. O segundo problema nessa etapa pode estar relacionado à complexidade do sistema partidário e à incoerência dos partidos. O problema, nesse caso, está na apresentação das propostas dos partidos e na distinção de suas posições pelos eleitores. A ausência de clareza programática entre partidos dificulta as escolhas dos eleitores. Assim, níveis informacionais dos eleitores estão intimamente ligados aos incentivos de aprendizado e de acesso às informações oferecidas pelo sistema partidário. Eleitores têm poucas informações porque o sistema partidário não auxilia o eleitor a diferenciar as alternativas disponíveis. Por último,

o terceiro obstáculo possível é a limitação nas alternativas de escolha disponíveis. Eleitores podem não se sentir representados por nenhum partido ou político por que o sistema político é insuficientemente aberto para a inclusão de pontos de vista variados. (POWELL, 2004, p.93-7). A seguir passamos a apresentar a tabela de resumo das condições facilitadoras e subversivas da responsividade.

Tabela 1: Principais componentes que condicionam e subvertem a responsividade

	Estruturação de escolhas	Agregação institucional /transformação do resultado eleitoral em governo	Formulação e implementação de políticas
Condições subversivas (obstáculos)	Controlo de informação Limitação de escolhas Incoerência partidária	Distorção no sistema eleitoral Distorções entre o voto e executivo Impasses entre o executivo e o legislativo Perdedores e vencedores Governação por decreto Migração partidária	Corrupção Incumprimentos programáticos Constrangimentos internos e externos.
Condições facilitadoras	Educação, Liberdade de imprensa Discurso nacional Competição partidária/estabilidade	Sistema eleitoral de representação proporcional; processo de decisão política inclusivo	Responsabilização horizontal e vertical Capacidade burocrática

Fonte: produzida pelo autor com base nos dados de Powell (2004; p.97)

Em suma, o modelo de Powell (2004) é mais vantajoso pelo facto de apontar para estágios do processo de transformação de preferências dos cidadãos e políticos em escolhas eleitorais e de políticas públicas, em cada momento do processo decisório democrático. Em que primeiramente, olha para a transformação das preferências dos eleitores em escolhas eleitorais (votos), um processo efectivado pelo sistema partidário e eleitoral; em seguida, o autor olha para a transformação das escolhas eleitorais em governo, o que remete a forma como os órgãos eleitorais e o tipo de governo influenciam a distribuição de poder entre os representantes eleitos (tradução de votos em assentos parlamentares); e por fim a tradução das preferências dos políticos em políticas públicas e leis (resultados políticos).

Em suma, a responsividade pode ser definida como capacidade dos políticos/partidos políticos/governos de implementarem políticas que reflectem as preferências dos cidadãos, que se caracteriza pelo modo como as escolhas dos cidadãos são estruturadas em alternativas políticas coerentes representadas por partidos políticos distintos, a forma como as preferências dos cidadãos

são agregadas e transformadas num governo com objectivos políticos, e a maneira como os membros do governo/parlamento traduzem preferências e compromissos em políticas públicas e resultados.

3.1.3. Congruência

A congruência entre os cidadãos e actores políticos é um dos tópicos mais discutidos com muita frequência no contexto da representação, no geral, e da responsividade em particular. Assim, nesta secção, buscamos discutir este conceito. Uma outra forma de definir a responsividade é por meio da congruência das atitudes públicas em relação aos assuntos políticos com preferências políticas e acções dos representantes eleitos, uma vez que, os políticos eleitos são esperados a responderem às preferências públicas, devido a ameaça da sanção eleitoral. (HOBOLT, 2003; p.380).

Powell (2003) concebe a congruência em termos ideológicos como a correspondência entre a posição do cidadão mediano e a posição dos formuladores de políticas em uma medida do discurso comum, tais como a escala esquerda-direita.

Os problemas que envolvem a congruência com responsividade foram identificados e discutidos por Eulau and Karps (1977). Segundo os autores, a congruência pode acontecer porque o eleitorado escolheu um representante que não partilha das suas preferências, mas é constrangido por outros factores para seguir uma opção política que é consistente com os pontos de vista do seu eleitorado; porque o representante persuadiu o eleitorado para partilhar seus pontos de vista; porque os factores externos mudaram simultaneamente as visões e/ou preferências de ambos (eleitores e representantes); ou porque o representante escolhe adaptar seu comportamento político para combinar as visões de seus eleitores.

Todavia, a correspondência entre as políticas que os cidadãos desejam e os resultados produzidos pelo governo não indica necessariamente a responsividade democrática. Em democracia, a responsividade não pode depender somente da boa vontade dos decisores políticos. A responsividade implica que arranjos institucionais e acima de tudo as eleições ligam os cidadãos àqueles que formulam políticas em seu nome. (POWELL, 2004; p. 92).

3.2. REVISÃO DA LITERATURA

Este subcapítulo será reservado para discussão teórica sobre o impacto da competição eleitoral na responsividade, as diferentes abordagens que orientam a análise, assim como alguns estudos já feitos sobre a matéria em questão com aplicação da abordagem multidimensional da competição.

Para começar, esta pesquisa parte do pressuposto de que as eleições competitivas levam a um governo mais responsivo, ou seja, a competição eleitoral entre candidatos e partidos garante que os eleitos sirvam os interesses daqueles que os elegem. A discussão que inicia aqui reúne vários autores em torno desta temática que buscam a sua veracidade.

Ao recorrermos ao Fumarola (2018; p.1), encontramos afirmação segundo a qual, a existência da ligação entre os eleitores e os representantes oferece aos cidadãos a prerrogativa de assegurar que os governos sejam responsivos por suas ações, e aos governos a possibilidade de fazer prestação de contas sobre suas decisões e ações.

Desse modo, os teóricos da democracia de John Stuart Mill à Robert Dahl afirmam que a característica-chave de uma democracia é a responsividade contínua do governo às preferências de seus cidadãos. Uma vez que, a democracia concede aos cidadãos o direito à petição do seu governo na esperança de alcançar algum objectivo individual ou social, e isso requer competição justa entre versões divergentes do interesse público. (PUTNAM, 1993; p.63).

Da mesma forma, Hobolt e Klemmensen (2008; p.332) defendem que a competição eleitoral constitui um mecanismo-chave que encoraja os governos a responderem aos desejos do eleitorado, pois quanto mais dura for a disputa competitiva pelos votos e políticas públicas, mais os executivos são favoráveis às preferências públicas e menos oportunidade os governos têm de perseguir seus próprios interesses, assim, as instituições, que impulsionam a incerteza do executivo sobre manter-se no cargo e constranger seu poder, aumentam os níveis de responsividade governamental.

Isso acontece porque, conforme afirmam Manin, Przeworski e Stokes (2006; p.110), os políticos querem ser eleitos e reeleitos, e esperam que os eleitores vão reelegê-los se eles perseguirem as propostas políticas apresentadas em suas campanhas eleitorais. Mas, ao mesmo tempo, os políticos estão interessados em fazer que suas promessas tenham credibilidade no futuro. Mesmo se os eleitores acreditarem que um desvio do mandato tenha sido benéfico, eles descontinuarão promessas futuras dos políticos.

Segundo Ashworth et al (2016; p.3), os estudos que analisam a ligação entre competição política e eficiência do governo geralmente argumentam que uma competição mais restrita entre partidos (ou políticos) provavelmente levará a uma redução no fornecimento ineficiente de bens públicos. A razão é que a competição por cargos políticos reduz a capacidade dos políticos de se envolverem em comportamentos oportunistas. Tais acções, em um ambiente competitivo, podem custar-lhes a reeleição. Por isso que, conforme enfatizam Holbrook e Van Dunk (1993; p.960), na ausência de competição, a responsividade sofre e os incumbentes podem extorquir os recursos sem comprometer suas *chances* de reeleição.

Downs (2013) também reforça esta ideia afirmando que, na maioria das vezes, os candidatos, devido à sua pretensão da reeleição, podem comprometer-se com as políticas que implementariam se eles fossem eleitos. Por isso, os candidatos propõem objectivos durante a eleição e o alcance desses objectivos depende do seu esforço. Não obstante a isso, nesse processo, os candidatos e os eleitores estabelecem um contrato, no qual, os eleitores castigam o incumbente por um mau desempenho. Em outras palavras, conforme Persson e Tabellini (1999; p.705), dois candidatos motivados pelo cargo fazem compromissos vinculativos às plataformas políticas na campanha eleitoral e os eleitores racionais seleccionam a plataforma política mais favorável a eles.

Portanto, as eleições podem fazer os governos actuarem em nome dos interesses dos cidadãos, e dois mecanismos são essenciais para tornar isso possível, conforme mencionam Manin, Przeworski e Stokes (2006, p. 337), a saber:

- a) O mandato: as eleições servem para seleccionar e escolher boas políticas ou políticos que sejam orientados pela política (*policy-bearing politicians*). Partidos ou candidatos fazem propostas políticas durante a campanha e explicam como essas políticas irão afectar o bem-estar das pessoas; os cidadãos decidem quais dessas propostas políticas eles querem e quais políticos serão responsáveis por implementá-las; e, finalmente, os governantes eleitos implementam tais políticas escolhidas. Assim, as eleições emulam uma assembleia directa e a plataforma vencedora investe-se do "mandato" com o qual o governo segue.
- b) *Accountability*: as eleições servem para manter governos dignos de confiança, através dos resultados obtidos durante a sua gestão. Uma vez que os governantes eleitos antecipam qual será o julgamento dos eleitores, os governos são induzidos a escolher políticas com as quais eles serão positivamente avaliados pelos cidadãos nas próximas eleições.

Na mesma linhagem de discussão, Ofonsu (2019; p. 6) afirma que as eleições afectam o desempenho dos políticos por meio de dois canais principais:

- As eleições ajudam os eleitores testarem os candidatos, seleccionando aqueles com espírito público, que eles acreditam que trabalham duro no cargo;
- As eleições competitivas podem incentivar os políticos a ter um bom desempenho, porque os eleitores podem sancionar retrospectivamente seu mau desempenho.

Deste modo, tendo em conta o primeiro canal, de acordo com Miller e Stokes (1963: p. 50), o eleitor pode controlar as acções políticas dos representantes sob três formas:

- a) O eleitor escolhe (selecção) um representante que partilha de suas visões, que na busca de suas convicções, ele satisfaça a vontade do seu eleitorado. Neste caso, a opinião do eleitorado e as acções do representante estão ligadas através das próprias atitudes políticas do representante;
- b) A segunda é que o representante segue suas percepções da atitude do eleitorado, por forma a ganhar a reeleição. Neste caso, a opinião do eleitor e as acções do deputado estão ligadas por meio da sua percepção do que o distrito deseja;
- c) O terceiro tipo é o representante aceder ao que ele acha que o eleitorado deseja, porque ele acredita que para ser o que um representante deveria fazer, seja necessário ou não para reeleição.

Todavia, não podemos nos basear apenas nas eleições para tornar os governos responsáveis, pois as eleições não são o único instrumento da democracia que muitos cidadãos têm ao seu dispor. Como defende Cleary (2007; p.283), a responsividade pode depender da capacidade dos cidadãos de articular demandas e pressionar o governo através de um conjunto de acções políticas além de votar, tais como: protestos, discursos públicos, *lobbying*, acção colectiva ou contacto directo com os funcionários do governo. Mas as eleições são essenciais porque aperfeiçoam o vínculo entre as preferências públicas e outputs (políticas públicas) do governo.

Em outro artigo, Cleary (2010: p.16-17) volta a frisar que, os cidadãos podem tornar o governo responsável, não apenas ameaçando remover os incumbentes do poder quando eles apresentam mau desempenho, mas também por pressionar ou persuadir incumbentes enquanto eles estão no cargo. O autor mostra com base nos municípios do México que a voz pode influenciar o desempenho do governo, mesmo quando as eleições não são competitivas e onde o partido incumbente não percebe qualquer ameaça eleitoral significativa à sua incumbência.

Não obstante, a relação entre a competição eleitoral e a responsividade pode ser influenciada por um conjunto de factores tais como: a informação sobre os candidatos, os problemas de compromisso entre a plataforma eleitoral dos candidatos e suas realizações como incumbentes, as

regras do sistema eleitoral (maioritário ou proporcional), o número de candidatos (multipartidarismo) envolvidos no processo eleitoral e o ambiente institucional. (ARVATE, 2012; p.69).

Assim, dada a assimetria informacional, os eleitores não sabem tudo que precisariam saber, tanto para decidir prospectivamente o que os políticos deveriam fazer, quanto para julgar retrospectivamente se eles fizeram o que deveriam ter feito. Desse modo, a avaliação dos mesmos restringe-se às eleições, período em que os representantes são controláveis mediante a prestação de contas. (MANIN, PRZEWORSKI & STOKES, 2006; p. 106).

Contanto, como resposta, Fiorina (1981) propôs um mecanismo designado “**voto retrospectivo**”¹¹, em que atribui a importância eleitoral às oscilações econômicas, aos resultados da política externa e aos impactos nas condições de vida da população.

Nesse caso, mesmo desinformados, os cidadãos possuem um pouco de dados que lhes possibilitam interpretar o desempenho do governo. Quanto menos eles souberem sobre os detalhes de políticas públicas vigentes, mais eles tenderão a se basear no voto retrospectivo como atalho para tomar decisões eleitorais. Mesmo decidindo de forma racional, o cidadão possui um rol de alternativas, condicionadas pelo contexto que o cerca, sobretudo pelo acesso à escolarização. A racionalidade é restringida pelo contexto em que se encontram, especialmente, pelas informações que as elites políticas lhes fornecem. Mesmo se eleitores não forem totalmente informados, podem se basear em atalhos de informação como opiniões alheias para tomar decisões eleitorais. (CAVALCANTE, 2015; p. 90).

Portanto, Persson, Roland e Tabellini (2003; p.9-11) defendem que os cidadãos votam de forma retrospectiva, baseando-se na ideologia, e também no seu bem-estar econômico, recompensando ou punindo o governo incumbente tendo em conta que sua utilidade individual esteja acima ou abaixo de um dado nível de utilidade. Mas acontece que os eleitores não são totalmente racionais e assim não são jogadores estratégicos e também, os eleitores só recompensam seu próprio partido, quando eles estiverem satisfeitos com o desempenho do governo.

Kerr e Luhrmann (2017; p.6) acrescentam mais duas fontes através das quais, os cidadãos podem adquirir informação acerca do desempenho dos incumbentes e do processo eleitoral, tais como a experiência pessoal com gestão eleitoral e os *media*. Os *stakeholders* eleitorais (incumbente, oposição e observadores nacionais e internacionais) são incentivados a avaliar a qualidade da

¹¹ Apenas a sanção retrospectiva é real, mas admite-se também que tal sanção retrospectiva não é melhor que a prospectiva se as dificuldades de avaliação mencionadas forem genuínas. (BARTOLINI, 2000; p.450).

administração eleitoral durante diferentes estágios do ciclo eleitoral e depois da eleição. Os *media* filtram a disseminação desses debates entre as elites concernentes à integridade das eleições para o público. Mas para isso é necessário que haja liberdade da imprensa.

No entanto, embora não seja racional para muitos eleitores serem bem informados acerca dos assuntos, há outras formas de depositar o voto de forma racional, usando informação de baixo custo. Dentre as fontes de informação, temos: líderes partidários, especialistas políticos confiados, como os formadores-chave de opinião, e activistas partidários nos círculos sociais dos eleitores. (WARD, 2006; p.247).

Em resposta aos problemas da falta (ou pouco) de conhecimento sistemático sobre os efeitos de arranjos institucionais no controlo dos eleitores sobre os políticos, Manin, Przeworski e Stokes (2006; p. 128-133) sugerem a conjugação de alguns factores institucionais a saber:

- a) Os eleitores devem ser capazes de imputar claramente a responsabilidade pelo desempenho do governo. E neste âmbito, as instituições maioritárias geram governos que não são distantes dos eleitores no espaço das políticas, mas com maior prestação de contas;
- b) Os eleitores devem poder votar para retirar do cargo os partidos responsáveis por um mau desempenho, e os partidos por eles eleitos devem poder tomar posse;
- c) Os políticos devem ter incentivos para desejarem ser reeleitos. Neste contexto, quando há estabilidade do sistema partidário, os coeficientes da função que relacionam a probabilidade de reeleição com os resultados económicos são maiores e as suas estimativas mais precisas;
- d) A oposição deve monitorar o desempenho do governo e informar os cidadãos, quando não se alia ao governo, e nem o contradiz sempre;
- e) Os *media* desempenham um papel particular em manter os cidadãos informados sobre as actividades políticas dos seus representantes;
- f) Por fim, os eleitores precisam ter alguns instrumentos institucionais para recompensar e castigar os governos pelos resultados que geraram em âmbitos distintos. Neste contexto, as eleições não são suficientes, pois os eleitores só têm uma decisão para fazer no que diz respeito a um pacote inteiro de políticas governamentais.

Destes instrumentos, segundo os autores acima citados, destacam-se as instituições que forneçam informações independentes sobre o governo aos cidadãos, que devem incluir: um conselho independente para garantir a transparência das contribuições de campanha, com poderes próprios de investigação; um órgão auditor independente do Estado; uma fonte independente de informações

estatísticas sobre o estado da economia; e um espaço privilegiado para que a oposição vigie as Mídias públicas.

Para corroborar a hipótese da necessidade da actuação da oposição e dos *media*, Seeberg (2018) argumenta que o criticismo da oposição é muito importante para entender a influência dos problemas sociais nas avaliações feitas pelos eleitores ao governo, uma vez que os problemas sociais e o criticismo da oposição são constrangimentos no governo. Não obstante, com seu criticismo vocal do governo no parlamento e nos Mídias, assim como seu interesse em substituir o governo, a oposição é crucial para fazer com que os eleitores obriguem o governo a prestar contas por mau desempenho, e não só, chama atenção dos eleitores para um problema que o governo ignora, e encoraja-os a avaliar o governo com base nesse problema.

Outro factor que pode afectar o impacto da competição eleitoral sobre a responsabilidade governamental tem a ver com a dicotomia de sistemas eleitorais (maioritário e proporcional). De acordo com Hobolt e Klemmensen (2008: p.313), as eleições com base na regra maioritária traduzem mudanças nas preferências eleitorais em grandes mudanças nas maiorias legislativas, do que as eleições com base na representação proporcional, pois os sistemas maioritários fortalecem os incentivos para os políticos serem responsivos. Todavia, embora a responsabilização possa ser elevada nos sistemas maioritários, os sistemas proporcionais têm mais probabilidade de encorajar uma representação mais ampla da opinião pública. Não só, nas eleições em que há um provável vencedor, os sistemas maioritários tendem a reduzir os incentivos para o governo ser responsivo, porque o vencedor é recompensado com um bônus da vitória maior, ao passo que nos sistemas proporcionais, os governos têm que esforçar-se mais por cada assento. Para consubstanciar estas assertivas, Powell (2003) reitera que, dado que o princípio maioritário pressupõe a concentração do poder em poucos agentes, isso facilita tanto o controlo por parte dos cidadãos, quanto a clareza de responsabilidades no que concerne às decisões tomadas pelos governantes.

Em suma, a competição eleitoral é um determinante muito importante da democracia, pois constitui um mecanismo que assegura a responsividade, assim como um mecanismo de controlo a ser exercido pelos eleitores por meios eleitorais.

3.3. QUADRO TEÓRICO

A análise que sugere o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo municipal da Matola, foi feita com base na **abordagem multidimensional da competição política de Steffano Bartolini (1999, 2000)**, uma vez que esta abordagem, diferente de outros modelos de análise de

competição política como o modelo racional/espacial da perspectiva de Downs (1957) e Schumpeter (1950), e da teoria do jogo que, segundo Zumbach (2011), explicam a competição de forma unidimensional (a contestabilidade), a qual ajuda a tornar o governo responsável, mas ela sozinha não é igual a competição, pois quando a competição deveria levar aos fins socialmente desejáveis, e a contestabilidade sozinha não é suficiente. Em outras palavras, uma democracia não deve apenas abraçar a *accountability* (responsabilização), mas também a responsividade (por exemplo, a obrigação para o governo faça o que os cidadãos desejam). Bartolini (1999, 2000) argumenta que há mais três condições de competição, por forma, a garantir a responsividade, são elas: disponibilidade, decidibilidade e vulnerabilidade, que juntas com a contestabilidade, vinculam as escolhas de políticas pelos representantes às preferências dos representados. A seguir passamos a descrever cada dimensão desta abordagem:

a) A contestabilidade das eleições

A contestabilidade é a capacidade de substituir de forma credível um incumbente por uma alternativa equivalente ou superior. (DASH, FERRIS & WINER, 2018). Ou seja, a contestabilidade refere-se às regras de jogo que estruturam oportunidades políticas para os antigos e novos concorrentes na arena política. Assim, como disserta Bartolini (1999), a contestabilidade tem como enfoque as barreiras de entrada (pois definem as condições para os candidatos e partidos participarem na eleição), regras de representação e custos da campanha.

Estas regras ou barreiras podem ser resumidas da seguinte maneira: barreiras *ex ante*: são as regras e requisitos para entrar na disputa eleitoral, as quais podem variar entre novos concorrentes; segundo, mesmo se o mercado eleitoral estiver aberto, há regras que impedem concorrentes de ganhar assentos, como o *gerrymandering*; terceiro, há regras que dão vantagem aos incumbentes em relação aos novos partidos, como o acesso aos “*media*” ou dinheiro público.

No entanto, como frisam Hobolt e Klemmensen (2008: 313), os principais factores que moldam a contestabilidade eleitoral são as regras eleitorais que são fixas e a distribuição das preferências do eleitor que podem variar ao longo do tempo. De acordo com os autores supracitados, os efeitos das regras eleitorais recaem sobre duas dicotomias, a saber: os sistemas presidencial versus parlamentar, e os sistemas maioritário versus proporcional.

Em relação à primeira dicotomia, os autores afirmam que, o processo para eleição do executivo é directo nos sistemas presidenciais, mas indirecto nos sistemas parlamentares, e por causa das eleições directas do executivo, a clareza e atribuição de responsabilidade são mais pronunciadas nos sistemas presidenciais e que, conseqüentemente, os executivos são mais responsivos às prioridades

públicas. Na segunda dicotomia, os autores reiteram que, as eleições com base na regra majoritária traduzem mudanças nas preferências eleitorais em grandes mudanças nas maiorias legislativas, do que as eleições com base na representação proporcional, pois os sistemas majoritários fortalecem os incentivos para os políticos serem responsivos. (ibid, 313p).

Entretanto, a contestabilidade não constitui uma condição para responsividade. A ligação entre as duas pode ser dada pelo facto de uma barreira que constitui um incentivo para a colusão entre os incumbentes, todavia, uma oportunidade para reduzir a responsividade. Em geral, elevadas barreiras podem desencorajar novas entradas, isto pode introduzir uma percepção de segurança entre a elite política do incumbente e levar-lhes a comprometer-se em comportamentos colusivos às custas da responsividade. Não só, baixas barreiras podem permitir fragmentação excessiva da oferta política e o sistema partidário e possivelmente levar ao caos político. (BARTOLINI, 1999).

b) Disponibilidade eleitoral dos eleitores

Segundo Bartolini (1999), a disponibilidade eleitoral refere-se à disposição de um eleitor para modificar sua escolha partidária, uma característica identificável como elasticidade/volatilidade do voto. Ou seja, trata-se da percentagem dos eleitores dispostos a considerar mudar sua escolha partidária ou o potencial para volatilidade eleitoral. Assim, a disposição dos eleitores tem a ver com a orientação racional, e os eleitores racionais e informados devem estar correlacionados com o tamanho do diferencial do partido e a incerteza do voto agregado para os partidos concorrentes, uma vez que, quanto mais o eleitor perceber a vantagem que pode adquirir de um partido em relação ao outro, mais sente que seu voto pode fazer diferença entre um e outro e mais ele seria motivado a votar. Existem três características do eleitorado e disponibilidade de votos:

- **Mudanças no tamanho do eleitorado:** influência do crescimento populacional e processos de transição democrática que alteram o eleitorado do país;
- **Elasticidade do eleitor:** mudança de rede dentro do sistema partidário e eleitoral resultante da transferência do voto individual. Os sistemas com mais eleitores voláteis e mais ligações informais eleitor-partido tendem a ser mais competitivos, pois os partidos precisam oferecer mais e operar proactivamente para manter sua quota de voto (quociente eleitoral);
- **Sensibilidade do eleitor:** embora, os eleitores dispostos sejam desinformados sobre os programas ou desempenhos de um partido, eles devem ser sensíveis a tal informação.

Bartolini (1999) ressalva que a disponibilidade dos eleitores de mudar sua lealdade partidária é crucial, porque na teoria de competição e na teoria democrática, assume que uma quota de eleitores

determina, através da sua migração, as reacções antecipadas da elite e assim a sua responsividade à orientação da opinião pública. Se a elasticidade do voto (volatilidade eleitoral) for zero e não haja eleitores dispostos, a regra de reacções antecipadas não funciona e é improvável que os partidos engajem-se em competição política. Em outras palavras, em sistemas onde os eleitores não estão dispostos a mudar as suas preferências partidárias, como onde a volatilidade eleitoral seja baixa, faz pouco sentido para os partidos competirem.

c) Decidibilidade da oferta política

Segundo Bartolini (2000), esta dimensão refere-se a divergência dos programas políticos oferecidos pelos partidos e o nível da actual escolha disponível para os eleitores. Neste contexto, os partidos oferecem programas, assuntos e ideologias aos eleitores, tentando convence-los, ou seja, tentando mobilizar seus partidários, convencer e mobilizar os não-votantes e conseguir os eleitores voláteis do seu lado. Todavia, para ter sucesso, o partido deve tornar a sua posição mais clara e visível, ou seja, diferente da posição dos outros partidos.

Os factores que afectam a decidibilidade (capacidade de decisão) incluem a diferenciação e clareza das plataformas partidárias, assim como o carácter do sistema partidário, pois causa impacto sobre a escolha do governo. O argumento por detrair desta dimensão, é que os eleitores dão informação sobre suas preferências através da sua escolha de partidos, e se essa escolha não for significativa, ela subestima o insumo do eleitor. Se os partidos apresentarem-se aos eleitores com plataformas vagas, a escolha partidária do eleitor não é apenas tornada difícil, mas não é um insumo significativo para definir que resultados possam ser responsivos, não podemos assumir que os partidos oferecem o que o povo quer.

Todavia, esta dimensão é mais complexa que a posição normal do partido no espectro ideológico, porque a oferta política é resultado de escolhas cooperativas entre concorrentes vis-à-vis a multiplicidade de plataformas de interacção política (eleitoral, parlamentar e governamental). Por isso que os partidos que desejam buscar o cargo e perseguem certas políticas devem envolver-se em negociação pré e pós-eleitoral da coalizão. A decidibilidade depende da diferenciação do assunto e visibilidade e clareza dessa diferença.

Assim, as preferências eleitorais são influenciadas pela competição partidária, que segundo Bartolini é o processo através do qual os partidos e elite tentam moldar e modificar sua vantagem à estrutura das preferências eleitorais. Mas para moldar as preferências, a oferta de um partido deve realizar as seguintes condições: deve ser permitida para fazer uma oferta; seu conteúdo deve ser claro e diferente das outras ofertas. Outrossim, para orientarem suas escolhas de forma racional, os

eleitores precisam perceber as diferenças entre os partidos/candidatos em termos de ênfase, prioridade ou desempenho. É um aspecto essencial nos processos de competição que visam impulsionar a responsividade das elites para os cidadãos. (BARTOLINI, 2000).

Todavia, segundo Bartolini (Op. cit), o problema com a capacidade de decisão, é que se concebermos a oferta eleitoral como o número de partidos que concorrem nas eleições ou o número de partidos presentes no parlamento, nós acabamos considerando um tipo de fragmentação da oferta política, que é uma forma de explicar a questão. Portanto, nós não seríamos capazes de ver se a oferta está diferenciada ou não, como acabaríamos decidir em termos da contestabilidade eleitoral, do que da capacidade de decisão eleitoral. Assim, a questão não seria quantos partidos, mas o que os partidos oferecem.

Contudo, a capacidade de decisão importa pois, ela comporta-se como condição facilitadora da responsividade, ou seja, desempenha a função de tornar inteligíveis as reacções dos incumbentes aos eleitores. Se a oferta política não for decisiva, clara ou visível e diferenciável, e os partidos concorrentes confundirem suas posições políticas, então os eleitores não serão capazes de escolher entre as ofertas de forma racional em consonância com suas preferências.

d) Vulnerabilidade eleitoral dos incumbentes

Bartolini (2000) define a vulnerabilidade como a possibilidade de um governo incumbente ser deposto ou substituído ou modificado na sua composição como resultado de mudanças nas escolhas dos eleitores. Assim, a vulnerabilidade manifesta-se por meio de dois efeitos psicológicos: os partidos percebem a *chance* de ganhar ou perder o bem exclusivo da autoridade pública e os eleitores percebem um aumento no potencial impacto do seu voto no resultado final da formação ou renovação do governo.

Para medir a vulnerabilidade, Bartolin (op. cit) adota como indicador a incerteza eleitoral, que refere-se ao efeito psicológico ligado a ausência de segurança, mais do que o resultado actual, e embora ela não resulte em alternância, fornece seu suposto efeito na competição. Porém, a incerteza do resultado eleitoral é apenas uma dimensão da vulnerabilidade, há ainda propriedades do sistema a serem levados em consideração, como primeiro, deve haver uma clara distinção entre o governo e a oposição e segundo, a disponibilidade eleitoral deve ser ampla o suficiente para aproximar a maioria do partido incumbente.

Não obstante, existem indicadores quantitativos para medir-se a vulnerabilidade, segundo Bartolini (2000; p. 52-3), como o voto para o partido/candidato maioritário e o desvio padrão deste voto maioritário nas eleições passadas. Para cada eleição, o autor considera a distância das maiorias de

cada partido ou candidato, que é relacionada com a volatilidade média das eleições passadas entre o incumbente e outros partidos/candidatos. Uma margem de 10% sobre 50% dos votos não indica uma real segurança ou vulnerabilidade percebida do incumbente, a não ser que esteja relacionada com mudança de voto médio entre o governo e a oposição. Se essa variação média agregada do voto for de 20%, então a margem de 10% não transmite segurança. Se, pelo contrário, for apenas 2%, então a distância maioritária de 10% transmite um pouco de vulnerabilidade.

De acordo com Bartolini (op. cit, p.54), na vulnerabilidade como chave para responsividade, é necessário que a linha divisória entre governo e oposição esteja suficientemente clara para os eleitores, pois a clareza da responsabilidade do governo é considerada como uma condição da vulnerabilidade. Deste modo, diferente dos sistemas bipartidários, os sistemas multipartidários dificultam a identificação das responsabilidades do governo e da oposição. Todavia, os sistemas multipartidários podem ter fronteiras bem definidas entre quem está ou tem estado no governo e quem está na oposição. Para este fim, há duas condições essenciais: coalizões mínimas vencedoras e governos de legislatura. Coalizões multipartidárias pós-eleitorais tornam o voto prospectivo complexo e apenas a avaliação retrospectiva pode servir como uma base de escolha racional. A incerteza eleitoral afecta a responsividade, uma vez que a responsividade dos presidentes é condicional aos níveis de apoio público.

Em suma, os incentivos competitivos que são as condições necessárias para a responsividade são: vulnerabilidade eleitoral dos incumbentes e decidibilidade da oferta política. O primeiro conceito é definido como a possibilidade que o governo incumbente enfrenta de ser deposto ou substituído pelos eleitores. Esta dimensão requer evitar a fragmentação (fórmula maioritária), clara atribuição das responsabilidades políticas (executivo unitário, responsabilidade directa e coalizões alternativas claras), não discordância nos assuntos fundamentais, coalizões eleitorais abertas para todos sectores da população, ausência de assuntos ideológicos polarizados, evitar divisões históricas e identidades ligadas a elas, e por fim uma forte orientação do voto em relação à avaliação do desempenho. O último significa diferenciação entre as plataformas partidárias, e pode ser julgado comparando as escolhas dos partidos dos assuntos divisórios ou de valência e a forma que são comunicados claramente ou não ao eleitorado. E isto requer escolhas alternativas claras: um claro perfil de políticas ou programas dos candidatos e partidos, não substituição dos principais assuntos divisórios e não transformação de assuntos divisórios em assuntos de valência¹².

¹² Assuntos de posição envolvem advocacia das acções governamentais de um conjunto de alternativas sobre as quais uma distribuição das preferências dos eleitores é definida (impostos ou subsídios). Assim, os assuntos de Valência envolvem o vínculo dos partidos com algo que o eleitorado valoriza positiva ou negativamente (como aborto). (BARTOLINI, 2000: 48)

Não só, a adopção desta abordagem deve-se aos estudos já realizados, que confirmam a multidimensionalidade da competição eleitoral e seu impacto sobre a responsividade.

Hobolt e Klemmensen em seu artigo ***“Government Responsiveness and Political Competition in Comparative Perspective”***, fazem um estudo comparativo sobre Dinamarca, Reino Unido e EUA, analisando os factores que podem ter um impacto na responsividade do governo. Os autores orientam-se pelo argumento de que os executivos eleitos directamente têm maiores incentivos para prestarem atenção à opinião pública, porque os cidadãos podem responsabilizá-los pelos resultados políticos. Neste contexto, Hobolt e Klemmensen (2008) consideram dois aspectos da responsividade, a saber:

E a responsividade efectiva, na qual, os autores constatam que mudanças de políticas orçamentárias são afectadas pelas preferências públicas em três das 5 áreas de políticas públicas. As evidências sobre despesas públicas mostram um baixo nível de responsividade à opinião pública nas políticas orçamentárias britânicas.

Em suma, os autores afirmam que os elevados níveis de responsividade retórica e efectiva nos EUA sugerem que o sistema presidencial, com presidente eleito directamente e separação de poderes, impulsiona a responsividade. No contrário, os níveis de responsividade são baixos na Grã-Bretanha, onde o quadro institucional favorece os governos maioritários de partido-único que podem priorizar eleitores importantes sobre o público em geral. Na Dinamarca, a responsividade retórica é elevada, mas a efectiva baixa.

Um outro artigo crucial é de Matthew Cleary (2007) *“Electoral Competition, Participation, and Government Responsiveness in Mexico”*, o qual defende a ideia da disponibilidade eleitoral, afirmando que a responsividade não depende somente das eleições, mas também da capacidade dos cidadãos de articular demandas e pressionar o governo através de acções políticas além do voto, tais como protestos, debates públicos, *lobbying*, acções colectivas ou contactos directos com funcionários do governo. No entanto, o autor olha para responsividade em termos do desempenho do governo local nos assuntos básicos de distribuição de serviços, considera competição eleitoral em termos da margem de vitória, calculada como percentagem de votos do partido vencedor menos a percentagem de votos do segundo partido mais votado. No que concerne a participação política, o autor analisa 2400 municípios mexicanos, com base no número de pessoas que visitam gabinetes municipais por mês/ano para expressar uma reclamação, a frequência e tamanho de protestos pacíficos levados a cabo em praças públicas fora dos escritórios do governo municipal e o número

de organizações de sociedade civil por município e seus membros, objectivos políticos e nível de engajamento nos assuntos políticos.

Neste artigo, Cleary usa dois indicadores para medir o desempenho do governo municipal, a provisão de serviços e receitas locais. Com base em seus dados, o autor notou que o efeito da competição eleitoral no desempenho do governo ou é insignificante ou fracamente insignificante, pois a participação, literacia e pobreza é que estão relacionadas com o desempenho do governo, com base no pressuposto de que a participação cívica está correlacionada com a participação eleitoral e os níveis de educação e recursos materiais. Por fim, Cleary (2007) conclui que nem o número de candidatos efectivos ou margem da vitória entre o primeiro e segundo candidatos (contestabilidade eleitoral) são indicadores importantes para responsividade, mas sim a participação dos cidadãos (disponibilidade eleitoral) é mais importante para determinar a responsividade.

O terceiro artigo que corrobora a ideia segundo a qual a competição eleitoral influencia a responsividade governamental é de Paulo Riberto Arvate (2013), "*Electoral Competition and Local Government Responsiveness in Brazil*", por meio do qual o autor olha para responsividade como provisão de bens públicos, e defende a ideia segundo a qual a competição eleitoral aumenta a provisão de bens públicos no ambiente institucional brasileiro. Para tal, o autor tem como base da sua investigação a educação (número de estudantes matriculados nas escolas primárias dos municípios e o número de professores por 10000 habitantes) e saúde (número de imunizações livres por 100000 habitantes) nos municípios. Este estudo foi baseado nos anos de 2000-2004, um mandato do prefeito (Presidente do Conselho Municipal) e duas eleições.

De acordo com Arvate (2013), considerando que uma das características do sistema partidário é uma abertura para novos candidatos (contestabilidade eleitoral), a responsividade pode influenciar a escolha de candidatos para certos municípios. Para evitar este problema, o autor usa a lei federal que estabelece uma relação fixa entre o número de assentos na Assembleia Municipal e o tamanho da população local, com base no argumento de que mais assentos no corpo legislativo local constitui oportunidade para os futuros candidatos à Presidência do Conselho Municipal, porque é um caminho natural na carreira para membros do Conselho. Os resultados do autor indicam que a competição eleitoral (número efectivo de candidatos) aumenta a responsividade no ambiente institucional de Brasil. Com um candidato efectivo, o número de estudantes matriculados aumenta por 14,24%, o número de professores por 0,82% e o número de imunizações livres por 14,24%. Não só, os resultados do autor indicam que a competição eleitoral reduz a renda do incumbente e aumenta a provisão de bens públicos.

CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste presente capítulo fez-se a apresentação, análise, interpretação e discussão dos resultados com base nos dados recolhidos através das entrevistas com membros do Conselho Municipal e Assembleia Municipal e munícipes da Matola, confrontando-se com a abordagem teórica e conceptual adoptado nesta pesquisa. Assim, o capítulo apresenta: o contexto histórico e perfil do Município da Matola, a sua estrutura, depois os mecanismos de informação e comunicação, avaliação do desempenho e prestação de serviços municipais, análise da situação financeira e por fim a dinâmica da competição eleitoral no Município da Matola.

5.1. CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE MATOLA

Cidade da Matola¹³ é a capital da Província de Maputo, confinada com a Cidade de Maputo, com limites a Norte e Nordeste o distrito da Moamba, a Nordeste o distrito de Marracuene, a Este e Sudoeste a Cidade de Maputo, a Sudoeste o estuário de Maputo, a Sul o distrito de Boane e o distrito Municipal da Catembe e a Sudoeste o distrito de Boane. Com uma área de 375 km² e uma população estimada em aproximadamente 1.032.197 (um milhão, trinta e dois mil, cento e noventa e sete habitantes), a Cidade da Matola é de características urbana, semi-urbana e rural e tem um padrão e tecido social rico e diversificado, sendo detentora de um vasto e diversificado parque industrial. A Cidade da Matola organiza-se territorialmente em 3 Postos Administrativos Municipais, subdivididos em 42 Bairros municipais. (CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MATOLA, 2019; p.1).

Tabela 3: Distribuição da população por Posto Administrativo

Posto Administrativo	Bairros
Matola-Sede	Matola A, Matola B, Matola C, Matola D, Matola F, Matola G, Matola H, Matola J, Fomento, Liberdade, Mussumbuluco, Malhampsene e Sikwama
Machava	Machava-sede, Infulene A, Trevo, Patrice Lumumba, São Damaso, Bunhiça, Tsalala, KM-15, Matlemele, Nkobe, Matola Gare, Singathela, Mwamatibjana e Sidwava

¹³ O nome Matola provém de *Matsolo*, povo banto que se fixou na região a partir do século II. Em 1895 a área da Matola é incluída na 1ª Circunscrição Civil de Marracuene, no então distrito de Lourenço Marques, quando Moçambique era colónia portuguesa. A povoação foi criada pela portaria nº 928 de 12 de Outubro de 1918. Disponível em <https://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Província/Perfis-Distritais/Matola>. Acesso aos 26/03/2021.

Infulene	T-3, Zona Verde, Ndlavela, Infulene D, Acordos de Lusaka, Vale do Infulene, Khongolote, Intaca, Muhalaze, 1º de Maio, Boquisso A, Boquisso B, Mali, Ngolhoza e Mucatine.
----------	--

Fonte: adaptado pelo autor a partir dos dados do regulamento interno do Conselho Municipal da Cidade da Matola (2019)

Matola foi criada como posto administrativo em 1945, composta apenas por Boane, Machava e Matola-Rio, no entanto, em 1955 transformou-se em Conselho da Matola. Porém, em 1968, a Vila da Matola tomou outra denominação, Vila Salazar¹⁴ que depois em 1972 passou para Cidade Salazar, no ano seguinte (1973) foram implantados novos bairros na Machava: Khongolote, Bunhica e Sikwama¹⁵. Por conseguinte, com a independência do país, recupera-se o nome original, Cidade da Matola, e passou a ser dirigida por um presidente moçambicano, Rogério Daniel Ndzawana. Porém, em 1980, Matola perdeu a sua autonomia territorial ao ser integrada na Cidade de Maputo, formando “Grande Maputo”, processo revertido em 1988, quando a Matola foi desintegrada de Maputo, e tornando-se a capital da Província de Maputo, com António Thuzine como Presidente do Conselho Executivo¹⁶.

Com a democratização do país, resultante do Acordo Geral de Paz entre a Frelimo e a RENAMO, e reformas políticas, económicas e sociais, foi revisto o processo da reforma dos órgãos locais do Estado que resultou na lei 3/94, segundo a qual, o país contaria com 128 distritos municipais rurais e 23 distritos municipais urbanos. As lideranças dos distritos municipais (Presidente ou Administrador, Assembleia Municipal e Conselho Municipal) seriam eleitas por sufrágio directo e secreto. Outrossim, o assunto foi reforçado em 1996, com a revisão constitucional (lei 9/1996), e aprovação da lei das autarquias (lei 2/1996), que ficou clara a distinção entre órgãos locais do Estado e autarquias locais, por meio da qual foram criados 33 municípios, distribuídos por cidades e vilas. (BRITO, 2004; p. 4-5). Neste processo, o município da Matola foi transformado em autarquia, e com as eleições autárquicas de 1998, foram instalados novos órgãos locais, nesse caso, a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal, tendo o primeiro Presidente do Conselho Municipal da Matola sido Carlos Almerindo Filipe Tempe, reeleito em 2003. Porém, este perdeu a vida em 2007, e foi substituído por Maria Vicente em 2008, nas eleições autárquicas de 2008 foi empossado

¹⁴ Esta nomenclatura vigorou durante a era colonial e foi alterada para Câmara Municipal da Matola pelo Decreto 136/1975, de 22 de Março (BR, 1975), três anos mais tarde. Disponível em <http://www.anamm.org.mz/index.php/component/k2/item/35-matola>, acesso aos 12 de Abril de 2021.

¹⁵ Disponível em <https://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Província/Perfis-Distritais/Matola> acesso aos 26/03/2021.

¹⁶ Disponível em <https://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Província/Perfis-Distritais/Matola>, acesso aos 26/03/2021.

Arão Nhancale, e foi substituído por António Matlhava, então Presidente da Assembleia Municipal, em 2013¹⁷.

No quadro da transferência de competências da administração central do Estado para às autarquias, o município da Matola assumiu, em Setembro de 2012, a gestão dos serviços primários de educação e saúde. No sector de educação, até o ano de 2013 (alguns meses depois de o município assumir a responsabilidade pela educação primária) o município da Matola tinha 62 EP1 públicas, e 14 privadas, 12 EP2 públicas e 71 privadas, 28 ESG1 Públicas e 27 privadas, 10 ESG2 públicas e 14 privadas. Já no ano de 2019, havia 69 EP1 públicas e 46 privadas, 65 EP2 públicas e 33 privadas, 14 ESG1 públicas e 28 privadas, 6 ESG2 públicas e 16 privadas, 5 institutos técnicos públicos e 5 privados e 1 instituto de formação de professores público e 2 instituições de ensino superior privadas. Importa referenciar que no ano de 2017, havia um efectivo escolar de 274009 e em 2018 aumentaram para 289283, quanto ao rácio aluno/professor em 2017 era 72 e em 2018 78, no rácio aluno/turma, em 2017 era 80 e em 2018 manteve-se 80. (INE, 2013, 2020; COELHO, 2004)

A saúde é um factor fundamental no processo de desenvolvimento, que possibilita um bom desempenho das actividades humanas, socioeconómicas e culturais, ela constitui uma das preocupações básicas das estruturas políticas-administrativas da Matola. Até 2013, havia 1 hospital geral, 18 centros de saúde, e 4 postos de saúde, e 104 camas da maternidade e 260 outras, actualmente (últimos dados de 2019), existem 2 hospitais gerais, 18 centros de saúde, a apenas 2 postos de saúde. No ano de 2018, havia 1389 funcionários de saúde em todo município, mas em 2019 reduziram para 944. (INE, 2012, 2019).

No que concerne a economia, o município da Matola tem como base económica a indústria, pois possui o maior parque industrial do país, concentrando cerca de 60% da indústria nacional. O desenvolvimento da cidade esteve sempre ligado à relação comercial entre Moçambique e a África do Sul, da qual são exemplos o Complexo Portuário da Matola e o Corredor de Maputo (rodo e ferroviário). A tabela a seguir resume as actividades económicas licenciadas no município da Matola ao longo de tempo,

Tabela 6: Actividade económicas licenciadas no município da Matola

¹⁷ Disponível em <https://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Provincia/Perfis-Distritais/Matola>, acesso aos 26/03/2021.

Actividades licenciadas	2017	2018	2019	2020	1998-2007
Comércio	218	317	80	114	2213
Prestação de Serviços	39	84	13	41	590
Turismo	0	0	80	86	0
Publicidade	547	641	180	271	0
Indústria	55	0	0	27	1078

Fonte: adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do Conselho Municipal da Matola (2016, 2017, 2018, 2020) e ANTONIO (2008).

5.2. ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE MATOLA

De acordo com o art. 7 do estatuto orgânico, o Município da Cidade da Matola está organizado da seguinte forma:

5.2.1. O Presidente do Conselho Municipal

Presidente do Conselho Municipal, vide artigos (57.58,62) da lei 6/2018, é o órgão executivo singular do município, eleito com maioria de votos nas eleições para a Assembleia Municipal, e tem como competências: dirigir a actividade corrente do município, coordenando, orientando e superintendendo a acção de todos os vereadores; dirigir e coordenar o funcionamento do Conselho Municipal; exercer todos os poderes conferidos por lei ou por deliberação da Assembleia Municipal. No entanto, desde o início da governação democrática local em 1998 no município da Matola, tem sido os candidatos da Frelimo que chegam a presidência municipal, tendo no primeiro mandato (1998-2002) Carlos Tembe, que perdeu a vida quase no fim do seu segundo mandato (2007), e foi substituído pela Maria Vicente, a qual foi retirada com a eleição de Arão Nhancale nas eleições autárquicas de 2008, e este demitiu-se do cargo¹⁸ e foi substituído por António Matlhava no fim do mandato (2008-2012), no quarto mandato da governação municipal (2013-2018) assumiu o cargo Calisto Cossa, reeleito nas eleições de 2018.

5.2.2. O Conselho Municipal

O Conselho Municipal (CM), vide o art. 6 do estatuto orgânico do Município da Matola, é o órgão executivo colegial do Município da Cidade da Matola e é constituído por um Presidente (Calisto Cossa) e 9 Vereadores, distribuídos pelas seguintes áreas: Construção, Urbanização e Salubridade; Desenvolvimento Rural e Ambiente; Educação e Género; Abastecimento de água e energia; Administração Municipal e Recursos Humanos; Transportes e Comunicações; Sinalização;

¹⁸ Para Malenza (Assessor Político do PCM da Matola), Nhancale foi demitido por causa de um mau desempenho. Este facto, segundo Nuvunga (2012), revela a vulnerabilidade dos presidentes do conselho municipal face à sede do partido, a quem devem a sua candidatura, e prejudica a prestação de contas às bases e ao eleitorado.

Mercados, Feiras, Jardins e cemitérios; Indústria, Comércio e Turismo; Finanças e Património; Mercado e Abastecimento; Desporto, Juventude e Tempos Livres.

5.2.3. Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal (AM) é o órgão representativo do município dotado de poderes deliberativos, cujos membros são eleitos democraticamente pelo eleitorado da respectiva autarquia. No primeiro mandato, esta assembleia era composta por 43 membros distribuídos por 5 comissões de trabalho, dos quais 36 eram da Frelimo e 7 do RUMO. No segundo mandato (2003-2008), a AM ficou composta por 45 membros, 40 da Frelimo e 5 da Renamo. No terceiro mandato (2008-2013), era composta por 50 membros, 45 da Frelimo e 5 da Renamo. No quarto mandato (2013-2018), a Assembleia Municipal da Matola era composta por 53 membros, distribuídos entre 29 da Frelimo e 24 do MDM, e por fim, no mandato actual (2019-2023) está composta por 59 membros (distribuídos por 5 Comissões de Trabalho), dos quais 29 da Frelimo, 28 da Renamo e 2 do MDM.

5.3. A RESPONSABILIDADE NO MUNICÍPIO DA MATOLA

Para propósitos desta pesquisa, a responsividade foi definida como a forma como políticos/partidos políticos/governos implementam políticas públicas que reflectem as preferências dos cidadãos, que se caracteriza pelo modo como as escolhas dos cidadãos são estruturadas em alternativas políticas coerentes representadas por partidos políticos distintos, a forma como as preferências dos cidadãos são agregadas e transformadas num governo com objectivos políticos, e a maneira como os membros do governo/parlamento traduzem preferências e compromissos em políticas públicas e resultados. A seguinte secção descreve e analisa diferentes fóruns ou mecanismos de comunicação, informação e participação adoptados no município da Matola ao longo do tempo.

5.3.1. Mecanismos de informação, comunicação e participação no município da Matola

Sendo que a responsividade designa-se a forma como os governantes ou políticos implementam políticas públicas que respondem às demandas dos cidadãos, é dever do representante político ter habilidade de apreender, ouvir as demandas da população, o que inquieta ou compromete sua qualidade de vida, e converter isso em acções práticas, ou seja, projectos de leis, políticas públicas, que visem não só a resolução desse problema, mas que não torne a ocorrer e melhorar a qualidade de vida da população. Para que isso aconteça, tem que haver a participação social dos cidadãos.

Existem diferentes mecanismos através dos quais, os cidadãos podem sinalizar as suas demandas aos governantes, para além das eleições. E nesta secção, buscamos explorar estes mecanismos e a sua eficiência e eficácia na resposta às necessidades dos cidadãos.

Assim como afirma Forquilha (2016), a participação não se resume unicamente às eleições, diz também respeito ao envolvimento dos munícipes em acções de consultas para elaboração dos planos, orçamentos e tomada de decisões importantes para a sua vida. Esse envolvimento exige que as autoridades municipais desenhem e institucionalizem mecanismos que permitam que os munícipes se sintam parte dos processos de tomada de decisões municipais. Uma vez que, a participação dos cidadãos no processo político, a sua capacidade de influenciar a formulação das políticas públicas, a receptividade do governo às demandas da população e a transparência com que trata os seus assuntos são indicadores da qualidade da democracia. (AFRIMAP, 2009).

Deste modo, ciente destes desafios os governos municipais começaram a implementar programas de participação, orçamentação participativa e fóruns de participação pública. Tendo isto em mente, o PCM da Matola (Calisto Cossa), no âmbito da sua tomada de posse em 2014, destacou que a transparência da governação e dos governantes e participação dos cidadãos seriam marcas do seu governo local. Com efeito, adoptou mecanismos de prestação de contas e envolvimento dos munícipes na gestão municipal, e passamos a descrever:

1. Conselhos consultivos locais

Trata-se órgãos colectivos de representação da população, constituídos em cada Bairro por 20 elementos, representando mulheres, jovens e líderes comunitários (chefes de quarteirão, autoridades religiosas e outros). Dos Conselhos dos 43 Bairros saem elementos que compõem os Conselhos dos 3 Postos Administrativos (constituído por 40 elementos cada). Dos Conselhos dos 3 Postos saem 50 cidadãos que compõe o Conselho Consultivo da Cidade. Estes conselhos visam pronunciar-se sobre candidaturas aos financiamentos públicos (PERPU) de projectos económicos dos munícipes; articulação com as autoridades policiais informando a estas sobre focos de marginalidade e crime, bem como queixas das populações sobre a actuação da polícia e comportamento de agentes policiais; Apoio e aconselhamento `as autoridades municipais na gestão do bairro e cidade. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2017)

Para a prossecução das suas actividades, os conselhos funcionam da seguinte maneira: Conselhos de Bairros reúnem-se semanalmente e dirigidos pelo Chefe do Serviço Municipal do bairro; Conselhos do Posto reúnem-se trimestralmente e o Conselho Consultivo da Cidade reúne-se 2 vezes ao ano. O

Presidente do Conselho tem uma agenda de reunião bairro a bairro com cada um dos Conselhos de Bairro, com uma agenda previamente definida, o que acontece 2 vezes ao ano.

2. Presidência Municipal Sem Paredes

É uma ferramenta de democracia participativa que consiste em audiências públicas do Presidente do Município com os munícipes com vista a atender as situações dos munícipes nos vários sectores como gestão do sono urbano, actividades económicas, transportes, desporto, acção social, impostos municipais, saneamento, construção e infra-estruturas, DUATs e PERPU¹⁹. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA).

Para além disso, o espaço é também de publicitação de atitudes de cidadania municipal, de cuidados de saúde (HIV e SIDA, malária, cólera,...), de impostos e taxas cobradas pela edilidade, os períodos de suas cobrança e tudo o que o munícipe procurar saber sobre o trabalho da edilidade.

A PMSM foi resultado da experiência adquirida em 2014 quando o presidente do município (Calisto Cossa) e uma delegação da Matola visitaram Canoas (um município brasileiro) e participaram da iniciativa “Prefeitura na Rua”, que leva o executivo para todas as regiões de Canoas em quatro encontros mensais, aos sábados, para dialogar com os moradores da cidade por meio dos seus gestores, e com esta abordagem, o presidente, gestores municipais e os representantes dos departamentos municipais, técnicos administrativos instalam um escritório ao ar livre em um sábado em um local previamente anunciado para discutir assuntos com os munícipes, e nestas audiências, são convidados técnicos esclarecer as dúvidas e apoiar nas respostas às demandas dos munícipes. (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2015).

O primeiro programa, segundo os relatórios anuais do Conselho Municipal, foi lançado em 2014, tendo sido realizadas 3 sessões nos três postos administrativos da Matola. De seguida, em 2016, foram realizadas três sessões nos bairros de Intaka, KM15 e Matola A, em que foram atendidos 1379 munícipes visando regularização de DUATs, despachos, resolução de conflitos de terra e pedidos de atribuição de terra, e desta interação, foram entregues 206 DUATs, 82 licenças de construção, 309 despachos, 210 pedidos de atribuição de talhões e foram resolvidos 284 conflitos de terra. Em 2017, foi realizada uma sessão de presidência sem paredes no terminal de T3 que culminou com o melhoramento do terminal, reorganização de rotas de transportes. No ano de 2020, as sessões foram realizadas nos bairros de Ndlavela, Liberdade, Fomento, São Dâmaso, Matola Gare, Matola C e Infulene D, tendo sido atendimentos 200 munícipes com preocupações diversas

¹⁹ Designado por Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana, surge como estratégia do Governo Central de alocar 140 milhões anualmente para combate à pobreza urbana através da geração de oportunidades para promover emprego e protecção social. (CIP, 2019)

que mereciam resposta imediata do Conselho Municipal. (CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA, 2015, 2016, 2017, 2018, 2020). Importa referenciar que, por causa da ferramenta de PMSP, os casos de conflitos de terra tem reduzido exponencialmente, por exemplo, no início do mandato de 2018-2023, existiam cerca de 4000 casos registados, e até o início de 2021, tinham sido resolvidos 3970 casos, restando apenas 30²⁰.

3. Orçamento participativo

Os municípios devem garantir a participação da comunidade no orçamento, publicar esboços do orçamento, convidar a comunidade para fazer representação sobre como deve ser alocado o orçamento, e por fim os cidadãos têm o direito de ser informados apropriadamente pelos municípios sobre assuntos vitais como taxas, e serem assistidos no planeamento das finanças e orçamentos.

De acordo com Dias (2015), o Município da Matola adoptou o orçamento participativo em 2014, tendo iniciado em 2016, em parceria com a prefeitura de Canoas (Brasil), no âmbito de um projecto liderado pela Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, com recurso a fundos da União Europeia. No entanto, o Município da Matola adoptou o modelo de orçamento participativo do Município de Maputo, que desencadeia-se por meio da definição de um montante anual a atribuir ao processo, proveniente das despesas de capital; selecção de um número reduzido de bairros com base em critérios de carência de serviços e infra-estruturas para recepção de investimento público; e por fim, realização de uma reunião em cada bairro, aberta a todas pessoas interessadas para discussão e definição de projectos prioritários para o território.

Importa reiterar que, o Município da Matola aderiu ao Observatório Internacional de Democracia Participativa²¹ em 2012, e passou a presidir o fórum no mandato de 2015/2016 com o apoio da Prefeitura de Canoas e da Organização Cidades e Governos Locais, e foi eleita a Capital Mundial da Democracia Participativa, e como resultado dessa presidência, foi constituída a Rede Nacional de Orçamento Participativo em Moçambique com 53 membros. (OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, 2016).

O primeiro ciclo de Orçamento Participativo no Município da Matola foi implementado em 2014, resultante da cooperação estabelecida com o apoio da ANAMM (Associação Nacional dos Municípios de Moçambique), com a Prefeitura de Canoas no Brasil e com o Município de Maputo,

²⁰ <https://evidencias.co.mz/2021/01/07/calisto-cossa-busca-incessante-por-solucoes-para-o-municipio-da-matola/> acesso aos 10 de Outubro de 2021.

²¹ O Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) é uma rede internacional aberta a todas as cidades, organizações e centros de investigação com interesse em conhecer, intercambiar e aplicar experiências sobre democracia participativa no âmbito local. A rede nasce em 2001 no âmbito dos Projectos de Cooperação Descentralizada do Programa URB-AL da Comissão Europeia, e a sua constituição oficial é em Novembro do mesmo ano durante a I Conferência anual do OIDP celebrada em Barcelona.

com vista a permitir que os cidadãos possam influenciar ou tomar decisões sobre o orçamento de investimentos públicos municipais. (CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS, 2016).

Neste contexto, com adopção do modelo de orçamento participativo, o município da Matola tem desencadeado acções resultantes da discussão com os munícipes sobre o destino das despesas alocadas, e reiteramos que, não temos a informação sobre como decorrem estes diálogos, porém dispomos dos resultados que os relatórios anuais do Conselho Municipal da Matola apresentam. Por meio da metodologia do orçamento participativo, foi feita a construção do edifício do Centro de Saúde de Malhampene e o muro de vedação da Escola Primária Completa 8 de Maio em 2017, elaborado o projecto de construção do Centro de Saúde da Machava Sede, salas de aulas nas EPCs de Mussumbuluco e Muhalaze, aqueduto de Acordos de Lusaka (actualmente já executados) em 2018. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2018, 2019).

Em suma, embora estejam descritos os resultados da orçamentação participativa, os valores despendidos ou discutidos para serem implementados nestes projectos não foram disponibilizados.

4. Governação aberta

Este constitui um mecanismo de governação participativa em que o Presidente do Conselho Municipal e os vereadores dialogam regularmente com os cidadãos, e compreende duas dimensões: a dimensão institucional que visa a monitoria e apoio aos órgãos municipais de base e visitas aos empreendimentos e obras, e a dimensão comunitária que visa os encontros, reuniões e audiências com os munícipes para criação de consensos sobre o desenvolvimento da cidade e procura de soluções locais para os problemas locais. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA)

O Conselho Municipal organiza sessões para interagir com os munícipes para monitor em conjunto e demonstrar transparência nas despesas públicas ao nível local. Com este modelo de governação visa colocar o governo municipal em contacto com grupos representantes da população do município, para que eles escutam e interajam com eles sobre o que Matola deveria ser, convidando todos os participantes para monitorar e avaliar as iniciativas do governo municipal de um modo aberto, participativo e transparente. (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2016).

Entretanto, segundo Bilério (2018), o mecanismo de governação aberta foi primeiramente adoptado por Carlos Tembe em 2001 como mecanismo de interacção com os munícipes, em que uma vez por mês (nas quartas-feiras), o presidente do município visitava um posto administrativo e ficava o dia todo interagindo com os munícipes. A este mecanismo designava-se por **“Programa Rotineiro de**

Assistência Regular aos Grupos Dinamizadores” e todos os sábados, havia 3 escalados e cada encontro tinha uma agenda com assunto de interesse público. E o mesmo mecanismo foi adoptado no terceiro mandato por Arão Nhandale, desta vez, o executivo realizava duas visitas em cada posto administrativo aos sábados em que escolhia um bairro para se reunir com a população para falar sobre os planos do Conselho Municipal, o que tinha sido feito, o que estava a ser feito e o que seria feito e o que se pensava fazer.

No mandato de Calisto Cossa, a governação aberta tomou outra designação de **“Programa de Trabalho nos Bairros Municipais”**, em que o PCM e os vereadores realizam os trabalhos nos bairros, visando facilitar o acesso dos serviços municipais diversos, assim como prestar informações de serviços como regularização de DUAT, obras e construções, cobranças de impostos e licenciamentos. E sempre que estiver no processo de realizar o programa de governação aberta, o CMCM comunica a informação, através do Gabinete de Comunicação, Imagem e Tecnologias de Comunicação. (CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA).

No entanto, no âmbito da governação aberta, o Conselho Municipal realiza também reuniões com outros líderes, com objectivo de ouvir as inquietações dos fiéis das suas igrejas/mesquitas sobre a gestão da Matola, receber os aconselhamentos e apoios necessários para melhorar a organização da vida na Matola e partilhar formas e responsabilidades educativas dos munícipes (crianças, jovens, adultos, pais, mães, avôs): na limpeza da casa e do bairro e na gestão do lixo, na promoção dos valores humanos de solidariedade (apoio a velhos doentes e desamparados e crianças órfãs), na boa vizinhança, no combate a criminalidade, e no combate a violência doméstica. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2017).

No âmbito deste programa, em 2016, foram realizadas 34 sessões nos três postos administrativos, atendidos 215 munícipes, visando actividades comerciais funcionamento dos mercados municipais, atribuição de DUATs, conflitos de terra, ordenamento territorial e outros, e resultaram na demarcação de 110 terrenos, resolução de 105 conflitos de terra e 18 processos de licenciamento de actividades comerciais e económicas. Em 2017, foram visitados todos os 42 bairros municipais, em que foram discutidos assuntos de ordenamento dos assentamentos informais, ordenamento territorial e o Conselho Municipal foi aconselhado na proposta de prioridades de intervenção para cada bairro. Em 2018, foram realizadas sessões de governação aberta nos bairros de Liberdade, Matola A, Mussumbuluco, Fomento, Matola D, Malhampene, Ngolhosa, Boquisso, Mucatine, Mali, com vista a sensibilizar a adesão em massa dos munícipes aos postos de recenseamento e para explicar o processo de eletrificação dos bairros. Em 2020, as sessões restringiram-se a 31 bairros em torno do grau de implementação do plano anual de actividades e medidas de prevenção contra

COVID-19 e na ocasião, foram atendidos 100 munícipes, em que 24 tinham inquietações conflitos de terra. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2016, 2017, 2018, 2020).

Deste modo, este mecanismo é muito importante, porque torna possível e visível o envolvimento dos cidadãos na vida pública através da participação cívica, contactos com seus representantes e envolvimento nos processos políticos, em geral é um componente crucial da democracia, destaca o chefe da bancada da Frelimo na Assembleia Municipal da Matola que,

Há uma busca constante dos conselhos com as comunidades através das presidências abertas. No plano quinquenal que é esmiuçado em plano anual que é aprovado pela Assembleia Municipal. Não obstante, os membros da Assembleia Municipal são divididos em comissões especializadas: administração municipal e direitos humanos, plano e orçamento, infra-estruturas, ambiente, actividades económicas, petições e queixas, acção social. Essas comissões no seu trabalho de monitoria do executivo, auscultam os munícipes, buscando a satisfação e insatisfação dos munícipes, e depois vão informar o governo municipal. A comissão de queixas e petições é através da qual, os munícipes emitem as suas preocupações, e as mesmas são depositadas na mesa da AM que faz a monitoria deste plano de actividades²².

No entanto, há que referir que os munícipes por nós entrevistados reclamaram sobre estas visitas aos bairros, alguns afirmam que em seu bairro nunca houve visitas presidenciais e que as visitas são feitas normalmente nos períodos eleitorais, como afirmam os seguintes entrevistados,

O presidente nunca veio visitar nosso bairro, os membros do conselho municipal já vieram para resolver a situação das árvores e deixaram um anúncio²³. Na verdade, as visitas são feitas normalmente no período eleitoral²⁴.

No entanto, alguns munícipes afirma que o PCM normalmente visita os seus bairros, mas eles não são informados sobre essas reuniões, como afirma o seguinte entrevistado,

O presidente quando vem ao posto administrativo da Machava, nós munícipes não temos acesso, não somos informados, ainda não participei das reuniões com o presidente²⁵.

Neste âmbito, a questão não tem a ver com a não visita aos bairros, mas com a convocação dos munícipes para participarem nestes fóruns, porém, alguns munícipes afirmam que já foram visitados em seus bairros e houve resultados das suas visitas, como revelam as seguintes declarações,

O presidente veio aqui em 2020 duas vezes para reunir connosco, para abordar sobre novo terminal no nosso bairro, e no corrente mandou os técnicos do conselho municipal e o chefe do posto para resolverem questões de parcelamento, por causa dos que construíram sem autorização²⁶. O PCM já veio visitar o nosso bairro quando queria meter energia e abertura de ruas, e nós fomos convocados, e também vieram nos consultar quando queriam fazer a

²² Entrevista com Chefe da bancada da Frelimo na Assembleia Municipal da Matola aos 10.10.2021.

²³ Entrevistada 6 do bairro de Fomento aos 05.10.2021.

²⁴ Entrevistado 4 do bairro de Bunhiça aos 24.09.2021.

²⁵ Entrevistado 9 do bairro da Machava Sede aos 10.09.2021.

²⁶ Entrevista com Xavier Cabo, chefe de quarteirão no bairro de Muhalaze aos 08.10.2021

*estrada, esta que parte do antigo terminal para Zimpeto, embora ainda não tenham terminado, só fizeram a metade*²⁷.

5. Chefes de quarteirão

O município da Matola tem 1800 chefes de quarteirão eleitos pelos moradores dos respectivos quarteirões, e eles reúnem-se semanalmente com o chefe dos serviços municipais do bairro, trimestralmente com o chefe do posto administrativo, semestralmente com o Presidente do Conselho Municipal, e anualmente realiza-se o Fórum dos Chefes de Quarteirões, num bairro, com a participação de todos os chefes de quarteirões da Matola para discussão dos assuntos relevantes da cidade, balanço do ano e planificação do ano seguinte. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2017).

Segundo a fonte supracitada, os Chefes de Quarteirão tem as seguintes tarefas: Promover educação cívica dos munícipes para o respeito mútuo, boa-vizinhança, solidariedade, combate a comportamentos desviantes, cumprimento das obrigações comunitárias; Educar os munícipes, para o conhecimento e cumprimento das suas obrigações fiscais (pagamento de taxas e impostos) e para o conhecimento, participação e controle da aplicação das receitas nas realizações municipais; Divulgar dos Planos de Actividades e Orçamento Municipais e outras informações relevantes; Divulgar calendários de vacinações a crianças; Promover campanhas de combate e prevenção a doenças. Difundir e colaborar na aceitação de campanhas de pulverização intra-domiciliária; Registrar pessoas carenciadas, idosos desamparados e crianças órfãs; Estimular a escolarização da rapariga e a alfabetização de adultos; Auscultar as demandas dos moradores e sua canalização as autoridades municipais; Participar na solução dos problemas locais. (ibid). Quanto a este ponto, um chefe do quarteirão afirmou que,

*Todas as quintas-feiras, temos sessões para adquirir as informações no círculo, e nós voltamos para informar as populações, através dos secretários da célula, 10 casas, que vão para informar a população que temos encontros, e às vezes, vem o chefe de serviço para supervisionar as interacções*²⁸.

O problema é que, como observou Bilério (2018), há fraca participação da população nessas reuniões, por falta de informação sobre o que foi feito, o que está sendo feito e o que será feito pelo município. Fora a fraca participação nas reuniões, os secretários dos bairros e chefes de quarteirão prestam contas semanais de seu desempenho aos chefes dos postos administrativos e estes aos PCM e seus vereadores, mas não há interacção constante entre a população e o governo municipal, em muitos bairros não há encontros regulares entre os secretários e a população. Este ponto é levantado

²⁷ Entrevistado 14 do bairro de Muhalaze aos 08.10.2021.

²⁸ Entrevista com Xavier Cabo, chefe de quarteirão no Muhalaze aos 08.10.2021.

por alguns munícipes entrevistados por nós, que apesar de decorrerem as reuniões, o rumo ou resultado das reuniões não é conhecido, como revelam as seguintes declarações,

Eu já participei das reuniões, uma vez, o secretário do bairro convocou as reuniões, e falamos sobre todas coisas que se passam no bairro, e depois do debate, a informação é levada pelos chefes de serviço, e secretário do bairro, mas não sabemos se a informação chega ou não ao município. Quando é algo que tem que acontecer no bairro, eles nos chamam para nos informar²⁹.

Eu já tive encontro com os chefes de quarteirão 3 vezes, uma vez discutimos sobre porque queriam meter postos de energia aqui, nos comunicaram com os chefes do quarteirão; quando quiseram colocar a ponte (que já está construída), nos comunicaram e fomos; outra vez fomos discutir para reabrir o mercado, o município veio, fizeram limpeza, mas depois ficou-se assim. Era para ser um mercado grossista de Tchumene, mas depois cancelaram. Não vieram explicar por que cancelaram, até nos registaram nossos nomes para ocuparmos o mercado, mas depois cancelaram.³⁰

Por isso este mecanismo mostra-se ineficaz, devido à deficiência no sistema de comunicação e informação nos bairros, pois os chefes de quarteirões e secretários de bairros não conseguem dar a devida explicação e justificação aos munícipes.

Para além destes, existem outros mecanismos adoptados pelo município da Matola para informar, explicar e justificar as decisões e acções tomadas perante os munícipes, a saber:

Afixação nas vitrinas das instituições ligadas ao município de cópias de deliberações e resoluções da Assembleia Municipal e outro tipo de documentos contendo informação de interesse público. Porém, tal como observou Bilério (2011, 2018), na maioria dos bairros, não há condições para afixação de informação, nos postos administrativos há pouca informação afixada nas vitrinas, e muitas das vezes, a informação é recebida oralmente e a única forma que os chefes dos postos têm de divulgar a informação é reunir-se com os membros do conselho de postos e alguns convidados.

Outra forma de o governo municipal informar ou interagir com os munícipes é através de um dia reservado em que o PCM recebe em audiência qualquer cidadão interessado, bastando ter marcado com antecedência, e neste espaço, os munícipes colocam as suas inquietações e recebem a devida explicação ou justificação. Em relação a este mecanismo, Bilério (2011, 2018) observou que os munícipes sentiam-se mais facilmente bem atendidos no mandato de Carlos Tembe que conseguia informar, explicar e justificar as suas decisões quando questionado, e no mandato de Arão Nhancale era mais difícil marcar audiência, e no mandato de Calisto Cossa, este mecanismo foi ofuscado pela presidência municipal sem paredes, que já é feita nos bairros.

²⁹ Entrevistado 1 do bairro de Tchumene na Matola Gare aos 30.09.2021.

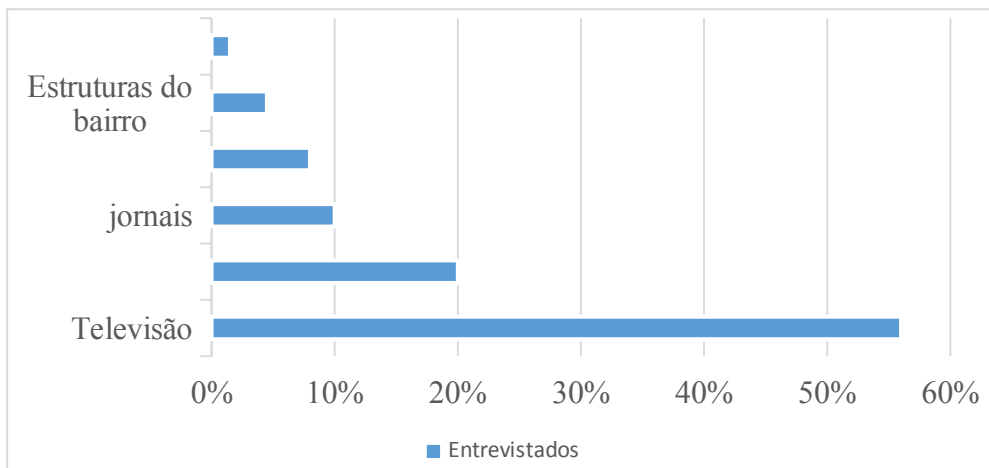
³⁰ Entrevistado 2 do bairro de Tchumene na Matola Gare aos 30.09.2021.

Televisões e rádios: o CMCM tem programas diários onde passam as informações da Matola. Estes são alguns dos mecanismos através dos quais a maior parte dos munícipes da Matola se tem informado, segundo dados do INE (2013), até 2008, cerca de 64.3% dos munícipes da Matola tinham acesso a rádio e 51.2% a televisão. No entanto, reconhecemos a escassez de informações sobre os anos subsequentes em termos do município, mas os dados do INE (2021) do inquérito sobre Orçamento Familiar no Maputo Província (2019/2020), onde o município da Matola detém a maioria populacional e é a capital, mostram que cerca de 20,2% têm acesso a rádio e 62,2% têm acesso a televisão, indicando que a maior parte dos munícipes tem possibilidade de adquirir informações sobre as actividades e serviços municipais através de televisão e rádio.

No contexto da fluência das tecnologias de informação, em 2014, o Conselho Municipal da Matola introduziu a página do *Facebook*, que sob a gestão do Gabinete de Comunicação e Imagem, na qual são partilhadas as informações sobre decisões, acções e realizações do Conselho Municipal e Assembleia Municipal da Matola. No entanto, esta plataforma serve apenas para passar a informação, tanto que em casos em que os munícipes exijam explicações ou justificações de algumas decisões ou acções tomadas pelo governo municipal, são aconselhados ao atendimento físico. Reitera-se também que esta página têm surtido muito efeito, dentro do município, uma vez que a maioria dos munícipes usa redes sociais, alguns não conseguem percorrer longas distâncias para os postos administrativos ou para o edifício sede para obter informações e outros por questões de tempo não conseguem atender às reuniões convocadas pelos chefes de quarteirões ou secretários de bairros, mas conseguem informar-se através das redes sociais. Assim, reconhecemos que a crescente disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação pode melhorar a capacidade dos cidadãos de demandar serviços. (GROSSMAN & SLOUGH, 2021).

Deste modo, buscamos saber dos munícipes da Matola quais são principais fontes que eles usam informar-se sobre os serviços municipais e desenvolvimento e funcionamento do município. E nota-se que a principal fonte de informação para todos nossos entrevistados é a televisão (56%), seguindo-se as redes sociais digitais (20%), depois os jornais (10%), rádio (8%), estruturas do bairro (4,5%) e amigos e familiares (1,5%).

Figura 1: Principal Fonte De Informação



Fonte: elaborado pelo autor.

Por forma a responder um dos objectivos do seu programa quinquenal referente a publicação dos planos e orçamentos, o governo do município da Matola criou um *website*³¹, através do qual publicita os relatórios anuais das actividades do Conselho Municipal, os planos de actividades, relatórios de orçamentos, regulamento interno e regras de conduta do Conselho Municipal e outros tipos de documentos. Importa reiterar que esta plataforma possui espaço para reclamações e sugestões e ainda para pedido de licença de viaturas e DUATs.

Não obstante, parece que este *website* não é do conhecimento público, porque os nossos entrevistados afirmam que não tem acesso aos planos do Conselho Municipal ou aos relatórios anuais das actividades do governo municipal ou mesmo dos planos de orçamento. Como afirma o seguinte entrevistado que,

*O município não faz nos conhecer seus planos de actividades, para os cidadãos, a informação tem que chegar aos munícipes, o CM tem que informar os direitos. A informação sobre as actividades do CM não chega aos munícipes*³².

Todavia, a eclosão da pandemia da COVID-19 em Dezembro de 2019 na China, tendo sido anunciado o primeiro caso em Moçambique no dia 22 de Março de 2020, surtiu impactos visivelmente consideráveis na estrutura social e económica do país e nas dinâmicas de governação central e local, principalmente no nível de interacção entre a edilidade e os munícipes no desenvolvimento dos seus municípios. (ANTÓNIO, 2021). Isto fez com que os governos locais buscassem formas alternativas para a interacção com os munícipes na busca de soluções para os problemas locais e resposta às demandas destes últimos. Assim, no mês de Março de 2021, o Conselho Municipal da Matola tomou a iniciativa de disponibilizar uma linha do munícipe (colada nas portas do edifício sede do Conselho Municipal), através da qual, os munícipes podem ligar em

³¹ <https://cmcmatola.gov.mz/>

³² Entrevistado 5 do bairro da Machava-sede aos 24.09.2021.

todas as quartas-feiras para emitir seus problemas, queixas, reclamações, preocupações e sugestões sobre o funcionamento da administração municipal e ao mesmo tempo terem informação, explicação e justificação por parte da edilidade. E todas as quartas-feiras, o PCM (Calisto Cossa) desce para a biblioteca municipal para atender às chamadas pessoalmente³³.

Entretanto, acontece que esta linha não é do conhecimento dos munícipes, afirmando que ela deveria ser comunicada nas televisões ou nas rádios para que os munícipes possam ter conhecimento e fazer o seu uso, como seu direito de serem informados.

Aquilo é uma fachada só para dizer que ele preocupa-se conosco, mas aquela linha não funciona não, eu já liguei várias vezes por causa desta estrada, mas o número está sempre fora da linha³⁴...A linha é secreta, a linha tem que ser pública, tinha que estar nas televisões, rádios. Se você pegar no celular e ligar agora mesmo, verá que ela está fora da linha, e mais, nem todos tem a possibilidade de ir frequentemente ao edifício municipal para poderem ter acesso a essa linha, por isso que ela deveria ser pública. Por isso para mim, esta não é a melhor forma de resolver questões da população³⁵.

No entanto, os mecanismos de informação sobre os serviços aos munícipes existem, o problema como mostram os dados, está no acesso a esses mecanismos, assim como na resposta por parte da edilidade às demandas feitas pelos munícipes por meio desses mecanismos, como declara o seguinte munícipe,

Sobre isso eu digo que eles não nos consultam, aqui neste bairro (Patrice Lumumba) temos um campo de futebol muito antigo, mas de repente ouvimos que aquele campo foi vendido, não sabemos para quem, e por que venderam. Tentamos contactar o próprio Calisto, nunca chegou de se pronunciar para resolver aquela situação, e aquele campo é onde nossas crianças brincavam, jogavam, mas infelizmente foi fechado, uma vez houve manifestação por causa disso, mas colocaram polícias e militares ali para afugentarem a população³⁶.

E também, conforme afirma Luís Maezane, chefe da bancada da Renamo na Assembleia Municipal da Matola, as vezes, a informação é tornada a conhecer ao munícipe após ter sido executada uma acção, e as vezes, os munícipes são passivos em relação a alguns assuntos porque os documentos que revelariam a sua obrigação, não são disponibilizados, como afirma

Acho que o governo não consegue manter os munícipes informados, porque os problemas que existem, não existiriam, as leis são aprovadas, mas não são feitas a conhecer aos munícipes, os munícipes não conhecem essas leis. Por exemplo, no ano passado (2020), houve demolição das barracas, nós fomos para o local, era dever do Conselho Municipal informar aquelas pessoas para se retirarem de lá, mas demoliram aquelas barracas, só depois foram colar informação sobre o aviso da demolição. Por isso que os munícipes não são informados sobre os serviços municipais, nós, às vezes, explicamos a população sobre os seus direitos e deveres. Há pouco tempo, aprovamos posturas sobre poluição sonora, e

³³ Entrevista com uma funcionária do Conselho Municipal do departamento de finanças aos 27.09.2021.

³⁴ Entrevistado 3 do bairro de Patrice Lumumba aos 07.09.2021.

³⁵ Entrevistado 8 do bairro da Liberdade aos 21.09.2021.

³⁶ Entrevistado 3 do barro de Patrice Lumumba aos 07.09.2021.

cemitérios, mas não foram divulgadas para a população, e esta não tem informação sobre isso.

A título de exemplo, no âmbito do projecto da construção da estrada circular de Maputo, moradores viram as suas machambas e algumas infra-estruturas derrubadas no bairro Intaka, município da Matola, sem terem sido devidamente informados sobre a extinção dos seus direitos sobre a terra. Parece não ter havido a necessária comunicação entre as partes. Os cidadãos, de acordo com a Lei de Terras (art.18), devem ser compensados e / ou indemnizado³⁷.

Com efeito, a informação e comunicação aos cidadãos são muito importantes, porque incentivam a participação dos cidadãos nestes fóruns disponibilizados pelos órgãos municipais, pois a participação não significa só presença na votação, mas também que os cidadãos devem estar em comunicação/interacção constante com os seus representantes eleitos, uma vez que é através da participação que o município pode saber e responder o que os cidadãos realmente desejam, mas também os munícipes podem se reunir de forma a discutir os seus problemas, como parte do engajamento cívico, a seguinte declaração pode servir de exemplo da preocupação dos cidadãos,

Já nos reunimos para discutir os problemas como a desorganização das barracas, habitação, má localização das barracas, vias de acesso. E chegamos a conclusão de que o CM tem que criar novo departamento que olha para os problemas dos munícipes. Os secretários dos bairros não fazem este trabalho³⁸.

No entanto, a busca por informação deve também partir do próprio cidadão, por exemplo, os munícipes podem informar ao município, quando as luzes das ruais não estão a funcionar ou quando as estradas estão esburacadas, quando há lixo exacerbado no bairro e não há catadores ou barros de recolha, ou quando há conexão ilegal de electricidade e exigir que o município resolva esses problemas. Como manifestou-se a seguinte entrevistada que,

Nós já nos encontramos com os órgãos municipais, porque na minha rua tem eucaliptos, houve uma reclamação de alguém que sugeriu que replantássemos os eucaliptos, fomos ao município para saber se aquelas árvores seriam prejudiciais ou não eram problemáticas neste ano. E o município resolveu a questão, afirmando que as árvores são importantes para produção de ar que respiramos, então elas não são prejudiciais, mas sim benéficas³⁹.

Como se pode notar, a participação dos cidadãos através dos mecanismos criados pelo município é muito importante, e também se os munícipes tiverem tentado comunicar município, e não ter alguma resposta, temos de expressar nossas preocupações através dos media, petições, protestos/manifestações pacíficas. Porque tal como afirma Cleary (2007; p.283), a responsividade pode depender da capacidade dos cidadãos de articular demandas e pressionar o governo através de um conjunto de acções política além de votar, tais como protestos, discursos públicos, *lobbying*,

³⁷ Jornal Notícias, p.2. dia: 06/11/2012 citado por CHIZIANE (2020).

³⁸ Entrevistado 4 do bairro de Bunhiça aos 24.09.2021.

³⁹ Entrevistada 6 do bairro de Fomento aos 05.10.2021.

acção colectiva ou contacto directo com os funcionários do governo. Uma boa democracia deve assegurar que todos os cidadãos sejam capazes de fazer o uso dos seus direitos formais para influenciar o processo de tomada de decisões, como votar, organizar-se, reunir-se, protestar e fazer um *lobby* por seus interesses. (DIAMOND & MORLINO, 2004).

Nesta categoria, as informações que colectamos em artigos de jornais indicam que os munícipes da Matola são capazes de protestar quando não são respondidas as suas demandas, no ano corrente (2021) alguns munícipes entrevistados pelo jornal Evidências⁴⁰ ameaçaram recorrer aos tribunais para obrigar a edilidade a recolher lixo, alegando que fazem o pagamento da taxa de lixo, mas em seus bairros, os carros de recolha de lixo não passam por lá. Na mesma ocasião, em 2019, munícipes da Matola-gare e Siduava protestaram contra usurpação de terrenos e agressões por militares, assunto resolvido pelo Conselho Municipal e os responsáveis pelo quartel⁴¹, assunto que vinha ocorrendo desde 2018⁴², no mesmo ano, residentes dos bairros de Boquisso e Muhalaze realizaram um protesto a respeito de ocupação de terras pelas famílias reassentadas sem prévio aviso por parte do Conselho Municipal⁴³, e o mesmo assunto foi resolvido pelo Conselho Municipal e o Instituto de Gestão de Calamidades, o outro protesto relacionado à usurpação de terras ocorreu em 2014 feito pelos residentes do bairro Tchumene 1, que foi solucionado pela vereadora de planeamento territorial e urbanização⁴⁴. Não obstante, outro protesto, ocorrido em 2018, teve a ver com os acidentes de viação, em que residentes do bairro Ndlavela fizeram manifestação, interrompendo a circulação de viaturas numa das estradas do município da Matola, colocando barricadas na via, para evitar atropelamentos constantes, exigindo colocação urgente de lombas⁴⁵. Como se pode notar, os cidadãos podem com que o governo seja responsivo, não apenas ameaçando remover os incumbentes do poder quando eles apresentam um mau desempenho, mas também emitindo petições, pressionando ou influenciando os incumbentes enquanto estão no cargo. (CLEARY, 2010:16).

Como se pode notar pelo gráfico a seguir, há cada vez mais interesse com assuntos municipais entre os munícipes da Matola, mais necessidade na participação, de todo conjunto dos entrevistados, 75%

⁴⁰ Disponível em <https://evidencias.co.mz/2021/07/05/cansados-de-pagar-taxa-de-lixo-para-depois-o-enterrarem-nos-quintais/>, acesso aos 20 de Janeiro de 2022.

⁴¹ Disponível em <https://www.opais.co.mz/militares-e-moradores-da-matola-disputam-terrenos/>, acesso aos 20 de Janeiro de 2022.

⁴² Disponível em <https://www.rfi.fr/pt/mocambique/20180507-mocambique-conflito-de-terras-gera-protesto-de-camponeses>, acesso aos 15 de Janeiro de 2022.

⁴³ Disponível em <https://www.opais.co.mz/moradores-queixam-se-de-ocupacao-de-terra-pelas-familias-reassentadas/>, acesso aos 10 de Janeiro de 2022.

⁴⁴ Disponível em <https://www.sapo.pt/video/THlkPs8Uqt1MqBwF96g1>, acesso aos 20 de Janeiro de 2022.

⁴⁵ Disponível em <https://www.opais.co.mz/moradores-de-ndlavela-exigem-colocacao-de-lombas-na-estrada/>, acesso aos 10 de Janeiro de 2022.

mostraram interesse em relação aos assuntos municipais, porém, de todos eles, apenas dois entrevistados conseguiram mencionar todos os órgãos municipais, a maioria (dos três órgãos municipais) só acertou o Presidente do Conselho Municipal, e em relação às funções destes órgãos, 71% dos nossos entrevistados conseguiram mencionar alguma responsabilidade do PCM. No que concerne aos protestos, apenas 20% alegaram ter participado ou que participaria em protestos, caso necessário, ao passo que 80% não manifestaram nenhum interesse em protestar. Em termos de participação em reuniões do bairro ou quarteirão, 65% dos entrevistados afirmaram que já participaram, ao passo que 35% afirmaram que não tem tido tempo, mas são convocados. E por fim, no que concerne a emissão de queixas, reclamações e denúncias, apenas 45% afirmaram que já fizeram, embora nem todas queixas tenham sido respondidas, como afirma o seguinte entrevistado,

Contactamos aos chefes de serviço para expormos nossas preocupações, já veio o presidente do município, falamos com ele, chefes de quarteirão e secretário de bairro. O Presidente veio no círculo da Matola-Gare, ele disse que vai resolver, isso foi em 2019, antes de começar o coronavírus, mas até hoje, ainda não veio dizer nada. Mas até hoje, ainda não vieram justificar, porque não construíram a escola, o mercado que prometeram, não disseram nada do por que ainda não construíram, e se ainda vão construir⁴⁶.

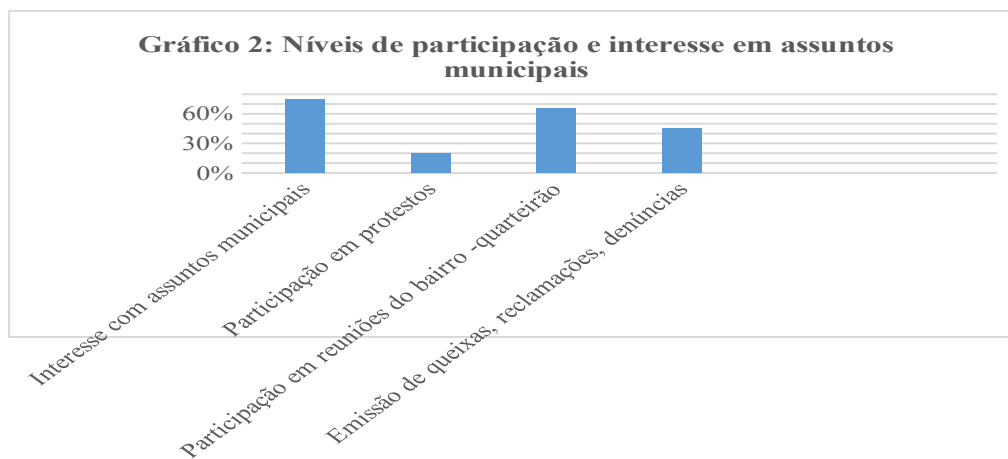
Não obstante, daqueles que afirmam não emitir as queixas ou reclamações, a justificativa é que a informação que apresentam aos secretários do bairro, às vezes, não chega ao Conselho Municipal, como afirma o seguinte entrevistado,

Não emitimos os problemas, porque não temos ligação entre os secretários dos bairros e as estruturas competentes, porque por mais que expusemos os problemas aos chefes de quarteirão, secretários de bairro, a informação não chega da forma que os munícipes gostariam, só quando fomos ao CM para ver se o problema estava a ser resolvido, eles afirmaram que o problema não chegou, e esse assunto estava relacionada com a recolha de resíduos sólidos. Não só, não deveria ser necessário que o munícipe fosse até ao CM para resolver isso.⁴⁷

No entanto, o gráfico que se segue mostra as variações dos nossos entrevistados em termos de interesses em assuntos municipais, participação em reuniões e protestos e emissão de queixas/reclamações.

⁴⁶ Entrevistada 1 do bairro de Tchumene aos 30.09.2021.

⁴⁷ Entrevistado 4 do bairro de Bunhiça aos 24.09.2021.



Fonte: elaborado pelo autor.

Parafrazeando Manin, Przeworski e Stokes (2006), se a responsividade depende da emissão prévia de mensagens dos cidadãos e um governo ou instituição é considerado responsivo se adota políticas que são sinalizadas pelos cidadãos como suas preferidas, é razoável supor que a ampliação dos canais através dos quais os cidadãos possam emitir tais mensagens implicará um aumento da responsividade.

Entretanto, nesta secção, identificamos e analisamos diferentes mecanismos institucionalizados, através dos quais o município da Matola materializa a sua capacidade de resposta às demandas dos munícipes da Matola, no que concerne à informação e comunicação dos serviços prestados e prestação de contas, dentre eles, a afixação da informação municipal nas vitrinas, programas televisivos e nas rádios, governação aberta que se desencadeia através do programa de visita aos bairros, reuniões com os munícipes, presidência sem paredes, orçamento participativo, *website* municipal para partilha dos planos de orçamento, posturas municipais, regulamentos, relatórios anuais de actividades do CM, página do *facebook* do Conselho Municipal, a linha do munícipe, e outros. Embora, existam todos estes mecanismos, o nível de adesão a eles por parte dos munícipes ainda é limitado e, segundo Pereira (2009), isso deve-se a pouca existência de organizações da sociedade civil envolvidas nestes mecanismos, assim como o facto de estes fóruns serem de natureza consultiva, e também, porque apenas um pequeno grupo de cidadãos tem tido contacto com os membros eleitos do município, funcionários públicos ou autoridades comunitárias.

Na verdade, o motivo que levou-nos a desenvolver esta secção é que acreditamos que para que o governo implemente políticas públicas que possam responder às preferências dos cidadãos, precisa estar em constante interacção com os cidadãos, uma vez que ao comunicar-se ou interagir com os cidadãos, terá noção sobre as suas preocupações ou demandas e poderá posteriormente transformá-

las em resultados reais, pois se não o fizer, poderá sofrer sanção nos próximos pleitos eleitorais ou mesmo enfrentar protestos.

5.3.2. Desempenho do Governo Municipal e Prestação de Serviços Básicos e Infraestruturas Municipais

Nesta subsecção, procuramos analisar o desempenho do governo municipal no que concerne a prestação de serviços básicos. Primeiro importa ressaltar que, de acordo com a Constituição da República, os municípios são responsáveis pelo desenvolvimento económico e social local, pelo meio ambiente, saneamento básico e a qualidade de via e pela urbanização. Os governos municipais têm as seguintes responsabilidades específicas: vias de acesso incluindo passeios, espaços verdes, jardins e viveiros da autarquia, cemitérios públicos, mercados, feiras, vendedores de rua, alvarás de lojas, iluminação pública, distribuição de energia eléctrica, água, esgotos e recolha de lixo, transportes públicos colectivos, educação pré-escolar e escolas primárias, educação base de adultos, casas de cultura, bibliotecas e museus, instalações e equipamento para a prática desportiva, unidades de cuidados primários de saúde, habitação, entre outras. No entanto, o decreto 33/06 aumentou a prevenção e gestão de desastres como uma das responsabilidades dos governos municipais.

Entretanto, seguindo a abordagem de Cleary (2007), para mensurarmos o desempenho do governo municipal, recorreremos a dois indicadores: provisão de serviços básicos e receitas locais, e nesta subsecção, abordamos sobre a provisão de serviços por parte do governo municipal da Matola.

No que concerne a **abastecimento de água**, a rede de abastecimento de água da cidade da Matola está ligada a rede geral que abastece a Cidade de Maputo, e a FIPAG (Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água) é a entidade que gere a infraestrutura e o investimento público dos sistemas de abastecimento de água. Por forma a responder a questão de abastecimento de água, o governo municipal da Matola buscou firmar parcerias com a Empresa Águas da Região de Maputo, e com fornecedores privados, construção de Centros Distribuidores (Intaka e Tsalala), e não só, em 2015 estabeleceu a Empresa Municipal de Água e Saneamento da Matola (EMAS) e no mesmo ano iniciou o processo de cadastro de sistemas de abastecimento de água, estes mecanismos permitiram a maior cobertura de abastecimento de água no Município da Matola. Só para se ter uma ideia, segundo INE (2013), até 2007, só havia 8.2% de municípios com água canalizada dentro da casa, 44.8% com água canalizada fora de casa, 19.3% com acesso a água de fontenários, 10.2 de poço protegido e 14.9 de poço sem bomba. O estudo feito pela ONUHABITAT (2020) indica que

actualmente, os agregados familiares de Matola possuem taxas elevadas de acesso à água canalizada dentro de casa e não partilhada de 83,4%. A tabela que se segue mostra como tem evoluído o processo de licenciamento de sistemas de abastecimento de água no Município de Matola, e se esta progressão for linearmente mantida, embora o município ainda esteja em expansão, o abastecimento de água poderá cobrir a maior parte do município e ao mesmo tempo atingir as zonas rurais em que vivem por meio de água de rio/lago/lagoa e reduzir os riscos que advêm de consumo e uso de água não trata de poços sem bomba, etc.

Tabela 7: sistemas de abastecimento de água no município da Matola

	1998-2007	2016	2017	2018	2019
Licenciados	110	6	37	35	35
Construídos	294	6	0	0	0
Ligações domiciliárias	0	680	680	0	0
Cadastrados	0	0	110	0	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados dos relatórios do Conselho Municipal da Matola e ANTONIO (2008).

Relativamente ao **saneamento do meio**, de acordo com Coelho (2004), até o fim do primeiro mandato de governação local democrática na Matola não havia uma resposta adequada em relação a drenagem de águas pluviais ou sistemas de esgoto. A governação de Calisto Cossa tem mostrado muito interesse em responder a esta questão com instalação de sistemas de bombagem de águas pluviais (bairro da Liberdade), construção de valas para escoamento de águas (Nkobe, Machava Km15, Bunhica), canais de drenagem em terra (Av. Muteteia, Av. União Africana, bairro do Fomento), construção de aquedutos para escoamento de águas pluviais (KM15, Av. Das Indústrias, rua de Mutateia), etc.

Porém, os problemas de saneamento no município da Matola continuam críticos, principalmente nas épocas chuvosas, o que faz alguns munícipes o que aconteceu com o lema espalhado pelo governante no âmbito das campanhas eleitorais de melhoria no saneamento local, com destaque para construção de valas de drenagem. Por exemplo, o chefe da bancada da Renamo (Luís Maezane) na Assembleia Municipal da Matola afirmou que,

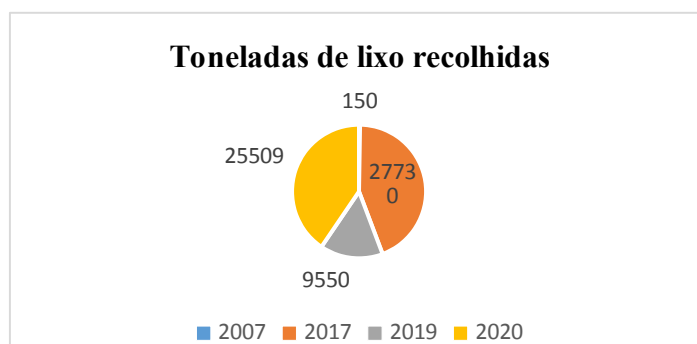
Quando chegamos nos tempos chuvosos, as casas ficam inundadas, como bairros de liberdade, zona foto matomane, escola secundária. A vala que devia escoar a água não consegue, porque não há manutenção, está cheia de capim, e se cobrissem a vala de Bunhica. Quando há cheias, as pessoas são alocadas em Nkobe, o Bairro de Nkobe, também fica inundado⁴⁸.

⁴⁸ Entrevista realizada aos 10.10.2021.

Quanto a esta situação, o Conselho Municipal da Matola anunciou a construção de valas de drenagem para 2021, e que já havia começado a mobilizar dinheiro para a sua materialização, como se lê,

Temos uma equipa da nossa Empresa Municipal de Água e Saneamento que está a trabalhar para indicar o local onde exactamente será construída, mas mobilizamos internamente este valor de 28 milhões. Este valor é muito inferior para os nossos desafios, mas vamos começar por um ponto e isto vai ser para este ano porque este valor já está planificado... O processo administrativo acabou levando um pouco mais de tempo e o que nos deixa satisfeito é que o processo já terminou e só estamos a espera do fim da época chuvosa para iniciar as obras.⁴⁹

Quanto à **recolha e tratamento de lixo e limpeza**, importa enfatizar que município da Matola, considerado o segundo maior município em termos populacionais (1 626 267) e habitacionais (327 772) com uma área de 373 km² e uma densidade populacional de 4 333,1 e habitacional de 986, segundo os dados do Censo 2017 do INE, assim, presume-se que produz muitos resíduos sólidos, e este é um dos grandes problemas que os munícipes mencionaram em entrevistas feitas por nós e em alguns jornais e seminários. Para responder a esta questão, foi desenhado o projecto de aterro sanitário em Matlemele, também o município adquiriu carros e pás carregadoras para recolha do lixo no município, como a aquisição de 65 contentores de lixo em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável que fez doação de 30 contentores, 10 metálicos para mercados, 10 contentores plásticos para via pública, 15 plásticos para escolas e unidades sanitárias⁵⁰. O gráfico que se segue mostra a capacidade de recolha de lixo no município da Matola de 2007 a 2020, dos dados que tivemos acesso.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados dos relatórios anuais do Conselho Municipal da Matola (2017, 2019, 2020).

Importa referenciar que estas toneladas não cobrem todo território municipal da Matola, pois o município produz diariamente 500 toneladas de lixo e só recolhe em torno de 65% dessa quantidade, por exemplo, as toneladas de resíduos sólidos recolhidos no ano de 2017 correspondem

⁴⁹ <https://www.opais.co.mz/persistem-velhos-problemas-de-saneamento-no-municipio-da-matola/>, acesso aos 25 de Março de 2022.

⁵⁰ Disponível em <https://www.opais.co.mz/matola-46-anos-de-problemas-cronicos-mas-tambem-de-conquistas/>, acesso aos 25 de Março de 2022.

a 36.582 m³, as toneladas recolhidas no ano de 2019 correspondem a 40 090 m³, e aquelas recolhidas no ano de 2020 correspondem a 53 090 m³, isto revela que as reclamações dos munícipes de que pagam as taxas de lixo, mas o seu lixo não é recolhido, fazem sentido porque, esta cobertura de recolha de lixo sequer representa 10% do território municipal, principalmente as zonas rurais são as menos abrangidas. Dos 42 bairros do município da Matola, apenas 29 dispõem de serviço de recolha de resíduos sólidos ao domicílio, o que mostra que o Conselho Municipal ainda enfrenta grandes desafios. (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2018, 2019, 2020). O que cimenta a declaração de uma das nossas entrevistadas ao afirmar que,

Outra situação que posso ver é sobre o lixo, eles prometeram que fariam a recolha de lixo, tornando nossa cidade limpa, mas aqui no nosso bairro não se recolhe lixo, mas sempre somos cortados taxa de lixo quando compramos energia, mas não vem fazer a recolha de lixo⁵¹.

Estudos mostram que nas autarquias a taxa de lixo paga (através da EDM) cobre apenas entre 40 e 60 % dos custos associados com a recolha e tratamento de lixo. Mesmo em vilas e pequenas cidades, em que o próprio CM cobra a taxa de lixo, os serviços muitas das vezes são precários, em detrimento da estética e saúde pública destas autarquias. (DIÁLOGO, 2017).

Segundo o Presidente do Conselho Municipal da Matola, o valor colectado do pagamento da taxa de limpeza ainda não cobre os custos resultantes da recolha de resíduos sólidos⁵². E um dos munícipes do bairro de Mapandane afirmou que,

A taxa de lixo que os municípios cobram é uma autêntica roubalheira legalizada, porque há bairros onde desde que o processo de autorização iniciou, os camiões de lixo nunca entraram. Vivo em Mapandane, mas nunca vimos os carros de recolha do lixo. Como o município não consegue cumprir com o que prometeu, continuaremos a abrir covas na rua para enterrar o lixo⁵³.

Assim, para contornar a situação, o Conselho Municipal tem realizado campanhas de limpeza nos diferentes bairros, ao mesmo tempo que desenvolve acções de sensibilização para os moradores adoptarem condutas que reduzam os níveis de produção do lixo no Município⁵⁴. Um dos exemplos foi a campanha de recolha de lixo lançada em 2018 com a participação de 300 munícipes no âmbito da celebração dos 46 anos da cidade⁵⁵.

⁵¹ Entrevistada 11 do bairro de Patrice Lumumba ao 07.09.2021.

⁵² Disponível em <http://www.correiodamatola.co.mz/index.php/noticias/88-recolha-de-lixo-edil-da-matola-insatisfeito-com-qualidade-de-operadores-privados>, acesso aos 29 de Março de 2022.

⁵³ Disponível em <https://evidencias.co.mz/2021/07/05/cansados-de-pagar-taxa-de-lixo-para-depois-o-enterrarem-nos-quintais/>, acesso aos 10 de Janeiro de 2022.

⁵⁴ Disponível em <http://www.correiodamatola.co.mz/index.php/noticias/88-recolha-de-lixo-edil-da-matola-insatisfeito-com-qualidade-de-operadores-privados>, acesso aos 29 de Março de 2022.

⁵⁵ Disponível em <https://www.opais.co.mz/municipes-da-matola-participam-na-recolha-de-lixo-na-edilidade/>, acesso aos 29 de Março de 2022.

Outra estratégia que o Conselho Municipal da Matola encontrou para reduzir a deficiência da gestão dos resíduos sólidos foi constituir parceria com a Cooperativa Ambiental Repensar e a empresa Cervejas de Moçambique, por forma a implementar um Centro Ecológico, designado por “*Eco Nsila*”, inaugurado no primeiro de Fevereiro de 2022, visando realizar o tratamento do lixo, especificamente a transformação de garrafas de vidro em material de construção, com o destaque para blocos. E através desta iniciativa, serão processadas 1200 toneladas de lixo diariamente, transformando garrafas de vidro para serem misturados com outros elementos para fabricar blocos de construção⁵⁶.

No concernente a **Urbanização e habitação**, vale ressaltar que a gestão e administração de solos urbanos caracterizam-se por uma série de dificuldades. Entre estas incluem-se: uma crescente tendência das povoações informais para ocuparem áreas ambientais sensíveis; um declínio da segurança dos títulos de posse; crescente informatização dos mercados imobiliários e um elevado nível de corrupção no uso da terra; e legislação restritiva que não reflecte a realidade social ou espacial das zonas informais. Estas dificuldades são agravadas por vários factores históricos, alguns dos quais persistem, como o baixo nível de capacidade institucional, a escassez dos recursos financeiros, os sistemas arcaicos de cadastro de terras e a falta de registos visuais das terras atribuídas na maioria dos municípios. (BANCO MUNIDAL, 2009).

Segundo MIGUIDADE (2018), o sistema de planeamento urbano do município da Matola está constituído da seguinte forma:

- Zonas urbanas: vias de acesso planificadas e transitáveis, escolas e hospitais, água e energia e disponibilidade de serviços.
- Zonas semiurbanas: algumas vias de acesso planificadas, 50% com acesso a água, energia e serviços.
- Zonas rurais: sem vias de acesso planificadas, 50% com acesso a água, energia e serviços.

Neste contexto, a DIALOGO (2017) reitera que os serviços associados à gestão da terra incluindo a aquisição de títulos de uso e aproveitamento de terra (DUAT), a emissão de licenças de construção e para fins de negócio, bem como outros serviços administrativos tais como a emissão de documentos oficiais, certidões, são de grande interesse para o cidadão. A gestão do solo urbano e a emissão de títulos de DUAT é uma das funções principais da administração autárquica. Os serviços municipais de urbanização e cadastro, responsáveis pela gestão de terras e ordenação de solos urbanos são na maioria dos municípios muito deficientes.

⁵⁶ Disponível em <https://evidencias.co.mz/2022/02/02/matola-inaugura-centro-ecologico-que-vai-transformar-lixo-em-blocos-de-construcao/>, acesso aos 29 de Março de 2022.

De acordo com MALAUENE (2005), no Conselho Municipal da Matola, os pedidos para concessão e registo da terra vão para o posto administrativo da área desejada, e o posto administrativo envia a correspondência ao Secretariado Geral do Conselho Municipal da Cidade da Matola, por forma a abrir os ficheiros de registo da terra, e depois de o Secretariado Geral ter analisado o ficheiro, envia para o Departamento de Ordenamento Territorial para verificação e depois a informação é enviada para o despacho do presidente do conselho municipal, e depois de despachado, o ficheiro é enviado ao Secretariado Geral para notificar a comunicação do despacho e publicar a respectiva notificação do despacho, que é enviado aos postos administrativos. Depois da comunicação do despacho, os candidatos vão ao Secretariado Geral para requerer o plano topográfico e certificado do despacho, o que leva mais ou menos um mês. Para obter licenças de construção, os candidatos submetem o plano para projectos de construção ao Secretariado Geral, que desenha o ficheiro relevante e envia para o Departamento de Ordenamento Territorial e Urbanização para análise e aprovação.

A tabela que se segue mostra o nível de atribuição de DUATs e atribuição de talhões ao nível do Município da Matola, que com o nosso programa de regularização massiva de terrenos através de “Presidência Sem Paredes” tem sido acelerado.

Tabela 8: regularização massiva de DUATs

	2004-2014	2015-2016	2017	2018	2020
DUATs	6976	23569	5250	3323	1900
Talhões atribuídos	10209	0	71	52	
Talhões demarcados	0	1310	0	0	218
Talhões disponibilizados	650	0	0	0	172

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados dos relatórios do Conselho Municipal da Matola (2016, 2016, 2017, 2018, 2020) e MIGUIDADE (2018).

O Conselho Municipal de Matola vem desenvolvendo uma série de iniciativas com o objectivo de viabilizar o registo tanto de terras quanto de construções dentro do seu território. Como parte do Programa Terra Segura, iniciou em 2015 um programa de regularização e entrega massiva de DUATs que entregou mais de 40 mil DUATs até 2017, entre novos lotes e formalização de talhões informais. (UNOHABITAT, 2018:33)

Constata-se que a atribuição do DUAT visa proporcionar segurança na ocupação de espaços pelos munícipes e reduzir os conflitos de terra que se têm registado entre residentes de diversos pontos do Município⁵⁷, que constitui um dos problemas mais relatados no município da Matola, e com a

⁵⁷ Disponível em <http://www.correiodamatola.co.mz/index.php/noticias/113-no-ambito-da-campanha-regularizacao-de-terra-oito-mil-familias-terao-duats-na-matola>, acesso aos 29 de Março de 2022.

atribuição de DUATs e o mecanismo de presidência municipal sem paredes, até início de 2021 já haviam sido resolvidos 3970 casos de conflitos de terra.

Relativamente às **estradas**, a parceria entre o Fundo de Estradas (FE) e as autarquias produziu investimentos palpáveis em muitas delas. O Fundo de Estradas beneficia-se da taxa de combustíveis e transfere 10% das suas receitas para serviços e trabalhos prestados à reabilitação de estradas urbanas e infra-estruturas conexas. (DIÁLOGO, 2017). Quanto às vias de acesso, os munícipes da Matola reiteram melhorias, embora questionem a sua durabilidade. Por exemplo, uma entrevistada do Correio da Matola (2018) frisou que *“hoje em dia quase toda a Matola possui vias de acesso, o que era o primeiro ponto a ser tocado, pois estes ajudam os munícipes a deslocarem-se de um ponto para o outro”*.

Na verdade, em termos da responsividade retórica defendida por Klemmensen e Hobolt (2008), as vias de acesso constituem a grande ênfase nos discursos de abertura do ano do autarca da Matola. Felizmente, os seus discursos não são vãos, dado que vários são os esforços que tem feito para garantir a construção, manutenção, reabilitação das vias de acesso. No entanto, quanto a este serviço, um dos nossos entrevistados revelou que,

A maior preocupação deste bairro são as vias de acesso, como vês, eles quando vieram aqui prometeram muita coisa, e assim que ganharam as eleições, eles desapareceram, por exemplo, Calisto prometeu que ia fazer abertura da estrada que vai dar em T3 e Dâmaso, mas até hoje não o fez. Esta via aqui é importante pois usamos para cemitérios, onde vamos deixar nossos entes queridos, mas quando chove não dá para circular⁵⁸.

Tabela 9: vias de acesso municipais da Matola

	2016	2017	2018	2020
Terraplanadas	Avenida Vale do Infulente, Matola Gare/Siduava, Escola Secundária de Nkobe/Circular	Matola gare/Siduava, rua 12.042 na Matola-sede, Circular/Intaka, Mercado Nkobe/Circular, Av. Rio do Zimbabwe, São Dâmaso/KM-15/Singathela/Patroce, Av. Mathemele, Patrice/T-1, Khongolote/Mafureira, Rua do Bagamoio	Mercado Nkobe, N1/Tsivene/Mucatine, Khongolote/Circular, Matola Gare/Circular	Matola Gare/Txumene, Circular/Matola Gare, Matlemele/Nkobe, N4/Av. Das indústrias.

⁵⁸ Entrevistado 3 do bairro de Patrice Lumumba aos 07.09.2021.

Asfaltadas	Khongolote/Mulumbela, T3/Cemitério Khongolote, rua do Zimbabwe, Av. União Africana, rua de Mutateia, Av. Guerra Popular, Estrada N4-Km15, rua da aviação no bairro do Fomento	Av. 03 de Fevereiro, Av. Joaquim Chissano, Av. Das Indústrias	Mapandane/Konoluene, T3/Boquisso	Vale do Infulene, Intaka/Muhalaze, Ntsivene/Boquisso, Av. 24 de Julho
Reabilitadas	Circular/Muhalaze, Circular/Intaka, Mercado Nkobe/Circular, KM-15/São Dâmaso	Matola H, Circular/Muhalaze, Circular/Intaka	Matola Gare/Circular	
Pavimentadas		Estrada Mapandane/Konoluene, Khongolote/Mulumbela, Rua do IMAP		Av. Das indústrias/N4/Rio Matola

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados de relatórios anuais do Conselho Municipal da Matola (2016, 2017, 2018, 2020)

Os serviços de **transporte público** são disponibilizados por empresas privadas e/ou associações licenciadas (e às vezes não licenciadas), que operam serviços de ‘chapa’ e outros meios motorizados de transporte. Segundo Diálogo (2015), no período de 2011 a 2015, o Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicação (FDTC), disponibilizou 3 milhões de dólares para todos municípios beneficiários, e um deles foi o município da Matola, que beneficiou-se. A distribuição privilegiou em grande parte a Cidade de Maputo, tendo 10 outras autarquias recebido o remanescente dos autocarros adquiridos. No caso de Maputo e Matola, estes foram entregues a empresas municipais de transportes públicos que substituíram a falida empresa estatal Transporte Público de Moçambique (TPM), ou directamente ao CM em outras autarquias. As empresas de transportes públicos não se mostram no entanto economicamente viáveis.

O município da Matola tem feito esforço para revitalizar o seu sistema de transportes, primeiro pela criação da Empresa Municipal de Transportes Públicos da Matola em 2017, que visa gerir a operar os serviços de transporte público de passageiros de uma forma eficiente e segura dentro do quadro de desenvolvimento económico e social do município da Matola.

Com efeito, em 2018 foram adquiridos 18 autocarros para operarem no posto administrativo de Infulene (zona norte da cidade), e completando 42 autocarros que operam também Matola Gare/Baixa e Museu e Nkobe/Baixa e Museu⁵⁹. A aquisição de 17 autocarros em 2017, abertura de novas rotas de transporte público, que compreendem Khongolote/praca dos trabalhadores, Namaacha/Baixa, Massaca/Baixa, Boane/Baixa, Matola-Gare/Baixa, Tchumene/Baixa e não só, o

⁵⁹ Entrevista Calisto Cossa por O País, disponível em <https://www.opais.co.mz/matola-46-anos-de-problemas-cronicos-mas-tambem-de-conquistas/>, acesso aos 25 de Março de 2022.

município beneficiou-se de 48 autocarros alocados ao sector privado no âmbito do projecto metropolitano do Grande Maputo em 2017, 67 autocarros em 2018. Outro acto em prol da resposta ao sector de transportes foi a construção de uma oficina de reparação e manutenção de autocarros no bairro Matola Gare-Tchumene, em parceria com o Ministério de Transportes, e também a criação de uma base de dados de grandes contribuintes num total de 620 empresas cadastradas. E o outro mecanismo consiste no licenciamento, em 2016 foram licenciadas 358 viaturas semicolectivas de transporte de passageiros e em 2017 foram 758, no ano de 2016 foram licenciados 4281 camiões e em 2017 foram 2406, e táxis (42), transportes de mercadoria (145), transporte de carga (22). (CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA, 2016, 2017, 2018).

No entanto, há mudanças significativas no município da Matola, e o académico Gulamo Taju reconhece que o desempenho da gestão municipal de Calisto cossa, ao afirmar que,

Penso que ele soube ver os principais problemas, pode não ter conseguido resolvê-los a todos, mas a visão e a procura de soluções estão claras. Exemplo prático, basta olhar para a Matola em 2000 e olhar para a Matola hoje, verá que houve muita mudança e crescimento⁶⁰.

Uma avaliação baseada nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável foi feita em 2020 ao nível dos municípios pela ANAMM (2021), e mostra que no cumprimento destes objectivos, o Município da Matola tem tido progressos, como mostra a seguinte tabela:

Tabela 10: cumprimento dos ODS no município da Matola

Objectivo	Acções	Resultados
Pobreza e Protecção social	Prestar assistência social a crianças órfãs com cesta básica de alimentos e quites escolares e realização de campanhas de prevenção e combate ao tráfico e abuso da criança	60 Crianças abrangidas anualmente
Boa saúde e bem-estar	Apoiar a construção e reabilitação de unidades sanitárias de cuidados primários e seu apetrechamento em mobiliário hospitalar e meios de transportes, e sensibilizar a jovens e mulheres para aderirem ao planeamento familiar e a mulheres grávidas para aderirem ao parto nos serviços hospitalares e por fim, promover a saúde preventiva de doenças preveníveis e valorizar a contribuição da medicina tradicional e uso de plantas medicinais na prevenção e combate a doenças.	1 Maternidade construída e equipada e participação de mais de 100 pessoas nas palestras dos bairros
Educação de qualidade	Distribuição de carteiras e de material didáctico e requalificação de campos multiusos e concursos literários	2500 Carteiras para 10 bairros de influência pedagógica, beneficiando mais de 15000 crianças
Igualdade de género	Criar e divulgar oportunidades de negócios para diversos segmentos sociais de mulheres através de capacitações em gestão de negócios mobilização para adesão a alfabetização e formação profissional e assistência a	200 Mulheres beneficiadas e criada uma plataforma para promover empreendedorismo

⁶⁰ Em entrevista pelo Correio da Matola em 2018.

	mulher deficiente.	
Emprego Digno e Crescimento Económico	Promoção do emprego através do financiamento (PERPU) de projectos produtivos	243 Jovens abrangidos

Fonte: ANAMM (2021).

Portanto, o município da Matola ocupa o segundo lugar (0.78) nos índices de desenvolvimento humano (ficando através da Cidade de Maputo com 0.89), avaliação feita pela organização ULGC (sigla em inglês para Cidades Unidas e Governos Locais), baseado em indicadores como acesso à educação (nível de analfabetismo da população com idade escolar entre 6 a 13 anos), padrão de vida (casas com bens duráveis, como rádio, televisor, telefone, computador, carro, motocicleta e bicicleta, e casas com sistema sanitário básico), vida longa e saudável (referente a expectativa de vida) e correlacionou estes dados com o tamanho da população (quanto maior for o tamanho da população, maior o índice de desenvolvimento humano) e distância da capital nacional. A tabela que se segue resume os dados dos índices de desenvolvimento humano de 8 municípios, incluindo Matola:

Tabela 11: Índice de desenvolvimento humano municipal

Cidade	Índice de Desenvolvimento Humano municipal	Índice de saúde	Índice de educação	Índice de qualidade de vida	População	Distância de Maputo
Maputo	0.89	0.74	0.99	0.99	1	1
Matola	0.78	0.77	0.94	0.66	2	2
Inhambane	0.72	1.00	0.82	0.46	4	3
Xai-Xai	0.70	0.59	0.91	0.64	3	2
Nampula	0.54	0.79	0.54	0.37	2	5
Lichinga	0.43	0.73	0.39	0.27	3	5
Manhiça	0.29	0.63	0.48	0.08	4	2
Dondo	0.27	0.47	0.54	0.08	4	4

Fonte: UCLG (2016).

No entanto, ainda persistem os problemas no município da Matola que merecem resposta, por mais que não seja imediata, da parte da edilidade, porque estes problemas são motivos de muita algazarra entre os munícipes e nos meios de comunicação social, redes sociais e imprensa escrita, o que representa as demandas/preferências dos munícipes da Matola.

Os inquéritos do Afrobarometer (2013, 2021) e do IESE (2017, 2018, 2019/2020) recorrem ao parâmetro de principais problemas que afectam o país ou o município para identificar as preferências/principais demandas dos cidadãos. O afrobarometer identificou de 2002 a 2012 os principais problemas como o abastecimento de água com 13%, desemprego com 13%, energia

elétrica com 8%, pobreza com 7%, saúde com 6% e vias de acesso com 5%. E no estudo de 2021, apontou que na zona urbana, os problemas considerados mais importantes são a educação com 10.5%, saúde (8.8%), desemprego (13%), abastecimento de água (5.1%), transporte (5.3%), pobreza (5.6%), estradas (4.9%), corrupção (4.1%). Ao passo que na zona rural, enfrentam mais os problemas relacionados com a educação (9.9%), desemprego (9.2%), abastecimento de água (8.2%), saúde (12%), electricidade (8.2%), estradas (8.3%), pobreza (4.3) e fome (5.7%).

O barómetro de governação municipal de 2017 identificou os principais problemas enfrentados nos municípios como as estradas/ acessos, criminalidade e iluminação pública, e por fim o lixo e saneamento. E nos municípios avaliados em 2018, os principais problemas identificados foram as estradas/ acessos, abastecimento de água, e segurança, criminalidade e iluminação pública. E por fim, o barómetro de governação municipal de 2019/2020 aponta como os principais problemas conforme os municípios, o abastecimento de água, fornecimento de electricidade, a estrada/ acesso, o desemprego e a segurança. (IESE, 2017, 2018, 2020).

No entanto, nos dois programas, destacam-se os principais problemas como: abastecimento de água, estradas, lixo/saneamento, electricidade, desemprego e segurança. No entanto, tendo como base estes estudos e alguns artigos jornalísticos, como o Notícias⁶¹, O País^{62 636465}, Correio da Matola⁶⁶, evidências⁶⁷ e entrevistas aos munícipes e membros do Conselho Municipal e da Assembleia Municipal da Matola, usando o parâmetro dos principais problemas, identificamos como demandas/preferências dos munícipes da Matola os seguintes: estradas/ acessos, recolha de resíduos sólidos, abastecimento de água e saneamento, transportes e desemprego, pois estes é que receberam maior pontuação, e nos artigos jornalísticos os problemas com maior cobertura têm a ver com recolha de lixo, conflitos de terra, transportes, vias de acesso, abastecimento de água e criminalidade. A tabela a seguir mostra os principais problemas e correspondente número de entrevistados:

Tabela 12: Principais Problemas

⁶¹ <https://www.jornalnoticias.co.mz/capital/maputo/matola-muitos-problemas-poucas-solucoes/>, acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁶² <https://www.opais.co.mz/matola-46-anos-de-problemas-chronicos-mas-tambem-de-conquistas/>, acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁶³ <https://www.opais.co.mz/persistem-velhos-problemas-de-saneamento-no-municipio-da-matola/>, acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁶⁴ <https://www.opais.co.mz/moradores-de-bunhica-queixamse-da-falta-de-recolha-de-lixo-por-parte-do-cmm/>, acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁶⁵ <https://www.opais.co.mz/criminalidade-preocupa-comunidades-na-matola/>, acesso aos 20 de Setembro de 2021.

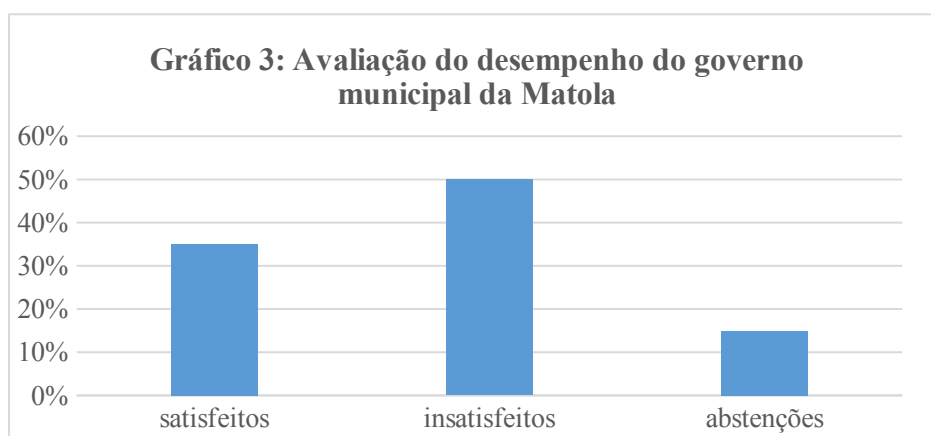
⁶⁶ <http://www.correiodamatola.co.mz/index.php/noticias/88-recolha-de-lixo-edil-da-matola-insatisfeito-com-qualidade-de-operadores-privados>, acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁶⁷ <https://evidencias.co.mz/2021/07/05/cansados-de-pagar-taxa-de-lixo-para-depois-o-enterrarem-nos-quintais/>, acesso aos 30 de Outubro de 2021.

Principais Problemas	Entrevistados
Vias de acesso	16
Recolha de resíduos sólidos	13
Saneamento básico e água	13
Transportes	6
Desemprego-custo de vida	5
Electricidade	4
Conflitos de terra, DUATs e Parcelamento	4
Criminalidade	3
Educação	2
Habitação/Urbanização	2

Fonte: elaborado pelo autor.

No entanto, quanto a capacidade de resolução e satisfação das suas demandas, a tabela que se segue resume as respostas dos nossos entrevistados:



Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode notar, 50% dos nossos entrevistados revelam-se insatisfeitos com o desempenho do governo municipal na gestão do município da Cidade da Matola, os principais assuntos motivos de insatisfação são a recolha de lixo e saneamento do meio), 35% revelam-se satisfeitos com o desempenho da gestão municipal principalmente no que concerne as vias de acesso, construção de edifícios municipais e mercados e abastecimento de água e transportes, mas ressaltaram que o governo precisa trabalhar mais para impulsionar o crescimento do município, e os 15% não se pronunciaram sobre a questão.

5.3.3 Situação financeira do município da Matola

Esta subsecção visa analisar como o comportamento financeiro entre as despesas e receitas do município da Matola pode afectar a provisão de bens e serviços municipais e o impulso ao desenvolvimento económico local. De acordo com Hobolt e Klemmensen (2008), as mudanças nas acções políticas tomadas pelo governo que reflectem as prioridades políticas do público designam-se responsividade efectiva, ou seja, as mudanças nas despesas orçamentárias em uma dada área política de um ano para o outro, condicionadas pela pressão competitiva que o governo enfrenta, e a forma como as mudanças políticas do orçamento são afectadas pelas preferências públicas nas três das cinco áreas de políticas.

De acordo com a plataforma Diálogo (2017), os recursos disponíveis para as autarquias são as transferências fiscais, recursos próprios (receitas fiscais e não fiscais), doações e donativos, assim como empréstimos.

No entanto, no município da Matola, as receitas arrecadadas provêm do SISA, IPRA, IPA, TAX e impostos sobre veículos, e as receitas não fiscais provêm da licença de publicidade e letreiros, taxa de saneamento ou recolha, depósito e tratamento do lixo, taxa de uso e aproveitamento de solo autárquico, licenças de transportes de passageiros e mercadorias. Fora estas receitas, existem outras provenientes do Fundo de Estradas, financiamento bancário, mudanças climáticas, fundo de receita de jogos, Observatório Internacional de Democracia Participativa e o acordo UMSEDE. As tabelas a seguir descrevem a evolução das receitas e despesas do município da Matola desde o primeiro mandato de governação municipal democrática:

Tabela 13: receitas e despesas do Município da Matola de 1999 e 2000

	1999	2000
Subtotal de receitas	4.800.110	3.678.797
Subsídio do Estado (FCA)	9.945.600	11.760.600
Outras transferências	4.606.400	5.046.914
Despesas de capital	9.679.741	2.207.990
Despesas correntes	11.157.848	19.295.014

Fonte: Coelho (2004)

Como se pode notar, de 1999 a 2000, as despesas de capital, que dizem respeito aos investimentos para o bem-estar do Município da Matola representam apenas 10% do total e o equilíbrio entre as receitas e despesas surge em virtude do Fundo de Compensação Autárquica, que o Conselho Municipal usava para os salários do pessoal, e o Fundo de Investimentos para a manutenção do seu património, reabilitação das estradas e construção de escolas. Deste modo, durante este período, o

município da Matola, sem as transferências do Estado, só conseguia arrecadar 25% (1999) e 18% (2000) de receitas totais, revelando a sua dependência em relação ao Governo Central. (COELHO, 2004)

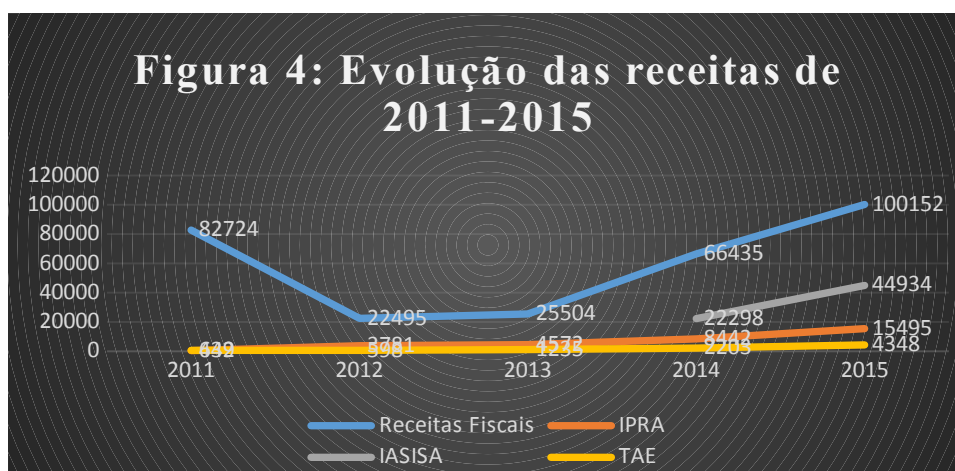
Tabela 14: receitas e despesas de 2001-2007

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receitas Correntes	5 154 516	9 300 525	7 320 648	7 962 417	13 978 691	21 650 375	25 126 714
Transferências do Estado	15 720 119	14 593 250	19 393 942	39 255 712	35 288 758	39 931 163	50 122 230
Despesas Correntes	14 908 972	18 428 386	20 652 812	30 039 572	35 176 904	47 976 887	47 338 619
Despesas de Capital	5 965 709	5 465 389	6 061 777	9 216 140	14 090 545	13 604 652	20 340 256

Fonte: adaptada pelo autor a partir de António (2008)

De 2001 a 2007, o comportamento das finanças públicas do Município da Matola revela a inadequação dos recursos financeiros para fazer face às suas despesas, pois das receitas globais, somente 29% são colectadas localmente, 71% provêm das transferências do Estado. Destas receitas, 75% são alocadas para as despesas correntes ou de funcionamento do Município (com o pessoal e aquisição de bens e serviços), 25% para investimentos em infra-estruturas públicas que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico da autarquia. Dos 25% destinados às despesas de capital, somente 4% provêm das receitas próprias, o que significa que o Município da Matola para providenciar infra-estruturas públicas depende de 21% das transferências do Estado. (ANTÓNIO, 2008).

No entanto, um estudo realizado pelo Banco Mundial sobre perspectivas de crescimento inclusivo e pobreza urbana no grande Maputo em 2017 mostra que, no município da Matola, as receitas cresceram de 22 milhões em 2011 para 100 milhões em 2015 (equivalentes a 104.16 per capita) e a principal fonte de captura é o SISA que contribuiu com 45%, o IPRA com 15% e TAE com 4% das receitas colectadas em 2015, como se pode ver pelo gráfico a seguir:



Fonte: WORLD BANK (2017)

No entanto, até ao ano de 2020, a receita própria atingiu 526.094.163,57 meticais correspondentes a 90% da meta anual prevista e um crescimento de 21% em relação ao período de 2019, as receitas fiscais contribuíram com 115% com o IPRA e 72% com o SISA, e as receitas não fiscais contribuíram 100%. As transferências do Estado foram de 412.395.955,73 meticais correspondentes a 98% da meta anual prevista e um crescimento acima de 100%. Em relação as despesas, as despesas correntes atingiram 473.201.209,61 meticais correspondentes a 87% do limite anual previsto e um crescimento de 24% justificado pela mudança de carreira e promoção dos funcionários do CM, e as despesas de capital foram de 941.022.412,93 correspondentes a 100% do limite anual fixado e um crescimento de 111% justificado pelo pagamento da factura de construção do Edifício Sede do CCM e aquisição de 30 contentores e pagamento das obras de construção de estradas. A tabela a seguir traz os dados que representam o comportamento das receitas e despesas municipais da Matola:

Tabela 15: receitas e despesas do município da Matola de 2015 a 2020

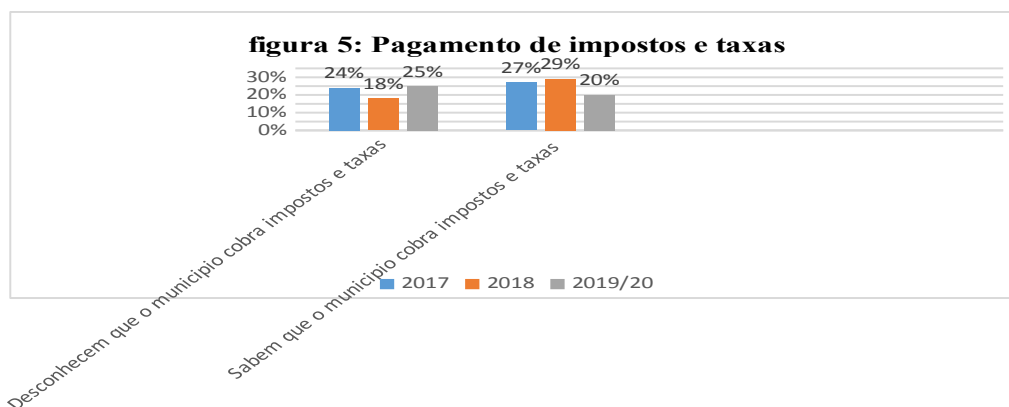
	Receitas Próprias	Outras Receitas	Transferências do Estado	Despesas Correntes	Despesas de Capital
2015	313177076.2	847320766.6	273920750	346868575.2	1087550018
2016	335177076.2	654974905.2	307245320	412956615.2	932813686.1
2017	451690126.2	813970227.6	316090850	465563135.2	1116188069
2018	549683201.5	109366426	375737090	507247335.2	527539382.1
2019	549683201.5	21120462.86	413079130	482911143.7	500971650.6
2020	526094163.6	412395955.7	482674810.3	473201209.6	941022412.9

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados dos relatórios anuais de orçamento do Conselho Municipal da Matola (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020)

No entanto, uma análise que podemos apurar do quarto mandato de governação municipal da Matola, é que, as despesas de capital são maiores em relação as despesas correntes, o que indica que há um esforço por parte do governo municipal de gastar mais com serviços públicos, que

comparando com os mandatos anteriores em que as despesas correntes eram maiores que as despesas de capital, o que se reflectia na resposta às demandas dos munícipes ou na prestação de serviços públicos. Todavia, vale ressaltar que, conforme um estudo feito pelo MAP Consultoria em 2017 citado pela Diálogo (2017), as autarquias dependem em grande medida de receitas não fiscais (taxas de mercados, de licenças, etc.). Em uma amostra de 16 autarquias, as receitas fiscais representaram, em média, apenas 16.5 % das receitas totais no período entre 2009 e 2015, e as fontes tributárias próprias atribuídas às autarquias representam um potencial tributário alto, mas pouco usado. Trata-se, em primeiro lugar, dos impostos ligados ao uso e transacção de imóveis, ou seja, IPRA, IASISA e o IPA. Estima-se que o potencial tributário não usado represente cerca de metade das receitas totais das autarquias (incluindo as transferências), e por fim nota-se uma tendência de crescimento das receitas próprias *per capita* em todas as autarquias, a partir de uma base baixa. Assim, as autarquias locais não conseguem financiar as suas despesas de funcionamento com receitas próprias sem recurso às transferências provenientes do governo central.

Estudos do barómetro de governação municipal do IESE (2017, 2018, 2019/20) mostram que uma parte relativamente considerável dos munícipes desconhece mecanismos ou mesmo a cobrança de impostos e taxas do município, como mostra o seguinte gráfico.



Fonte: adaptado pelo autor a partir dos dados do barómetro de governação municipal do IESE (2017, 2018, 2019/20). Neste contexto, os municípios são obrigados a criar mecanismos através dos quais possam informar aos munícipes sobre o pagamento de impostos e taxas, porque só assim poderão alargar a sua base tributária. Assim sendo, por forma a aumentar a eficiência na gestão de receitas, o Conselho Municipal da Matola implementou as TIC's visando a flexibilização na disseminação de informação através de uma página electrónica, e também do *Facebook* e *Whatsapp*, em que o município passou a publicar ou partilhar informações relativamente ao lançamento de um tributo. E para divulgar as TIC's, o município usa duas estratégias: as feiras (fazendo a divulgação dos sistemas usados para o pagamento dos tributos) e a publicação na Televisão, Rádio e Spots, em que anualmente, o

município faz conhecer os impostos a ser pagos no ano seguinte. (JULIÃO, 2018). Porém, das suas entrevistas, o autor observou que 70% dos munícipes (56) não tinham conhecimento da existência das TIC's para o pagamento de impostos, apenas 20% é que tinham.

No entanto, de acordo com Schiller et all (2018), a criação do balcão único, o denominado Balcão de Atendimento Único (BAU) no município da Matola, com o objectivo de facilitar os pagamentos por parte dos contribuintes, em face da actual falta de controlo dos pagamentos, espera-se que o BAU venha criar mais controlo, na medida em que os cidadãos não podem escapar ao pagamento das receitas.

5.4. DINÂMICAS DA COMPETIÇÃO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DA MATOLA

Esta pesquisa busca analisar o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo do município da Cidade da Matola, com base no quadro teórico desenvolvido por Steffano Bartolini em seus dois artigos (1999, 2000), a abordagem multidimensional da competição política, que estipula 4 variáveis que explicam esse impacto, e nesta secção, buscamos explorar essa análise.

5.4.1. A contestabilidade das eleições

Levando em consideração, segundo Bartolini (1999), que a contestabilidade refere-se às barreiras de entrada, regras de representação e custos da campanha.

Em Moçambique, o sistema eleitoral implementado para eleição dos presidentes municipais até as eleições autárquicas de 2013 era a regra maioritária de duas voltas, que exigia 50% mais 1 para um candidato vencer as eleições e caso nenhum deles conseguisse chegar a esse limite, uma segunda volta é necessária. Uma das condições deste sistema é que os candidatos a presidentes de municípios devem ter uma assinatura de 1% dos eleitores registados no município a que se candidata. (EISA, 2015). Consideramos que esta representa uma barreira, pois no caso da Matola, como tinham sido registados 386579 eleitores, os candidatos tinham que ter 3866 assinaturas.

Todavia, para as eleições autárquicas de 2018 foi aprovada uma nova lei (7/2018), a qual modificou o modo de eleição do presidente da autarquia, no lugar da eleição directa, passou a ser por via de listas partidárias ou grupos de cidadãos, eliminando-se a possibilidade de candidaturas independentes, e reforçando-se o poder das Assembleias Municipais, das quais deve sair o presidente da autarquia e os partidos políticos passam a controlar o presidente da autarquia e a governação local, fechando espaços de relação entre a administração e o cidadão. (GUAMBE,

2020; p.203). Segundo Macuane (2020), este modelo de eleição indirecta dos presidentes municipais representa um retrocesso democrático considerável, porque aumentou o peso dos partidos e das listas eleitorais na responsabilização de todos eleitos, e isso tem implicações na participação dos cidadãos e na sua capacidade de exigir a prestação de contas, porque afasta a possibilidade de eleição de candidatos mais próximos, responsivos e responsáveis e si.

No entanto, algumas das alterações feitas nesta nova legislação incluem a cláusula de a Assembleia Municipal poder demitir o PCA, como estipula o artigo 45 da lei 6/2018. Outras diferenças deste modelo eleitoral e o anterior são que os candidatos derrotados na eleição a Governador / Administrador Distrital / Presidente do Conselho Autárquico tornam-se automaticamente membros da respectiva assembleia se a sua lista receber votos suficientes para eleger pelo menos um mandato; Não há possibilidade de alguém se candidatar apenas a presidente do órgão executivo ou de uma lista concorrer apenas à assembleia; O eleitor deixa de poder “*cruzar*” o voto; Há apenas um boletim de voto, que tem apenas o nome, a sigla e o símbolo dos partidos, coligações de partidos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes; Não existem eleições intercalares – em caso de impedimento permanente e definitivo do titular, a pessoa que ocupa o segundo lugar na lista passa a titular; Só há segundas voltas se houver empate entre as duas listas mais votadas. (EISA, 2018).

Um outro ponto merecedor de destaque é que a Assembleia Autárquica pode demitir o Presidente do Conselho Autárquico por incumprimento do programa autárquico e má gestão da autarquia local. Este pressuposto não é coerente e não está alinhado com a Lei 6/2018 (Quadro Jurídico para Implementação das Autarquias Locais), que também define as condições para Perda de Mandato. Assim, uma hipotética Perda de Mandato, condicionada pelo incumprimento do Programa Autárquico, exigiria a definição de indicadores precisos, critérios de medição claros, e prazos de avaliação pré-definidos. (CANHANGA, 2020; p.44).

No que concerne às regras de representação, no caso dos municípios moçambicanos, rege deste 1998 a regra de representação proporcional de listas fechadas⁶⁸, e os assentos são distribuídos de forma proporcional usando o método de Hondt (em que apura-se em separado o número de votos recebidos por cada lista partidária no círculo eleitoral respectivo; o número de votos apurados por cada lista partidária é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, etc). Todavia, como afirmam Lalá e Ostheimer (2003),

⁶⁸ O principal defeito que se pode apontar a este tipo de sistema é o facto de ele desvalorizar o vínculo dos eleitos em relação aos eleitores e, por isso, ser fraco do ponto de vista da prestação de contas. Isto deve-se ao facto de a eleição dos deputados não ser feita nominalmente, mas, no caso moçambicano, através de listas partidárias fechadas. Assim, não só os deputados não dependem individualmente da confiança dos eleitores, mas sobretudo dependem para a sua eventual reeleição da sua boa relação com os responsáveis, ou com os seus colegas, do partido, que no seio do aparelho podem influenciar a sua inclusão nas listas e em posição elegível. (BRITO, 2010; p.25)

O sistema proporcional de listas fechadas tende a excluir a representação de largos sectores da população e levar a separação entre o eleitor e o deputado, pois os candidatos são eleitos por listas partidárias, diminuindo a possibilidade do eleitor solicitar aos políticos a devida prestação de contas, e isso reflecte-se nas crescentes abstenções dos eleitores. O diálogo entre os deputados e seu eleitorado existe somente quando as lideras disponibilizam os fundos para as suas viagens ou por meio de projectos financiados pelos doadores.

Quanto ao modelo de governação adoptado para as autárquicas locais moçambicanas foi o sistema presidencial, que acordo com Cistac (2012), significa que o presidente do conselho municipal não pode dissolver a AM e a AM não pode aprovar uma moção de censura contra o PCM. As características deste sistema são a separação das funções dos órgãos da autarquia local e a necessária colaboração entre os órgãos, ou seja, sem a AM, o executivo municipal não pode traduzir em decisões normativas o seu programa político, e não pode conduzir nenhuma reforma substancial.

No que concerne a terceira barreira, as regras que dão vantagem aos incumbentes em relação aos novos partidos, como o acesso aos *media* ou dinheiro público. De acordo com EISA (2015, p.23), durante a campanha eleitoral nas eleições de 2013, a televisão pública (TVM) favoreceu mais a Frelimo, ao passo que a rádio pública (RM) e as televisões privadas equilibraram o acesso dos partidos aos *media*, na imprensa escrita, o “Noticias” e o “Jornal Domingo” favorecerem a Frelimo, ao passo que o “País”, Zambeze e Magazine foram equilibrados, embora os dois últimos tenham sido mais críticos da Frelimo, e por fim, o Canal de Moçambique favoreceu o MDM. Quanto à cobertura mediática das eleições autárquicas de 2018, a Frelimo recebeu a maior cobertura (567 artigos correspondentes a 34,7%), seguida da Renamo (480 artigos equivalentes a 29,4%) e o MDM (473 artigos equivalentes a 28,9%) e os outros partidos e movimentos cívicos receberam uma cobertura de 116 artigos equivalentes a 7,1%. Não obstante, as autarquias com maior cobertura dos *media* foram Maputo com 12,5%, Beira com 10,4%, Nampula com 9,7%, Matola com 7,3%, Tete 4,9%, Lichinga 4,4%, Pemba 3,9% e Xai-Xai 3,3%. (CEC; SNJ;MISA, 2018).

No que concerne ao financiamento público das campanhas eleitorais aos partidos, apenas os partidos com representação parlamentar dispõem de um subsídio mensal, quotas dos membros, doações dos membros e os outros partidos devem buscar fundos próprios. Deste modo, nas eleições de 2013, apenas a Frelimo e o MDM tiveram financiamento, e nas eleições autárquicas de 2018, a Frelimo, MDM e a Renamo. (EISA, 2015, 2020). Para nós, o facto de a lei não indicar o financiamento aos partidos concorrentes nos municípios representa uma barreira, uma vez que pode ser uma forma de afastar novos concorrentes que não conseguirem apoio suficiente para financiar suas actividades de campanha, e isso verifica-se também no período das campanhas eleitorais que os partidos com mais presença são os três principais (Frelimo, MDM, Renamo), com maior

cobertura dos media, e mais possibilidade de concorrer em todos os municípios nacionais fazendo marketing das suas propostas políticas.

Em suma, segundo Bartolini (1999), a contestabilidade não constitui uma condição para a responsividade, pelo facto de uma barreira que constitui um incentivo para a colusão entre os partidos e uma oportunidade para reduzir a responsividade, e elevadas barreiras podem desencorajar novos concorrentes e proporcionar uma percepção de segurança entre a elite política do incumbente e levar-lhes a comprometer-se em comportamentos colusivos às custas da responsividade. Por exemplo, no caso do município da Matola, embora actualmente a Assembleia Municipal seja controlada maioritariamente pela oposição, parece ter havido uma colusão, ou seja, um conluio entre os membros do partido incumbente e do MDM, como alega o chefe da bancada da Renamo na AM da Matola (Maezane) que,

Quando vamos a votação, o documento passa porque a diferença entre a Renamo e a Frelimo é de 1 membro, e os dois deputados do MDM apoiam a Frelimo. Desde que tomamos posse, o MDM nunca se absteve, nunca votaram contra qualquer proposta, eles votam a favor da Frelimo (colusão). Algumas vezes temos tido encontros com outros municípios, e notamos que nos municípios onde a Renamo governa, o MDM apoia a Renamo, e onde a Frelimo governa, o MDM apoia a Frelimo.

Em relação a este aspecto, Bartolini (1999) afirma que a cooperação e negociação são funções necessárias da política que contribuem para o bem-estar social, também alerta que onde todos partidos cooperam um com outro, o eleitorado pode não escolher entre as ofertas ou punir os partidos irresponsivos às suas demandas. E se houver cooperação entre todos os partidos, pode ocorrer cartelização⁶⁹ dos partidos resultante dos partidos que buscam objectivos totalmente diferentes, como onde um dos partidos busca o voto e outro o cargo. Neste sentido, os eleitores teriam a escolha de votar nos partidos diferentes, mas nenhum constrangeria o alcance do objectivo do outro. E com isso, os partidos não seriam vulneráveis, e não haveria competição.

5.4.2. Disponibilidade eleitoral

Esta dimensão refere-se a percentagem dos eleitores dispostos a considerar mudar sua escolha partidária ou o potencial para volatilidade eleitoral. E tem a ver com a mudança no tamanho do eleitorado, volatilidade eleitoral e sensibilidade do eleitoral. No que concerne a primeira característica, que tem a ver com a mudança no tamanho do eleitorado, a tabela que se segue mostra que o tamanho do eleitorado no município da Matola tem aumentado.

⁶⁹ Este termo surgiu nos anos de 1950 e sugere a criação de alianças entre os partidos instituídos de modo a obter recursos públicos ou para controlar o mercado político. Estes negociam e formam entre si acordos para poderem obter recursos necessários e o modo de divisão destes para a manutenção dos partidos...não só, devido aos seus interesses diferentes daqueles dos representados, se os partidos conseguem manipular o Estado em função dos interesses do seu eleitorado, a princípio conseguirão fazê-lo em função dos seus interesses. (KATZ & MAIR, 1995).

Tabela 16: participação eleitoral no município da Matola

	1998	2003	2008	2013	2018
Eleitores Inscritos	195274	263200	323412	386579	503459
Eleitores Votantes	20852	54276	131028	146797	297889
(%)	11.56%	20.62%	40.51%	37.97%	59.17%
Abstenções	172692	208924	192384	239782	205570
(%)	88.65%	79.38%	59.49%	62.03%	40.83%

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da CNE 2018 e de OSÓRIO & MACUÁCUA (2014)

Como se pode notar, de 1998 a 2003 houve um aumento de 67926 eleitores, de 2003 a 2008, aumentaram 60212, de 2008 a 2013, aumentaram 63167, e por fim, de 2013 a 2018, aumentaram 116880 eleitores. Olhando para o período principal da nossa análise (2013-2018), nota-se que o tamanho do eleitorado da Matola cresceu bastante em relação aos outros períodos eleitorais anteriores, resultante do crescimento demográfico, e também de migração da população de outros municípios, como Cidade de Maputo, para Matola em busca de nova habitabilidade, a maioria de jovens e isso alterou o eleitorado do município.

Com mais de um milhão e meio de habitantes, a capital da província alberga mais de 50 por cento da população de Maputo, o que representa um desafio que requer maior responsabilidade das autoridades para prover serviços à altura, sobretudo nos bairros de expansão, onde faltam energia, água, conflitos de terra, falta de contentores de lixo⁷⁰.

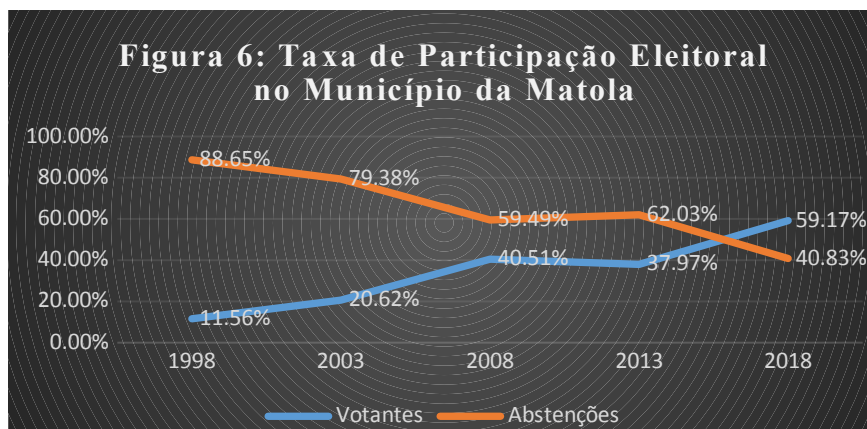
No entanto, os dados na tabela em consonância com o gráfico a seguir mostram elevados níveis de abstenções de 1998 a 2013, parafraseando Baloi (2019), podem ser explicados através das fragilidades das instituições políticas, especificamente no desenvolvimento das capacidades humanas dos deputados da Matola que não são acompanhados pela inovação criativa dos partidos; a segunda causa da abstenção no município da Matola é a falta de legitimidade dos órgãos de gestão eleitoral, que não são transparentes nas suas actividades; a terceira causa de abstenção eleitoral na Matola é a falta de cultura política das eleições, o que está ligado às transformações socioculturais do município, para tal, é necessário entender-se a cultura política como um comportamento sociopolítico dos cidadãos que deriva das relações entre os eleitores e os eleitos, da confiança na satisfação das necessidades básicas dos munícipes; por fim, a última causa da abstenção no município da Matola é a falta de uma educação cívico-eleitoral permanente, a qual joga um papel importante no conhecimento e no uso de oportunidades para o desenvolvimento da sua personalidade e alcance do bem-estar como cidadãos e proveito dos seus direitos cívicos. No entanto, as três últimas causas da abstenção eleitoral no município da Matola podem se revelar com

⁷⁰ Disponível em <https://jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/maputo/100516-matola-muitos-problemas-poucas-solucoes> acesso aos 10 de Agosto de 2021.

o depoimento da seguinte entrevistado, quando perguntamo-la se fora votar nas eleições de 2013 e 2018, ela declarou que,

Não, eu não votei nessas eleições, porque não tive tempo de ir votar, em 2013 calhou enquanto eu tinha viajado para Inhambane, e nas eleições de 2018, eu estava a trabalhar, como confeitira, não tive tempo mesmo, mas também é que votando como não, não faz diferença para mim⁷¹.

O gráfico a seguir apresenta a comparação do grau de participação dos eleitores nas eleições autárquicas de 1998 a 2018 no município da Matola:

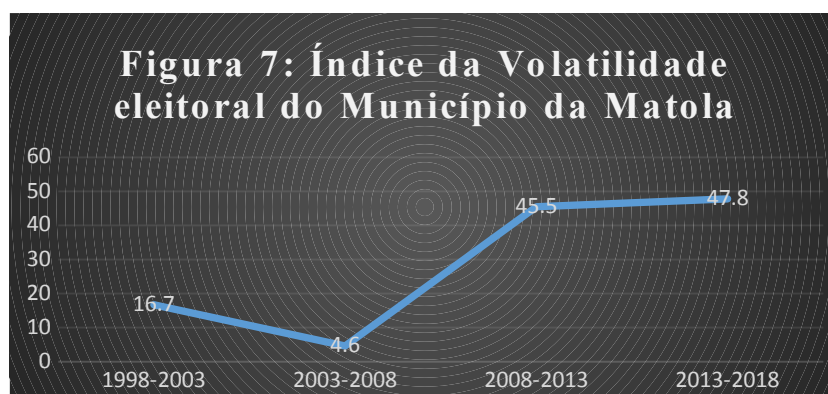


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de CNE (2014, 2018)

Este gráfico mostra que embora as variações entre os votantes e abstenções estejam inversas, há muito trabalho que os partidos políticos e seus candidatos devem fazer para mobilizar o eleitorado a votar e também realizar educação cívica sobre a importância do voto, e não só, os incumbentes são obrigados a responder às demandas dos munícipes, porque apenas a sua satisfação com o desempenho deles incentivar-lhes-á a ir votar.

O segundo indicador da disponibilidade eleitoral é a volatilidade eleitoral, que segundo Bartolini (1999), indica mudança de rede dentro do sistema partidário-eleitoral resultante das transferências individuais de voto, e um sistema com mais eleitores voláteis e perda da ligações partido-eleitor tende a ser mais competitivo, porque os partidos precisam oferecer mais e operar proactivamente para manter a sua percentagem de votos. O seguinte gráfico mostra as variações de volatilidade eleitoral de 1998 a 2018 no município da Matola:

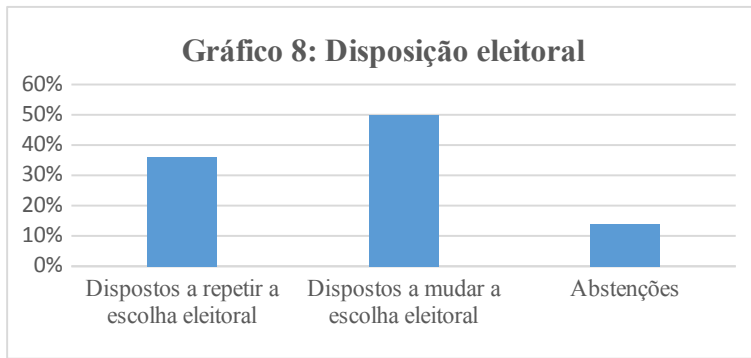
⁷¹ Entrevistada 11 do bairro de Patrice Lumumba aos 07.09.2021.



Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode notar no gráfico acima, no período de 1998 a 2008 houve uma tendência decrescente de eleitores voláteis, mas no período de 2008-2013 e de 2013-2018), houve um índice elevado de eleitores voláteis, e isto tem muito mais a ver com a mudança de preferências do eleitor, condicionada pela alteração da oferta partidária, isto espelha como os eleitores alocam as suas preferências das plataformas partidárias oferecidas no período eleitoral aqui analisado no município da Matola, caracterizado pelo desempenho do governo na satisfação das suas necessidades, e resposta às suas demandas. Além disso, a crescente volatilidade eleitoral é certamente um expressivo sinal de que as preferências dos cidadãos tendem a ser mais dinâmicas que o procedimento eleitoral. (POGREBINSCHI & VENTURA, 2017). Esta assertiva é reforçada por Simoni (2019), ao defender que índice de flutuação do voto é fortemente influenciado pelo comportamento dos partidos, ao decidirem sobre o lançamento de candidaturas, e não revela, necessariamente, um comportamento eleitoral desordenado.

Dito de outra forma, este elevado nível de volatilidade eleitoral indica que grande parte do eleitorado não se sente mais próxima ao partido incumbente, e que só votou no MDM nas eleições de 2013, como parte de punição ao partido incumbente, e porque não queria mais votar na mesma legenda partidária, e isto representa uma ameaça e um custo potencial do que uma oportunidade para os partidos existentes, principalmente para o partido incumbente e o MDM, deste modo, esses partidos precisam oferecer mais e operar proactivamente para manter sua quota de voto. Entretanto, para avaliar o nível de disponibilidade eleitoral, procuramos também saber dos nossos entrevistados se houvesse eleições municipais no próximo ano repetiriam a mesma escolha, se sim por que motivo e se não também por que motivo. O gráfico a seguir resume as respostas:



Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico acima revela que cerca de 50% dos munícipes entrevistados mostram-se dispostos a mudar a sua escolha eleitoral, e estes justificam que arrependem-se de ter votado no partido incumbente, porque as suas demandas não foram atendidas, e que querem ver mudanças no município. No entanto, cerca de 36% afirmam que repetiriam a sua escolha eleitoral, porque as suas expectativas foram satisfeitas, ou seja, o governo cumpriu com suas promessas, pois há melhorias nas áreas de infra-estruturas, distribuição de DUATs, energia, água, embora não tenham sido todas satisfeitas, eles acreditam que ainda há esperança de que serão, e por fim, 14% dos entrevistados preferem optar pela abstenção, porque não estão a ser satisfeitas as suas demandas e porque por mais que votem na oposição, não faria diferença nenhuma, por causa da forma como são geridas as eleições, o exemplo dessa gestão foi das eleições municipais de 2018 no município da Matola que foram publicados três editais diferentes, nos quais, um deles a Renamo era vencedora e dois a Frelimo vencia com uma margem muito pequena em relação a oposição, e foi aprovado o terceiro edital que dava vitória ao partido Frelimo.

Em suma, estes resultados revelam que há necessidade de os partidos se preocuparem com o seu desempenho, ou seja, com a sua capacidade de satisfazer as necessidades dos munícipes, porque os dados mostram uma incerteza sobre eleições futuras em relação ao partido incumbente e também que os partidos da oposição devem continuar a manter os munícipes informados sobre as actividades do governo, emitir opiniões sobre o desempenho do governo municipal para que os munícipes tenham alternativas claras nas eleições futuras. Como afirma Schumpeter (1961; p.4), os resultados eleitorais não cingem-se nas ideias, mas na aprovação ou desaprovação do público do desempenho actual dos líderes políticos incumbentes.

5.4.3. Decidibilidade sobre a oferta política

De acordo com Bartolini (2000) a decidibilidade refere-se às divergências dos programas políticos oferecidos pelos partidos e o nível da escolha disponível para os eleitores. Esta dimensão parte do argumento segundo o qual os eleitores dão informação sobre as suas preferências através da sua escolha de partidos, mas os partidos não podem oferecer programas vagos, e sim claros, visíveis e diferentes para que os eleitores sejam capazes de escolher a plataforma que desejam.

Um dos mecanismos para tornar esta clareza e diferenciação das posições partidárias é o tipo de governo de um país. Quanto a este aspecto, enfatiza-se que Moçambique possui um governo de partido único, o que segundo Bartolini (2000), facilita a capacidade de sancionar ou recompensar um determinado partido ou candidato, ou seja, os eleitores têm uma ideia clara sobre a quem sancionar pela baixa taxa de desemprego ou mesmo baixo crescimento económico, ou recompensar pelos níveis elevados de desenvolvimento.

O segundo aspecto tem a ver com o baixo número efectivo de partidos no parlamento, porque quanto maior for o número de partidos no parlamento, maiores são os incentivos para colaborar e menor é a visibilidade, o que dificulta aos eleitores racionais designarem responsabilidade pelas decisões políticas específicas a um único partido, deste modo, os eleitores têm poucas possibilidades de punir ou recompensar um único partido. No que se refere a este aspecto, o caso do município da Matola mostra um número reduzido de partidos na Assembleia Municipal, como se pode averiguar através da tabela a seguir:

Tabela 17: distribuição de assentos na Assembleia Municipal da Matola

	1998	2003	2008	2013	2018
Frelimo	36	40	45	29	29
MDM				24	2
Renamo		5	5		28
Partido Trabalhista	7				

Fonte: adaptada pelo autor a partir dos dados da CNE (2018), Osório e Macuácuca (2013).

Vê-se que desde 1998 a 2013, a Assembleia Municipal da Matola estava constituída apenas por dois partidos, somente a partir das eleições municipais de 2018 que o número aumentou para três partidos, e os dados mostram que os munícipes da Matola têm a possibilidade de punir ou recompensar um determinado partido, por exemplo se olharmos para a margem da vitória do partido Frelimo, pode-se notar que tem diminuído com o tempo, em 1998 era 64.3%, em 2008 subiu para 76.97%, e em 2013 desceu drasticamente para 10.73% e em 2018 para 0.77%, estes dados reflectem a capacidade de punição dos munícipes da Matola, o que quer dizer que, eles têm clareza sobre a

quem punir em relação às péssimas condições económicas ou mesmo ao mau desempenho na prestação de serviços municipais básicos.

No entanto, importa reiterar que os eleitores votam também em função das propostas de políticas que os partidos/candidatos oferecem (oferta política) a eles como possíveis soluções aos seus problemas. Com efeito, no contexto da campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2013 no município da Matola, o candidato da Frelimo, Calisto Cossa, enfrentou reclamações de promessas feitas pela Frelimo em 2009 sobre a imundície, desorganização no mercado T-3 e insumos agrícolas prometidos como incentivos para a prática agrícola, falta de contentores de lixo e a não recolha permanente dos resíduos sólidos por parte da edilidade. E o candidato limitou-se a afirmar que ele era a escolha certa para a solução daqueles problemas. (CANAL DE MOÇAMBIQUE, 2013).

Na apresentação do seu manifesto, o candidato da Frelimo, Calisto Cossa, apresentou como propostas: a tranquilidade, segurança e combate à criminalidade, combate à corrupção, estradas, transportes e comunicações, e construção de edifícios municipais. Todavia, o candidato do MDM, Silvério Ronguane, apresentou as seguintes propostas: habitação e terra, emprego e trabalho, transportes e acessibilidade, solidariedade e partilha, e cultura.

Pode-se ver que as duas propostas têm algumas semelhanças, como a questão dos transportes e vias de acesso, embora a sua operacionalização tomasse outro rumo, pois enquanto o candidato da Frelimo vincasse em operacionalizar a Empresa Municipal de Transportes Públicos da Matola, criação de uma oficina de manutenção de autocarros, construção de paragens de conveniência, parcerias com organizações privadas de transporte semicolectivo e construção de um terminal internacional de transporte colectivo, ao passo que o candidato do MDM mencionou apenas a construção de um terminal de ligação interna e internacional. As propostas restantes são diferentes em assuntos e formas de operacionalização.

O facto é essas propostas reflectiram-se na votação, como os resultados mostram que a Frelimo teve 54,05% e o MDM teve 43,7% de votos, e só os dois partidos tiveram assentos no parlamento, sendo a Frelimo com 29 (15 homens e 14 mulheres) e o MDM com 24 (17 homens e 7 mulheres), o que, segundo Bartolini (2000), indica a diferenciação do sistema partidário, porque os munícipes tem a capacidade de distinguir o governo da oposição, para determinarem a quem punir ou recompensar no pleito eleitoral seguinte. Não só, o baixo número efectivo na Assembleia Municipal é importante, porque torna fácil para os munícipes responsabilizarem algum partido pelas decisões políticas específicas. E os níveis de abstenção apresentados na dimensão anterior, que nas eleições de 2013 houve 62.03% de abstenções, indicam que maior parte do eleitorado da Matola não sentiu-

se identificado com nenhuma das propostas apresentados pelos candidatos/partidos, por isso que a sua decisão foi a abstenção.

Como referido na primeira dimensão, as eleições de 2018 foram realizadas sob égide do sistema de cabeças de listas, em que o cabeça de lista mais votado para a Assembleia Municipal é directamente eleito presidente do município. Em sistema de lista fechada como o moçambicano, os cabeças de listas, segundo Sanches e Espirito-Santo (2016), podem ser importantes para os partidos e para os cidadãos. Para os partidos, eles são a face mais visível do partido a nível distrital em tempo de campanha eleitoral, uma vez que, enquanto os programas partidários fornecem informação aos votantes sobre os objectivos políticos dos partidos, os atributos dos candidatos chamam atenção para aspectos mais paroquiais e locais aos quais os eleitores são sensíveis, assim, a escolha do perfil de candidato é determinante em círculos eleitorais mais disputados, como o município da Matola. Para os cidadãos, os cabeças de lista podem funcionar como atalhos para a decisão de voto.

Os cabeças de lista apresentados pelos principais partidos políticos foram estratégicos, embora da Frelimo, já era incumbente no mandato anterior de 2013 a 2018, por isso que os que votaram nele basearam-se no voto retrospectivo (com base no desempenho passado) e prospectivo (com base nas promessas do futuro), a Renamo foi muito estratégica ao escolher António Muchanga como cabeça de lista para Matola, porque ele tem muita presença nos *media* e também tem uma carreira política clara e conhecida por todos cidadãos, e Silvério Ronguane do MDM foi candidato do nas eleições de 2013, então os munícipes já tinham ideia das suas ideologias.

Em termos de divulgação dos programas partidários, Muchanga, cabeça de lista da Renamo, usou a estratégia de porta-a-porta e contacto interpessoal com propostas de acabar com os problemas de inundações implementando um sistema de escoamento de águas pluviais nos bairros de Nkobe, Machava-socimol, Mulomate, Liberdade e Fomento⁷², melhorias de vias de acesso, distribuição de água para todos, provisão de serviços de saúde de qualidade para todos, abertura de investimentos e criação de mais dois postos administrativos⁷³.

O MDM com Silvério Ronguane, a sua estratégia de campanha foi contacto interpessoal, e elegeu como prioridades o saneamento do meio e habitação para os jovens. E outras propostas que acompanhariam estas duas eram: Criação de um sistema de pensões para vendedores de mercados formais e informais; Construção de casas de baixo custo para jovens; Construção de escolas municipais em cada posto administrativo para impedir crianças ou adolescentes no curso nocturno;

⁷² Disponível em <https://www.opais.co.mz/renamo-promete-acabar-com-inundacoes-e-criar-novos-postos-administrativos/> acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁷³ Dados adquiridos em entrevista com Luís Maezane (chefe da Bancada Parlamentar da Renamo na Assembleia Municipal da Matola).

Garantia de ordem, segurança e tranquilidade públicas; Melhoria de transportes e vias de acesso; Construção de valas de drenagem, fornecimento de água potável, e uma governação transparente⁷⁴.

O candidato da Frelimo, Calisto Cossa usou a estratégia de contacto interpessoal e acções de educação cívica eleitoral (comícios populares) com os munícipes para explicar o seu projecto de governação e os munícipes apresentaram suas preocupações relacionadas aos transporte, vias de acesso, iluminação, água potável, unidades sanitárias, segurança e escolas como principais problemas e o cabeça-de-lista da Frelimo afirmou ter conhecimento daqueles problemas, reiterando que a sua reeleição daria a solução àqueles problemas⁷⁶. Na ocasião, Cossa destacou suas realizações para o município no primeiro mandato (2014-2018), e como propostas para o seu segundo mandato, envolvia os seguintes pontos⁷⁷: melhoria das vias de acesso; Habitação para jovens; gestão do solo urbano e emprego para jovens.

Analisando as ofertas políticas apresentadas pelos candidatos, nota-se uma diferenciação entre elas, porque os candidatos, em particular da oposição, inovaram na oferta de propostas de governação, ao passo que o candidato do partido incumbente concentrou-se em mencionar as suas realizações. Não obstante, o primeiro mandato que analisamos nesta pesquisa (2014-2018) mostrou um grande avanço por parte do governo incumbente, pois o município da Matola foi transformado, nas infra-estruturas como estradas, e edifícios (edifício-sede do Conselho Municipal, edifício do posto administrativo da Matola-sede, e mais recentemente o edifício do posto administrativo do Infulene).

As ofertas políticas apresentadas pelos cabeças de listas tiveram suas implicações na capacidade de decisão dos eleitores da Matola, por exemplo, Muchanga, cabeça de lista da Renamo, tinha como oferta o reordenamento territorial visando a criação de novos postos administrativos para colocar os serviços mais próximos dos munícipes, porque os munícipes precisam percorrer distâncias para tratarem documentos ou emitir licenças ou pagar impostos, e esta necessidade foi também manifesta por um dos nossos entrevistados que indagou o seguinte: pelo entrevistado 8 referindo que,

Porque tenho que viajar para Cidade da Matola para pagar impostos comerciais, enquanto tem círculos e postos administrativos? É preciso criar-se uma estrutura que zele por todas as necessidades dos bairros, desde a limpeza, transportes, sectores administrativos e

⁷⁴ Disponível em <https://www.opais.co.mz/renamo-e-mdm-prometem-dar-nova-imagem-a-autarquia-da-matola/> acesso aos 20 de Setembro de 2021.

⁷⁵ Disponível em <https://www.opais.co.mz/ronguane-garante-emprego-habitacao-pensoes-saude-e-seguranca-na-matola/> acesso aos 25 de Setembro de 2021.

⁷⁶ Disponível em <https://www.opais.co.mz/somos-a-escolha-certa-e-ninguem-pode-resolver-os-problemas-da-matola-senao-a-frelimo-calisto-cossa/> acesso aos 20 de Setembro de 2021

⁷⁷ Informações adquiridas em entrevista com Sábado Malendza, Assessor Político do Presidente do Município da Matola.

*comerciais, habitação, energia e água, ou seja, colocar os serviços administrativos ao serviço das comunidades*⁷⁸.

Outra oferta de destaque da Renamo era a abertura para os investimentos, dando liberdade para as empresas auxiliarem no desenvolvimento do município na reabilitação das vias de acesso e outros sectores que particularmente julgam-se capazes de contribuir. Para um dos nossos entrevistados,

*As empresas com capacidade deveriam ser deixadas livres para contribuir no desenvolvimento, porque Matola tem tudo para dar certo, mas os impostos são alocados para o governo central, não servem para desenvolver o município. Mesmo assim, deveria haver abertura para as empresas, mas o município está a travar, certa vez a Lalgy queria construir uma estrada no bairro de Tchumene, o Município barrou, alegando que a empresa deveria oferecer o dinheiro ao governo municipal, e este por sua vez, construiria a estrada, porque é sua obrigação e responsabilidade o fazer, mas ficou assim, porque a empresa não aceitou oferecer dinheiro*⁷⁹.

Ronguane (cabeça de lista do MDM) tinha como ofertas a habitação para jovens, que seria desencadeada com a construção de casas com baixo custo para os jovens, e a construção de escolas municipais, em cada um dos três postos administrativos. Estas ofertas tinham como alvos os jovens, porque segundo o próprio Ronguane, o município da Matola é de jovens, por isso que os jovens devem ser prioridade. Por fim, quanto ao candidato da Frelimo, não temos nada que acrescentar, porque as suas ofertas são as mesmas do primeiro mandato, simplesmente propôs-se a dar continuidade, por isso que as suas ofertas foram repetitivas, e caracterizadas pela menção das realizações do primeiro mandato.

Estas propostas e estratégias usadas pelos cabeças de lista reflectiram-se na escolha eleitoral, por exemplo, nas eleições de 2018, a Frelimo obteve 48.05% correspondentes a 29 assentos, a Renamo obteve 47.28% correspondentes a 28 assentos e o MDM obteve 4.11% correspondentes a 2 assentos.

5.4.4. Vulnerabilidade eleitoral do incumbente

Esta constitui a última dimensão da nossa análise do impacto da competição eleitoral na responsividade do governo municipal da Matola, a qual tem a ver com a possibilidade de o governo incumbente ser deposto ou substituído ou modificado na sua composição como resultado de mudanças nas escolhas dos eleitores. (BARTOLINI, 2000).

Para tornar esta dimensão possível, recorremos ao NEP (número efectivo de partidos, que passou do índice de concentração e fragmentação partidárias) e a margem da vitória, e verificamos que em termos da margem de vitória, as eleições municipais de 2013 e de 2018 foram competitivas, e

⁷⁸ Entrevistado 8 do bairro da Liberdade aos 21.09.2021.

⁷⁹ Entrevistado 8 do bairro da Liberdade aos 21.09.2021.

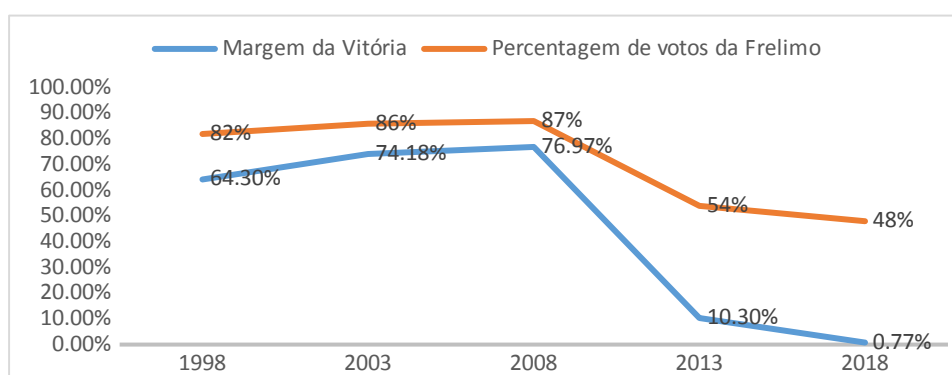
também, o NEP mostra que nestes dois períodos eleitorais, há mais de um partido efectivo, o que significa competição eleitoral, como mostram os dados na tabela a seguir:

Tabela 18: Índices de competição eleitoral no município da Matola

Índice	1998	2003	2008	2013	2018
Índice de Herfindahl-Hirschman	0.7037	0.7499	0.7578	0.4838	0.4561
Cálculo do Rae	0.2963	0.2501	0.2422	0.5162	0.5439
Número Efectivo de Partidos (Laakso-Taagepera)	1.421	1.333	1.32	2.067	2.192
Margem da Vitória	64.3	74.18	76.97	10.73	0.77

Fonte: elaboração do autor.

Se formos a notar nesta tabela, de 1998 a 2008 havia apenas 1 partido efectivo no município da Matola e a sua margem de vitória passava dos 60% o que significa que o partido incumbente não enfrentava nenhuma ameaça ao seu poder, ou seja, não se sentia vulnerável, dado que tinha certeza e segurança da sua permanência no cargo, e conseqüentemente não havia competição eleitoral. Porém, de 2013 a 2018, aumenta o número efectivo de partidos para 2 e a margem da vitória diminui dos 76.97% das eleições autárquicas de 2008 para 10.73% em 2013 e 0.77% para 2018, mostrando um nível de competição eleitoral jamais visto, pois assim, os partidos já têm iguais *chances* de vencer a eleição, e isto torna o partido incumbente vulnerável quanto à manutenção do poder futuramente, o que pode ser acompanhado pelo esforço de ser mais responsivo aos munícipes da Matola. O gráfico que se segue mostra os níveis de mudança na competição eleitoral, considerando a percentagem do partido incumbente e a margem da vitória, de 1998 a 2018, e indica que a redução da margem da vitória está igualmente relacionada com a redução da percentagem de votos do partido incumbente, neste caso e Frelimo.

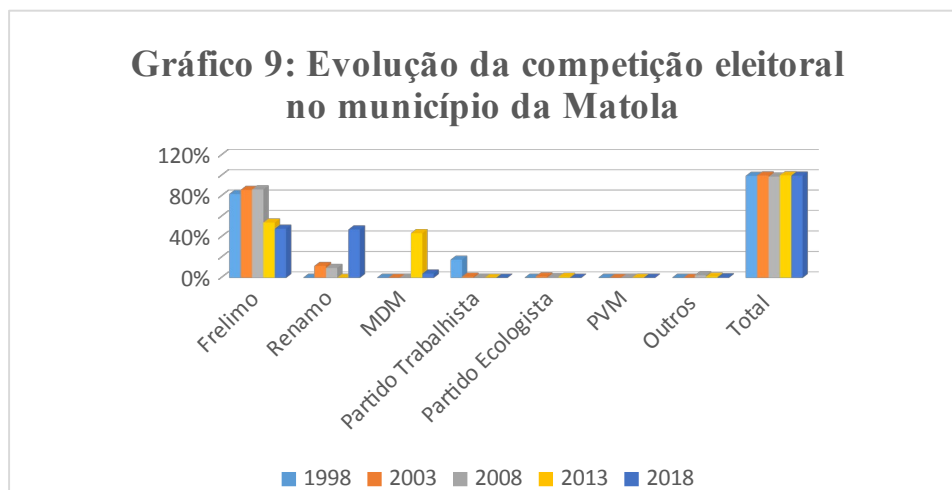


Fonte: elaboração própria.

Como se pode notar quanto mais decresce a percentagem de votos do partido Frelimo, mais reduz a sua margem de vitória, dos 87% de votos no ano de 2008 e uma margem de 76.97% para 48% de

votos e uma margem de vitória de 0.77. Esta margem indica consequentemente que os partidos efectivos têm iguais *chances* de ganhar as eleições futuras e isso torna o incumbente vulnerável. A tabela e o gráfico a seguir resumem a evolução das dinâmicas eleitorais no município da Matola:

Tabela 19: Evolução da competição eleitoral no Município da Matola



Fonte: adaptado pelo autor a partir dos dados de CNE, EISA e Conselho Constitucional.

Como se pode ver pelo gráfico, até o fim do terceiro mandato das eleições autárquicas no município da Matola, não havia desafio à hegemonia da Frelimo no município da Matola, todavia, a partir de 2013, vimos uma ressurreição da oposição, resultante também da disposição dos eleitores, assim como do facto de os munícipes insatisfeitos com o desempenho anterior dos representantes municipais da Matola, decidiram mudar de comportamento na escolha de seus representantes, tanto que nas eleições autárquicas de 2013, com a consciência de que o seu voto tem impacto no resultado final da formação ou renovação do governo, notamos uma mudança na composição do governo municipal, pois desta vez já tinha que debater assuntos relacionados ao município com o MDM, ou seja, a oposição viu a *chance* de ganhar o bem exclusivo da autoridade pública, e aproveitou, pelo que conseguiu 24 assentos na AM.

Não obstante, nas eleições autárquicas de 2018, a oposição conseguiu superar o partido incumbente em termos de assentos parlamentares, com 30 assentos, dos quais 28 são da Renamo, e 2 do MDM, contra 29 da Frelimo, modificando de vez a composição do governo incumbente.

Os resultados eleitorais de 2018 são o motivo de o incumbente sentir-se inseguro quanto ao seu desempenho eleitoral e vulnerável quanto à manutenção do seu poder sobre o município, pois pela primeira vez, a oposição controla o legislativo do município da Matola (Renamo com 28 e MDM com 2, superando Frelimo com 29 assento), restringindo o poder do executivo, levando a cada vez

mais conflitos de interesse. Pois, como argumentam Hobolt e Klemmensen (2008), quando o partido governante não controla a maioria no parlamento, ou seja, quando o legislativo é controlado pela oposição, há um conflito de interesses, pois isso restringe os poderes do executivo. Não só, quando o executivo controla a maioria dos assentos no parlamento tem poucos incentivos para comprometer-se, ao passo que, quando o executivo não possui a maioria no legislativo é forçado a comprometer-se, neste caso, grande parte de opiniões é acomodada, e o resultado é que o executivo torna-se próximo às preferências da maioria do eleitorado, isto leva elevada responsividade.

Todavia, dada natureza do processo eleitoral em Moçambique, exemplificada pela polémica dos resultados eleitorais de 2018 no município da Matola, com três editais de resultados diferentes, em que o primeiro edital dava a vitória à Renamo (com 47,46%), a Frelimo com 46.85%, e o MDM 5,42%), ao passo que dois davam a vitória à Frelimo (nos dois últimos editais, a Frelimo leva vantagem com 48,15 e 48,05% respectivamente, enquanto a Renamo passa para segundo lugar com 47,46% e 47,28 e respectivamente) e o STAE validou o terceiro edital que dava a vitória ao partido incumbente com 48,05%.

Outro constrangimento pode ser o facto de que o partido MDM, no processo de tomada de decisão, tem-se aliado ao partido Frelimo, como afirmam o assessor político de PCM da Matola, chefe da bancada da Renamo e chefe da bancada da Frelimo na Assembleia Municipal da Matola, e também porque a Renamo tem reprovado as propostas ou planos e informes do presidente, como afirma o chefe da bancada,

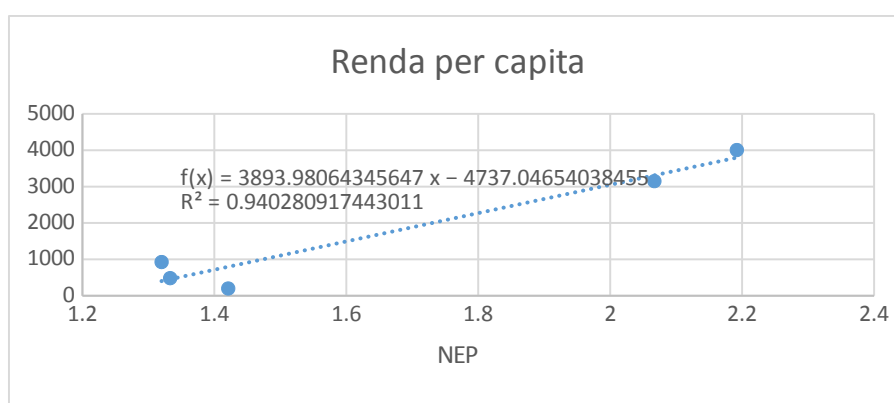
Nós nunca aprovamos o plano das actividades da Frelimo, porque eles são mais de promessas, e não de acções. Quando não chegam a um consenso, o Conselho Municipal mente, e nós não coadunamos com mentiras. Quando dizem que fizeram algo, nós passamos ao terreno para verificar, e na sessão apresentamos nosso posicionamento e depois passa-se para a votação⁸⁰.

Entretanto, isto mostra-nos que na Assembleia Municipal da Matola, há uma oposição dividida, por um lado, a Renamo que sempre contradiz o governo e nunca aprova os planos de actividades da Frelimo, e por outro lado, o MDM que se alia ao governo. Todavia, a oposição, por forma a manter os partidos, controlar o mercado político (dado que ambos, a Renamo e o MDM constituem a maioria parlamentar) e obter recursos públicos, deveria unir-se, parafraseando Katz e Mair (1995), pois a aliança entre o MDM e a Frelimo pode ser prejudicial aos eleitores, dado que estes não poderão escolher entre as ofertas ou punir os partidos irresponsivos às suas demandas, assim os partidos não serão vulneráveis e não haverá competição, como afirma Bartolini (2000).

⁸⁰ Entrevista com Luís Maezane, chefe da Bancada da Renamo aos 10.10.2021.

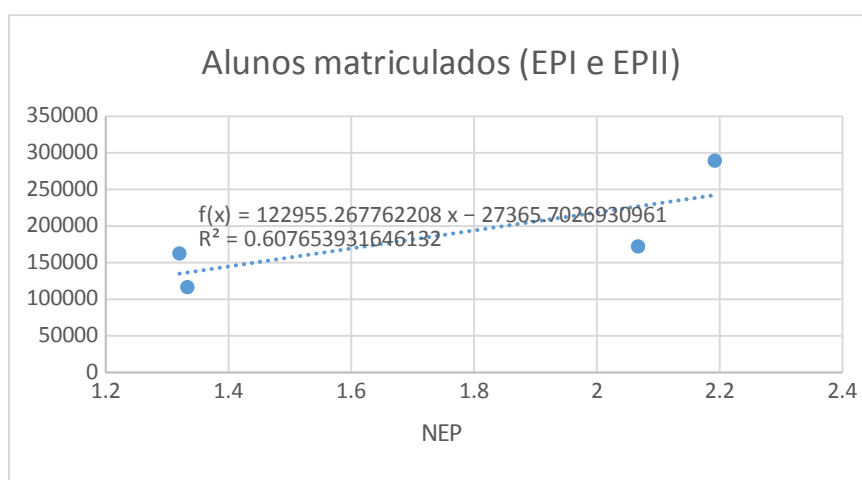
Qual é a implicação da competição eleitoral na responsividade do governo no município da Matola?

Na presente pesquisa, para verificarmos a relação entre os níveis de competição eleitoral e a responsividade, utilizamos o método de correlação de Pearson com recurso ao mecanismo informático do Excel, entre o número efectivo de partidos, e a renda *per capita* e educação (número de alunos matriculados e número de professores de EPI e EPII), tendo como base os trabalhos de Cleary (2007; 2010) e Arvate (2012), que usaram estas variáveis para explicar o impacto da competição eleitoral na responsividade. Os dados foram adquiridos nos relatórios estatísticos e dos inquéritos de orçamento familiar do INE (2008, 2012, 2017, 2019/20) e os dados do número efectivo de partidos são encontrados na tabela 18.



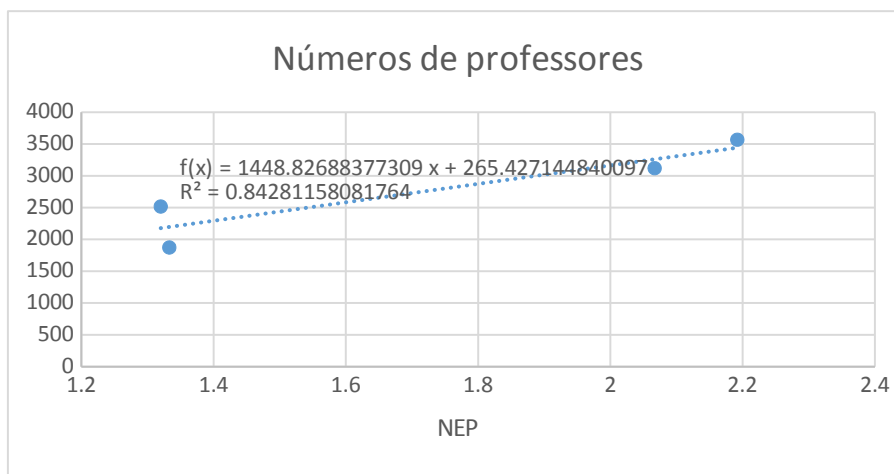
Fonte: elaborado pelo autor.

Correlação de Pearson=0,97, forte e positiva. Este gráfico indica que 94% da variação da renda *per capita* é explicada pelo número efectivo de partidos.



Fonte: elaborado pelo autor

Correlação de Pearson=0,78. Cerca de 61% da variação de alunos matriculados de EPI e EPII é explicada pelo número efectivo de partidos.



Fonte: elaborado pelo autor.

Correlação de Pearson=0,92. Cerca de 84,28% da variação do número de professores é explicada pelo número efectivo de partidos no município da Matola.

Contudo, estes dados sugerem-nos que o número efectivo de partidos consegue explicar a responsividade dos munícipes da Matola, principalmente no que concerne a educação (quando maior o número efectivo de partidos, maior é o número de professores e alunos matriculados no município da Matola), e renda *per capita* (quanto maior o número efectivo de partidos, maior é a renda per capita dos agregados familiares do município da Matola). Sendo assim, aliado aos dados colectados nas entrevistas, pode se dizer que a competição eleitoral torna o governo do município da Matola responsivo às demandas dos munícipes, embora ainda precise ser mais comunicativo e interactivo no sentido de envolver mais os munícipes nos mecanismos de participação criados pelo Conselho Municipal (porque muitos não sabem da existência da maioria destes mecanismos, o que justifica a pouca aderência), e ser proactivo na provisão de serviços municipais, porque na opinião da maioria dos munícipes, só seu desempenho ainda é insatisfatório principalmente no que concerne ao saneamento do meio (resposta aos munícipes dos bairros que são frequentemente inundados pelas águas das chuvas), na recolha e tratamento de lixo (no sentido de abranger todos os bairros, porque muitos reclamam do facto de pagar taxas de lixo e não serem abrangidos pelos serviços de recolha de lixo).

CONCLUSÃO

O presente trabalho consistiu em analisar o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo do Município da Matola, com maior incidência no período de 2013 a 2020, porque foi dentro deste período que o município da Matola registou níveis consideravelmente significativos de competição eleitoral. Levantamos a hipótese de que, quanto maior for a competição eleitoral, melhor será a responsividade do governo municipal às demandas dos munícipes da Matola.

Nossas análises empíricas corroboram esta hipótese, pois, a partir das eleições autárquicas de 2013, os níveis de competição eleitoral têm subido exponencialmente, tanto em termos de margem da vitória (10.3 em 2013 e 0.77 em 2018), assim como em termos do número efectivo de partidos (2.076 em 2013, e 2.192 em 2018), o que significa que os partidos concorrentes têm *chances* iguais de vencer, e que o partido incumbente está vulnerável, porque os resultados sobre os futuros pleitos eleitorais são incertos, uma vez que as preferências dos munícipes não são lineares e nem constantes, e sim são dinâmicas, como mostraram os dados de vulnerabilidade eleitoral e disponibilidade eleitoral (que só 35% dos munícipes entrevistados manifestaram manter a sua escolha eleitoral, ao passo que 50% mostraram-se dispostos a mudar a sua escolha eleitoral), assim como os elevados níveis de abstenção que estão relacionados com a insatisfação em relação ao desempenho municipal, e na crença de que o seu voto não faria diferença nenhuma (falta de educação cívico-eleitoral).

No entanto, como destacado no trabalho, tem havido um aumento na participação dos munícipes colocando exigências às instituições políticas através do voto, protestos, participação em reuniões através de vários mecanismos adoptados pelo CM para envolver os munícipes na gestão municipal, nomeadamente: conselhos consultivos, reuniões ou encontros municipais, chefes de quarteirões, presidência municipal sem paredes, governação aberta (programa de trabalho nos bairros municipais), orçamento participativo, redes sociais (*facebook*), programas televisivos e radiofónicos, afixação de informações nas vitrinas, assim como através de uma linha aberta para interacção com os munícipes, e o *website* municipal através do qual são publicados planos e relatórios dos orçamentos, relatórios anuais de actividades e outros serviços.

Argumentamos que estes mecanismos para *accountability* política que consiste na interacção constante e prestação de contas entre os representantes locais (funcionários do Conselho Municipal, Presidente do município e membros da Assembleia Municipal), na qualidade de provedores de serviços públicos, e os munícipes, na qualidade de usuários dos serviços públicos, a pertinência

destes mecanismos reside no facto de que os mesmos servem para que os munícipes possam comunicar as suas demandas e exigir a provisão de serviços municipais e prestação de contas ou esclarecimentos e ter informações sobre o que o governo municipal fez, está a fazer e o que fará, e aos representantes locais cabe escutar e responder aos questionamentos dos munícipes, e posteriormente converter estas demandas em resultados reais (implementar políticas públicas que respondam às demandas dos munícipes).

Todavia, tem havido pouca afluência dos munícipes a estes mecanismos, o que indica falta de incentivo, assim como conhecimento da sua existência, porque destes os munícipes responderam positivamente aos mecanismos como a presidência sem paredes (porque através deste mecanismo há entrega massiva de DUATs), a página do *facebook* (porque a maioria dispõe de dispositivos com acesso à internet), as reuniões nos bairros tiveram uma resposta positiva, mas em relação as convocatórias dos chefes de quarteirão, porque em relação às reuniões com o Presidente (visitas aos bairros), os munícipes afirmaram não ser comunicados para participar destas reuniões, o *website* municipal teve uma resposta negativa, pois os munícipes mostraram-se não ter conhecimento da sua existência, principalmente pelo facto de afirmarem que não têm acesso aos relatórios de actividades do município e nem dos relatórios de orçamentos (gastos e receitas anuais), e nem regulamentos municipais, documentos disponíveis no website, e a linha do munícipe teve uma resposta negativa, porque os munícipes não sabem da sua existência, outros afirmam que ela não funciona. Deste modo, recomenda-se que o CM faça a divulgação e torne a conhecer aos munícipes destes mecanismos para que possam fazer o seu uso, e aumentar o nível de participação e interacção representante-munícipe, e tornar os munícipes conscientes sobre os serviços municipais e actividades desenvolvidas ao nível do município.

No que concerne à provisão de serviços públicos, notamos que o CMCM tem feito muito esforço para responder às demandas dos munícipes da Matola (um município com população acima de 1500 milhões, sugerindo mais demanda de serviços) através de criação de empresas municipais (como a Empresa Municipal de Transportes Públicos da Matola, a Empresa Municipal de Águas e Saneamento) que operam para provisão de serviços, e tem firmado parcerias intermunicipais e internacionais para partilha de experiências com outros municípios e organizações na resposta às demandas dos munícipes e com empresas privadas para prover serviços, por exemplo na área de transportes, na recolha e tratamento do lixo, abastecimento de água e adoptado mecanismos como presidência sem paredes para entrega de DUATs. No entanto, os serviços de recolha de lixo e saneamento do meio (drenagem de águas de chuva e assentamentos) são motivos de insatisfação (50%) dos munícipes ao desempenho do governo municipal, ao passo que serviços de vias de

acesso, abastecimento de água (actualmente mais de 80% tem acesso à água canalizada dentro de casa), regularização massiva de DUATs (reduzindo os conflitos de terra, mais de 4 mil casos resolvidos até então, que são muito recorrentes no município da Matola) são motivos de satisfação (35%).

Uma análise que fizemos das receitas e despesas municipais mostra que de 1999 a 2013, o município dependia em grande medida das transferências do Estado, pois as receitas arrecadas não cobriam nem as despesas correntes e muito menos as despesas de capital, e as despesas correntes eram elevadas em relação às despesas de capital, indicado que o município gastava mais com actividades operacionais/funcionamento do Conselho Municipal e menos com serviços públicos ou actividades relacionadas com o bem-estar dos munícipes. Mas a partir de 2015 a 2020, as receitas arrecadas no município superam as transferências do Estado e as despesas de capital são mais elevadas em relação às despesas correntes, indicando que o município tem apostado mais nas despesas de capital ou seja, relacionadas à provisão de serviços públicos aos munícipes.

Entretanto, importa referenciar que as regras eleitorais (regras de entrada ou saída) mudaram, uma vez que desde 1998 a 2013, as eleições eram realizadas sob regra majoritária de duas voltas, em que exigia-se 50% mais 1 para que haja vencedor, caso nenhum conseguisse, fazia-se a segunda volta, mas as eleições municipais foram registadas sob sistema de cabeças de lista, em que a lista do partido com mais votos na Assembleia Municipal elege o presidente, e alguns autores afirmam que este sistema tem implicações na prestação de contas e responsividade, porque os presidentes são controlados pelos partidos e prestam mais contas aos seus partidos, reduzindo a interacção representante-representado, mas em termos de competição não teve muito impacto, embora este aspecto mereça mais estudos exaustivos.

Contudo, reconhecemos que este estudo não permite tirar conclusões definitivas sobre o impacto da competição eleitoral na responsividade do governo do município da Matola baseando-se apenas nos resultados empíricos, é importante porque ilustra como eleições competitivas podem tornar o governo responsivo e como os munícipes podem usar o voto ou mecanismos participativos para tornar o governo responsivo no sentido de implementar políticas públicas que respondam as demandas dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRIMAP; OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA. Moçambique: democracia e participação política. 2009.
- AFROBAROMETER. Round 7: summary of results for Mozambique. IPSOS. 2018.
- _____. A qualidade da democracia e governação em Moçambique: condições económicas, pobreza e principais problemas-resultados do inquérito de opinião pública do Afrobarómetro 2012. 2013.
- _____. Summary of results: Round 8 survey in Mozambique. IPSOS. 2021.
- ANTÓNIO, Bernardino. Governação municipal em contextos de alternância política em Moçambique: algumas notas a partir do município de Gurué (2014-2018), in: Desafios para Moçambique. Maputo: EISA. 2020.
- _____. A COVID-19 e suas implicações na governação municipal em Moçambique: um estudo de caso a partir do município de Gondola. In: IESE. Desafios para Moçambique. 2021.
- ANTONIO, Antoninho. Análise da problemática da oferta dos bens públicos nos Municípios: caso do Município da Matola. 2008.
- ARAGONÈS, Enriqueta; POSTLEWAITE, Andrew; PALFREY, Thomas. Political Reputations and Campaign Promises. The European Economic Association. 2007.
- ARVATE, Paulo Roberto. Electoral Competition and Local Government Responsiveness in Brazil. São Paulo: ELSEVIER. 2013.
- ASHWORTH, John et all. Competition in the Political Arena and Local Government Performance. Applied economics. 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS DE MOÇAMBIQUE (ANAMM) - BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento Municipal em Moçambique: Lições da primeira década. 2009.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS DE MOÇAMBIQUE (ANAMM). Relatório local voluntário: avanços e desafios de 16 municípios de Moçambique. 2021.
- ARAUJO, Joaquim Filipe F.E; SILVESTRE, Hugo Consciência. Metodologia para investigação social. Lisboa: Escolar editora. 2016.
- BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento Municipal em Moçambique: As lições da primeira década. 2009.
- BALOI, Jochua Abrão. The Vote of Silence: The Problem of Abstention in Municipal Elections in Mozambique. 2019.
- BARREIRO, Belen. Explaining the Electoral Performance of Incumbents in Democracies. In: ARAVALL, Jose Maria; SANCHEZ-CUENCA, Ignacio. Controlling Governments: voters, institutions and accountability. New York: Cambridge University Press. 2008.
- BARRILEAUX, Charles; HOLBROOKK, Thomas; LANGER, Laura. Electoral Competition, Legislative Balance, and American State Welfare Policy Midwest Political Science Association. 2002. Pp. 415-427.
- BARTOLINI, Stefano. Collusion, Competition and democracy. Part I. 1999. 435-470pp.

- _____ . Collusion, competition and democracy. Part II. London: SAGE. 2000.
- BERNARDI, Luca. Does Electoral Competition Affect Government Responsiveness? An Empirical Analysis in Advanced Democracies. 2013.
- BESLEY, Timothy; BURGESS, Robin. Political Agency, Government Responsiveness and the Role of the Media. London. 2000.
- BILÉRIO, Bernardino Essau. Dinâmica da *Accountability* no contexto da governação local em Moçambique entre 1998-2016: um estudo dos municípios da Matola e Beira. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2018.
- _____ . Dinâmica da *Accountability* no contexto da governação local em Moçambique entre 1998-2010: um estudo de caso do Município da Matola. 2011.
- BISCHOFF, Carina. Political competition and contestability: a study of the barriers to entry in 21 Democracies. Florence. 2006.
- BLAIS, Andre; LAGO, Ignacio. A general measure of district competitiveness. 2009.
- BRATTON, Michael. Poor People and Democratic Citizenship in Africa. Afrobarometer. 2006.
- BRITO, Luís de. Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE. 2013.
- _____ . Multipartidarismo, geografia do voto e descentralização em Moçambique: in Desafios para Moçambique. Maputo: EISA. 2019.
- _____ . Uma nota sobre o voto, abstenção e fraude em Moçambique. Maputo: IESE. 2004.
- _____ . O Sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE. 2010.
- CAMARGO, Braz; DEGAN, Arianna. Accountability and Political Competition. 2019.
- CANHANGA, Nobre de Jesus Varela. Os Desafios da Descentralização e a Dinâmica da Planificação Participativa na Configuração das Agendas Políticas Locais.
- _____ . Governação Local E Relações Intergovernamentais. In: CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. Governação e integridade em Moçambique. Maputo: CIP. 2020.
- CAVALCANTE, Pedro. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. Campinas. 2015.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). Uma visão alternativa sobre o Estado da Nação. 2018.
- _____ . Aspectos Críticos da Governação Local em Moçambique: Um olhar sobre 6 Distritos e 3 Autarquias-Bilene, Mabalane, Búzi, Cheringoma, Montepuez, Chiúre, Manjacaze, Marromeu, Mocímboa da Praia. 2009.
- _____ . Descentralização fiscal sem enquadramento no contexto actual das finanças públicas. 2019.
- CEC/SNJ/MISA. Relatório de Monitoria da Cobertura dos Media nas Eleições aos Conselhos Autárquicos de 2018 em Moçambique. 2018.

- CERVI, Emerson Urizzi. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política. Vol.2. Curitiba: CPOP. 2019.
- CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. 1999.
- CHICHAVA, Sérgio. Desempenho eleitoral do MDM e seus dissidentes nas eleições autárquicas de 2013 e 2018. IESE-IDEAIAS. 2018.
- CHIZIANE, Eduardo. A Política De Terra Em Moçambique: Governação E Integridade. In: CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. Governação e Integridade em Moçambique. Maputo: CIP. 2020.
- CISTAC, Giles. Institucionalização, organização e problemas do poder local. Lisboa: Jornadas de direito municipal comparado Lusófono. 2012.
- CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS. A cooperação descentralizada para democratizar a cidade: projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais d Brasil e Moçambique como actors de cooperação descentralizada. 2016.
- CLEARY, Matthew R. What Good Are Elections in Mexico?, in: the Sources of Democratic Responsiveness in Mexico. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press. 2010.
- _____ .Electoral competition, participation and government responsiveness. American Journal of Political Science, Vol. 51, No. 2. 2007.
- COELHO, Vasco André Ferreira. Cooperação descentralizada e participativa entre Portugal e Moçambique: exemplo do Município da Matola. 2004.
- COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. Resultados e mandatos de 2018.
- CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MATOLA. Estatuto Orgânico. Matola. 2019.
- _____ . Relatório anual do Conselho Municipal da Cidade da Matola referente as actividades realizadas no ano 2020 em cumprimento do plano de actividades. 2021.
- _____ . Relatório anual do Conselho Municipal da Cidade da Matola por ocasião da 1ª sessão da Assembleia Municipal. 2019.
- _____ . Relatório anual do Conselho Municipal da Cidade da Matola. 2018.
- _____ . Relatório anual do Conselho Municipal da Cidade da Matola. 2017.
- _____ . Programa Quinquenal do Conselho Municipal da Cidade da Matola 2014-2018. 2018.
- _____ . Mobilização para a participação cidadã através dos Conselhos Consultivos Locais, Chefes de Quarteirões e Outros Líderes. 2017.
- CORREIO DA MATOLA. Especial 46 anos da Matola: Municípes querem terra segura. 2018.
- _____ . Cossa construiu a Matola que todos querem? 2018.
- DAHL, Robert A. Análise Política Moderna. Trad. de Sérgio Bath. Brasília, 2a ed. Editora Universidade de Brasília, 1988.

- _____ .Poliarquia: participação e oposição. New Haven and London: Yale University Press. 1971.
- _____ .Sobre a democracia: tradução de Beatriz Sidou. - Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- DASH, Bharatee; FERRIS, J. Stephen; WINER, Stanley. Measuring electoral competitiveness: application to Indian States. 2018.
- DENTERS, Bas; KLOK, Pieter-Jan. Citizen Democracy and the Responsiveness of Councillors: The Effects of Democratic Institutionalisation on the Role Orientations and Role Behaviour of Councillors. 2013.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy: AN OVERVIEW. Volume 15, Number 4. Journal of Democracy. 2004.
- DIAS, Nelson. Orçamentos Participativos E Planificação Participativa Em Moçambique: Proposta de diferenciação e articulação metodológicas. LOCO. 2015.
- DOWNS, Anthony. Uma teoria económica da democracia. 1957; Trad. Sandra Guardins Vasconcelos-1ª ed, São Paulo: Universidade de São Paulo. 2013.
- ESAIASSON, Peter; GILLJAM, Mikael; PERSSON, Mikael. Responsiveness beyond policy satisfaction: does it matter to citizens? 2017.
- EULAU, Heinz; KARPS, Paul D. The Puzzle of Representation: Specifying Components of Responsiveness. 1977.
- FEARON, James. Electoral accountability and control of politicians: selecting good types versus sanctioning poor performance.
- FERLAND, Benjamin. Government Responsiveness under Majoritarian and (within) Proportional Electoral Systems.
- FERRIS, J.Stephen; PARK, Soo-Bin; WINER, Stanley L. Studying the Role of Political Competition in the Evolution of Government Size Over Long Horizons. Ottawa Ontario. 2007.
- FILIPE, Celeste Banze. Descentralização fiscal sem enquadramento no contexto actual das finanças públicas. CIP: Maputo. 2019.
- FORQUILHA, Salvador Cadete. “Remendo Novo Em Pano Velho”: O Impacto Das Reformas De Descentralização No Processo De Governação Local Em Moçambique, in: Cidadania e Governação em Moçambique. Org: Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, Antonio Francisco. Maputo: IESE. 2009.
- _____ . Democracia e municipalização em Moçambique: gradualismo, participação local e serviços básicos. In Desafios para Moçambique. Maputo: IESE. 2016.
- _____ . Descentralização e conflito em Moçambique: o desafio da construção do Estado, in: Desafios para Moçambique. Maputo: EISA. 2017.
- FOURNIER, Patrick at all. Who Responds to Election Campaigns? The Two-Mediator Model Revisited. 2005.
- FUMAROLA, Andrea. The Contexts of Electoral Accountability: Electoral Integrity Performance Voting in 23 Democracies. Bergen. 2018.
- GIL, António Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social, 6ª ed, São Paulo: Atlas. 2008.

- GOLDER, Matt; FERLAND, Benjamin. Electoral systems and citizens-elite ideological congruence. 2018.
- GRIFFIN, John D. Electoral competition and democratic responsiveness: a defense of marginality hypothesis. The University of Chicago Press. 2006. Pp. 911-921.
- GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Governos Locais: uma leitura introdutória. Brasília-DF: Enap. 2019.
- GROSSMAN, Guy; SLOUGH, Tara. Government responsiveness in developing countries. 2021.
- GUAMBE, Egídio. Burocratizando ou partidarizando a descentralização? Por uma perspectiva de reconciliação pós-conflitos em Moçambique. In: EISA. Democracia multipartidária em Moçambique. 2020.
- HOBOLT, Sara Binzer; KLEMMEMSEN, Robert. Government Responsiveness and Political Competition in Comparative Political Studies. 2008.
- _____ . Responsive Government? Public Opinion and Government Policy Preferences in Britain and Denmark. Political Studies. Vol. 53.2003
- _____ .Responsive Government? Public Opinion and Government Policy Preferences in Britain and Denmark. Political Studies. 2005.
- HOLBROOK, Thomas M.; DUNK, Emily Van. Electoral Competition in the American States, Vol. 87, N° 4, Cambridge University Press. 1993.
- INSTITUTO ELEITORAL PARA A DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL EM AFRICA (EISA). Missão de Observação Eleitoral do EISA às Eleições Autárquicas de 10 de Outubro de 2018 em Moçambique. 2018.
- _____ .A Reforma Constitucional e da Legislação Eleitoral Autárquica em Moçambique – 2018. Brochura Informativa. 2018
- _____ .Eleições autárquicas Moçambicanas de 20 de Novembro de 2013: Relatório da Equipa Técnica de Avaliação do EISA. 2015.
- _____ . Missão de Observação Eleitoral do EISA às Eleições Autárquicas de 10 de Outubro de 2018 em Moçambique. 2018.
- _____ . Relatório de missão de observação das eleições autárquicas Moçambicanas de 2013. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. Estatísticas do distrito Cidade de Matola. 2013.
- _____ . Relatório final do inquérito sobre orçamento familiar-2019/2020. 2021.
- IESE. Barómetro da Governação Municipal-relatório de dados quantitativos. 2017.
- _____ . Barómetro da Governação Municipal-relatório de dados quantitativos. 2018.
- _____ . Barómetro da Governação Municipal-relatório de dados quantitativos-2019/2020. 2021.
- JAMAL, Saïde. Um olhar sobre o processo de descentralização em Moçambique - mecanismos de accountability pública: Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais. 2015.

- JULIÃO, Nelson Firmino Pascoal. Impacto de tecnologias de informação e comunicação no alargamento da base tributaria: estudo de caso do Município da Matola (2014-2017). 2018.
- KATZ, R.S; MAIR, P. changing models of party organization and party democracy: the emergency of cartel party. 1995.
- KERR, Nicholas; LUHRMANN, Anna. Public trust in elections: The role of media freedom and election management autonomy. Afrobarometer. 2017.
- KÖLLN, Ann-Kristin; ESAIASSON, Peter; TURPER, Sedef. External Efficacy and Perceived Responsiveness – Same, same or different? 2012.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. Effective number of parties: a measure with application to West Europe. Comparative Political Studies. 1979.
- LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andrea. Transição e consolidação democrática em África: Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990 – 2003). 2003.
- LAUTH, Hans-Joachim. Critérios básicos para a democracia: É a responsividade parte de seu círculo íntimo? In: DOSSIÊ QUALIDADE DA DEMOCRACIA. Porto Alegre: REVISTA DEBATES. 2013.
- LINDE, Jonas; PETERS, Yvette. Responsiveness, support and responsibility: how democratic responsiveness facilitates responsible government? 2020.
- LINZ, Juan. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? 1989.
- LINDBERG, Staffan. The democratic quality of competitive elections: participation, competition and legitimacy in Africa. London: Frank Cass. 2004.
- LUNDIN, Irae Baptista. Metodologia de pesquisa em Ciências Sociais> Maputo: escolar editora. 2016.
- MACUANE, Jaime. O semipresidencialismo (?) em Moçambique (1986 a 2008). 2009.
- _____ . Estrutura e Agência das Instituições de Soberania e Democratização em Moçambique, 1990-2020. In: EISA. Democracia Multipartidária em Moçambique. 2020.
- MANIN, Bernard; PRZERORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e Representação. São Paulo: Lua Nova. 2006.
- _____ . _____ . Democracy, Accountability and Representation. Cambridge: Cambridge University Press.1999.
- MAP CONSULTORIA. Guião de participação da Sociedade Civil e Cidadãos no funcionamento das Assembleias Municipais. Maputo, 2014.
- MATLOSA, Khabele. Democracy-Building in Conflict affected and Fragile States: The Role of the African Union. STOCKHOLM: IDEA. 2016.
- MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. constituency influence in Congress. American Political Science Association. 1963.
- MORALES, Laura. A conceptual and theoretical approach to governmental policy responsiveness between elections. Glasgow. 2014.
- MOTTA, Matthew P; FOWLER, Erika Franklin. The Content and Effect of Political Advertising in U.S. Campaigns. 2016.
- NGUENHA, Eduardo Jossias. Governação Municipal Democrática em Moçambique: Alguns Aspectos Importantes para o Desenho e Implementação de Modelos do

- Orçamento Participativo. II Conferência do IESE sobre “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique”. Maputo. 2009.
- NUVUNGA, Adriano. Tendências nas Eleições Municipais de 1998, 2003 e 2008. Maputo: IESE. 2012.
 - OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA. Relatório anual 2015/2016: 16ª conferência. Matola: OIDP. 2016.
 - O’DONNELL, G. Accountability Horizontal e Novas Poliarquias. Lua Nova, São Paulo, v. 44, p. 27-54, 1998.
 - OFONSU, George. Do fairer elections increase the responsiveness of politicians? 2019.
 - ONU-HABITAT. Avaliação de vulnerabilidade e resposta à COVID-19 nos Municípios de Moçambique.
 - OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA. Moçambique: democracia e participação política. 2009.
 - OSORIO, Conceição; MACUACUA, Ernesto; MUSSA, Edson. A participação e representação de mulheres e homens. Maputo: WLSA. 2014.
 - PASTORE, Marina di Napoli; BARROS, Denise Dias. Vivências e Percepções acerca da Educação em Moçambique: Olhares etnográficos em uma escola primária no bairro da Matola A. Cadernos de Estudos Africanos. 2018.
 - PEREIRA, Joao C. The impact of democracy in Mozambique: Assessing political, social and economic developments since the dawn of democracy. Johannesburg: Centre for Policy Studies. 2009.
 - PERSSON, Torsten; ROLAND, Gerard; TABELLINI, Guido. How do electoral rules shape party structures, government coalitions, and economic policies? 2003.
 - PIGREBINSCHI, Thamy; VENTURA, Tiago. Mais Participação, Maior Responsividade? As Conferências Nacionais de Políticas Públicas e a Qualidade da Democracia no Brasil, Vol. 60, no. 1, Rio de Janeiro: DADOS. 2017.
 - POWELL, G. Bingham Jr. On Democratic Responsiveness. 2003.
 - _____ .The quality of democracy: the chain of responsiveness. Journal of Democracy. 2004.
 - PRZEWORSKI, Adam. Acquiring the habit of changing governments through elections. Comparative Political Studies. 2015. 101-129pp.
 - _____ . O Estado e o Cidadão.
 - REBELLO, Maurício Michel. A capacidade de premiar ou punir: responsabilização eleitoral, responsividade e legitimidade do regime democrático no Brasil. Porto Alegre. 2009.
 - RIVERA, Angela Milena Rojas; GUERRA, Carlos A. Molina. A Comparative Analysis of Political Competition and Local Provision of Public Goods: Brazil, Colombia and Mexico (1991-2010). Medellín – Colombia: MPRA. 2015.
 - ROSÁRIO, Domingos do. Descentralização em Contexto de Partido Dominante: o caso do Município de Nacala Porto. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE. 2011.
 - _____ Os Municípios dos Outros. Alternância do poder local em Moçambique? O caso de Angoche. 2015.
 - SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. 2012.

- SANCHES, Adelina Rodrigues; ESPIRITO-SANTO, Ana. Cabeças de lista às eleições legislativas portuguesas: laços locais ou visibilidade nacional? 2016.
- SARTORI, Giovanni. Engenharia constitucional-tradução de Sérgio Bath-Brasília: Universidade de Brasília. 1996.
- _____ Nem o presidencialismo, nem o parlamentarismo. 1993.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo, e democracia. New York: Harper. 1950.
- SEEBERG, Henrik Bech. The impact of opposition criticism on the public's evaluation of government competence. 2018. 1-12pp.
- SHAH, Anwar; SHAH, Sana. Local Governance in Developing Countries. Washington D.C: The World Bank. 2006.
- SIMIONE, Albino Alves. Participação, accountability e transparência na gestão pública municipal em Moçambique uma análise às experiências de Xai-Xai. 2017.
- SIMONI, Sérgio Júnior. Volatilidade eleitoral e sistema partidário: em busca de uma abordagem alternativa. 2019.
- SOIRI, Lina. Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza. 1999.
- STOKES, Susan. Political parties and democracy. 1999.
- TAUSANOVITCH, Chris; WARSHAW, Christopher. Representation in Municipal Government. American Political Science Association. 2014.
- TAVARES, António; SOUSA, Luís de. Qualidade da Governação Local em Portugal. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. 2018.
- TERCENIANO, Fidel; BRAGA, Maria do Socorro; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Partidos e competição eleitoral nas eleições de 2014 em Moçambique. 2016.
- UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS (UCLG). Decentralised cooperation to democratize cities: project to improve the institutional capacities of local authorities in Brazil and Mozambique as actors of decentralized cooperation. 2016.
- UN-HABITAT Moçambique. Moçambique: perfil de habitação. 2018.
- VIEIRA, Mónica Brito; WIESEHOMEIER, Nina. Representação em Portugal: perspectiva dos cidadãos. In: a qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais. 2013.
- VINES, Alex. Uma retrospectiva Dos 25 anos Da Democracia moçambicana. In EISA. Democracia multipartidária em Moçambique. 2020.
- WARD, Hugh. Preference shaping and party competition: Some empirical and theoretical argument. In: Judith Bara and Albert Weale. Democratic Politics and Party Competition. London and New York: Routledge. 2006.
- WEALE, Albert. Party competition and deliberative democracy. In: Judith Bara and Albert Weale. Democratic Politics and Party Competition. London and New York: Routledge. 2006.
- WLEZIEN, Christopher. Patterns of Representation: Dynamics of Public Preferences and Policy. The journal of politics. 2004.
- WONG, Stan Hok-Wui; OR, Nick Hin-Kin. Intra-camp Electoral Competition and Electoral Performance in Authoritarian Regimes: Evidence from Hong Kong Legislative Elections from 2004 to 2016. Glasgow: PSA Annual International Conference. 2017.

- WORLD BANK-MAPUTO URBAN POVERTY INCLUSIVE GROWTH. Greater Maputo: urban poverty and Inclusive growth. 2017.
- ZUMBACH, Bulhmann. On the multidimensionality of political competition: measuring political competition in a Bartolinian way. 2011.

Jornais Consultados: O País; Jornal Zambeze; Correio da Matola; Folha de Maputo; Jornal Notícias; Evidências; @Verdade; Savana; Jornal Domingo; Observador; sapo e outros.

Legislação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Lei 6/2018 que estabelece a implantação das autarquias locais. 2018.

_____. Lei 2/97 que estabelece a implantação das autarquias locais. 1997.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MATOLA. Estatuto Orgânico. Matola. 2019.

Apêndices

1. Lista dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Profissão	Grau de escolaridade	Local de residência	Data da entrevista
Xavier Cabo	57	Chefe de quarteirão	Ensino primário do antigo sistema (7ª classe)	Muhalaze	08/10/2021
Luis Maezane		Chefe da Bancada da Renamo na AM da Matola (2019-2023)			10/10/2021
Monis Libane Milinho		Relator e presidente da comissão de ambiente			10/10/2021
Lucas Arone Chiponde		Chefe da Bancada da Frelimo na AM da Matola (2014-2018, 2019-2023), e professor	Bacharel em História do mundo, Africa e de Moçambique		25 e 26/09/2021
Entrevistado 8	59	Jornalista	Licenciado	Liberdade	21/09/2021
Entrevistado 4	28	Estudante	Ensino superior (Universidade Pedagógica)	Machava-Bunhica	24/09/2021
Entrevistado 5	30	Empreendedor	Ensino médio (12ª classe)	Machava-sede	24/09/2021
Entrevistada 2	48	Empreendedora	4ª Classe do antigo sistema	Tchumene-Matola Gare	30/09/2021
Entrevistada 1	47	Empreendedora	2ª Classe do antigo sistema	Tchumene-Matola Gare	30/09/2021
Entrevistada 6	31	Empreendedora (locutora, poetisa) e estudante	10ª Classe	Fomento	05/10/2021
Entrevistada 14	26	Doméstica	10ª Classe	Muhalaze	08/10/2021
Entrevistada 13	30	Doméstica	9ª Classe	Muhalaze	08/10/2021
Entrevistada 7	32	Empreendedora/estudante	12ª Classe	Muhalaze	08/10/2021 7
Entrevistado 12	69	Guarda		Muhalaze	08/10/2021
Entrevistado 3	53	Motorista	8ª Classe do antigo sistema	Patrice Lumumba	07/09/2021
Entrevistada 11	60	Doméstica	4ª Classe do antigo sistema	Patrice Lumumba	07/09/2021
Entrevistado 7	23	Vendedor	8ª Classe	Patrice Lumumba	07/09/2021
Entrevistada 10	29	Técnica de Relações Internacionais	Licenciada	Machava KM 15	02/11/2021
Entrevistado 09	26	Estudante	12ª Classe	Liberdade	10/09/2021

Entrevistada 16	34	Doméstica	12ª Classe	Muhalaze	08/10/2021
-----------------	----	-----------	------------	----------	------------

2. Questionário

I. Múncipes

Identificação:

Idade; Profissão; Local de residência; Há quanto tempo reside no Município da Matola?

Questões de conteúdo:

1. Que conhecimento tem em relação aos órgãos municipais?
2. Na condição de munícipe, conhece alguns dos seus direitos e deveres no âmbito da governação local?
3. Alguma vez já teve encontro com um titular ou membro dos órgãos municipais? Se sim, em que circunstância e que questões foram abordadas nesse encontro?
4. Que problemas acha que existem no município e, como é que deviam ser resolvidos? Como se organizam para discutir tais problemas, e como são canalizados aos órgãos municipais?
5. Tem tido acesso a agenda (pontos-chaves a serem debatidos em cada sessão) da AM?
6. Conhece o plano de actividades do CM? Se sim, que controlo faz e como o faz?
7. O CM tem apresentado o balanço ou relatório do cumprimento das actividades para um certo ano?
8. Quando o governo não cumpre com o que prometeu ou quando realização das actividades inscritas no plano de actividades anuais, o que acontece, eles voltam para justificar ou explicar?
9. Alguma vez já foi ao CM ou à AM? Se sim, em que circunstância.
10. Na sua opinião, acha que o governo municipal consegue manter os munícipes informados sobre serviços prestados pelos órgãos municipais. E em relação aos planos de actividades, orçamentos e o seu uso, acha que o governo municipal consegue informar os munícipes?
11. Na sua opinião, acha que os munícipes da Matola conseguem protestar contra actos praticados pelos órgãos municipais.
12. Com frequência que o PCM, os membros do CM e da AM visitam o seu bairro?
13. Entre o PCM, os membros do CM e da AM, com quem tens mais contacto?

Eleições

14. Nas eleições municipais de 2013, em quem votou e por que?
15. E nas eleições municipais de 2018, votou no mesmo candidato/partido? Se sim, por que e se não, porque mudou a sua escolha?
16. Na sua opinião, o que leva as pessoas a votarem num certo candidato ou partido durante o período das eleições municipais?
17. Se amanhã fosse dia das eleições autárquicas, em que partido votaria? E por que?
18. Qual é a sua impressão, na disputa em seu distrito, será que há um candidato favorecido para ganhar ou você acha que essa será uma eleição sigilosa?
19. Chegou a seguir notícias sobre os candidatos e campanhas eleitorais no seu município? Se sim, do que se lembra que os candidatos prometeram?
20. Na sua opinião, as eleições foram justas e transparentes?

Avaliação da governação

21. Na sua opinião, acha que o governo presta atenção nas necessidades ou demandas dos munícipes matolentes?
22. Que avaliação faz do desempenho do governo do Município da Matola? Numa escala de 0 a 10. Acha que o governo resolveu os problemas mais importantes e salientes do Município da Matola (saneamento, recolha de resíduos sólidos, vias de acesso, habitação/conflitos de terra, etc)?
23. Se o Município estivesse a enfrentar grandes dificuldades económicas, que partido acha que resolveria melhor o problema?

Conhecimento público e participação

24. Numa escala de 0 a 10, quão você presta atenção nos assuntos políticos do seu município? E que mecanismos usa para se informar sobre as actividades do seu governo municipal?
25. Conhece alguma função desempenhada pelos órgãos municipais (presidente, assembleia e conselho municipais)?
26. Quantos mecanismos de participação que o governo municipal criou para vos manter informados sobre suas actividades, você conhece?
27. Quantas vezes já recorreu ao Conselho Municipal ou Assembleia Municipal para apresentar queixas ou propor soluções de um problema?
28. Quantas vezes já recorreu ao conselho municipal ou assembleia municipal para apresentar queixas ou propor soluções?
29. Costuma participar de encontros municipais? Se sim quantas? Se não, por que? E mais que contribuições deu que foram levadas em conta? E se não, de que forma contribui para o desenvolvimento do seu município?

II. Conselho Municipal (CM)

a) Identificação

b) Questões de conteúdo

- Quais foram as suas propostas para este município? E quais já realizou até hoje?
- Que mecanismos (formas) de participação foram criados no Município?
- Se os munícipes têm de facto espaço para expressar suas opiniões (de manifestar seus pontos vista) antes de ser tomada qualquer decisão?
- Quando e como é que os munícipes podem participar?
- Em que assuntos os munícipes podem intervir?
- Quem de facto participa dentro da governação municipal?
- Qual é a avaliação que faz sobre a habilidade dos munícipes em influenciar as decisões do governo municipal?
- Na sua opinião, acha que o governo municipal consegue manter os munícipes informados sobre serviços prestados pelos órgãos os municipais? E em relação aos planos de actividades, orçamentos?
- De que forma são dados a conhecer os munícipes sobre as realizações (actividades) do CM?
- Quando o governo municipal não consegue realizar todas actividades inscritas no plano de actividades ou qualquer outra promessa, o que faz?
- Será que volta a população para explicar e justificar porquê não cumpriu com a promessa?
- Que acções o CM desenvolve para que os munícipes conheçam seus direitos e deveres?
- Realizam visitas aos Bairros? Em que condições são realizadas?
- Com que frequência o PCM ou membros do CM têm feito visitas aos bairros ou visitas porta a porta?
- Que tipo de relação existe entre vereadores e membros da AM (relação entre AM e o CM)?
- Na sua opinião, o que leva as pessoas a votarem num certo candidato ou partido durante o período das eleições municipais?
- Terá o presidente do Município cumprido seu manifesto eleitoral?
- Será que procuram as políticas que formulam respondem às demandas dos cidadãos?

II. Assembleia Municipal (AM)

Identificação:

- Que função (cargo) desempenha dentro da AM?
- Há quanto tempo ocupa esse cargo?
- Qual é a sua filiação partidária?

Questões de conteúdo:

- Em que momento as deliberações e decisões tomadas ao nível da AM são dadas a conhecer aos munícipes? Como?
- Existem contactos entre os membros da AM e os munícipes? Se existem, em que condições ocorrem, isto é, quando e como?
- Quem participa nas Sessões da AM?
- Será que os munícipes na prática conseguem submeterem ou propor assuntos para serem debatidos nas sessões da AM? Se sim, qual é a frequência?
- Que tipo de relação existe entre os membros da AM e os munícipes?
- Na sua opinião, acha que o governo municipal consegue manter os munícipes informados sobre serviços prestados pelos órgãos municipais? E em relação aos planos de actividades, orçamentos e o seu uso, acha que o governo municipal consegue informar os munícipes?
- Qual é a avaliação que faz sobre a habilidade dos munícipes em influenciar as decisões do governo municipal?
- Quando o CM não consegue realizar algumas actividades planificadas e promessas feitas à população o que é feito?
- Na sua opinião, o que leva as pessoas a votarem num certo candidato ou partido durante o período das eleições municipais?
- Agora que a AM é controlada pela oposição, como funciona o processo de decisão?
- Reconhecem a governação do actual Presidente do Município?
- Em que medida as propostas dos partidos sobre diferentes políticas públicas se relacionam com as preferências dos cidadãos?
- Quão bem acha que o governo resolveu a situação de água potável, recolha de lixo, vias de acesso, estradas, energia e saneamento?
- Você aprova ou não o desempenho do governo até hoje?

Agregado familiar				<i>Per capita</i>			
2002/3	2008/9	2014/15	2019/20	2002/3	2008/9	2014/15	2019/20
2 367	4 175	14 865	17 630	483	926	3 150	4006

Alunos matriculados (EPI e EPII)	Números de professores
116503	1873
162504	2517
172114	3119
289283	3567